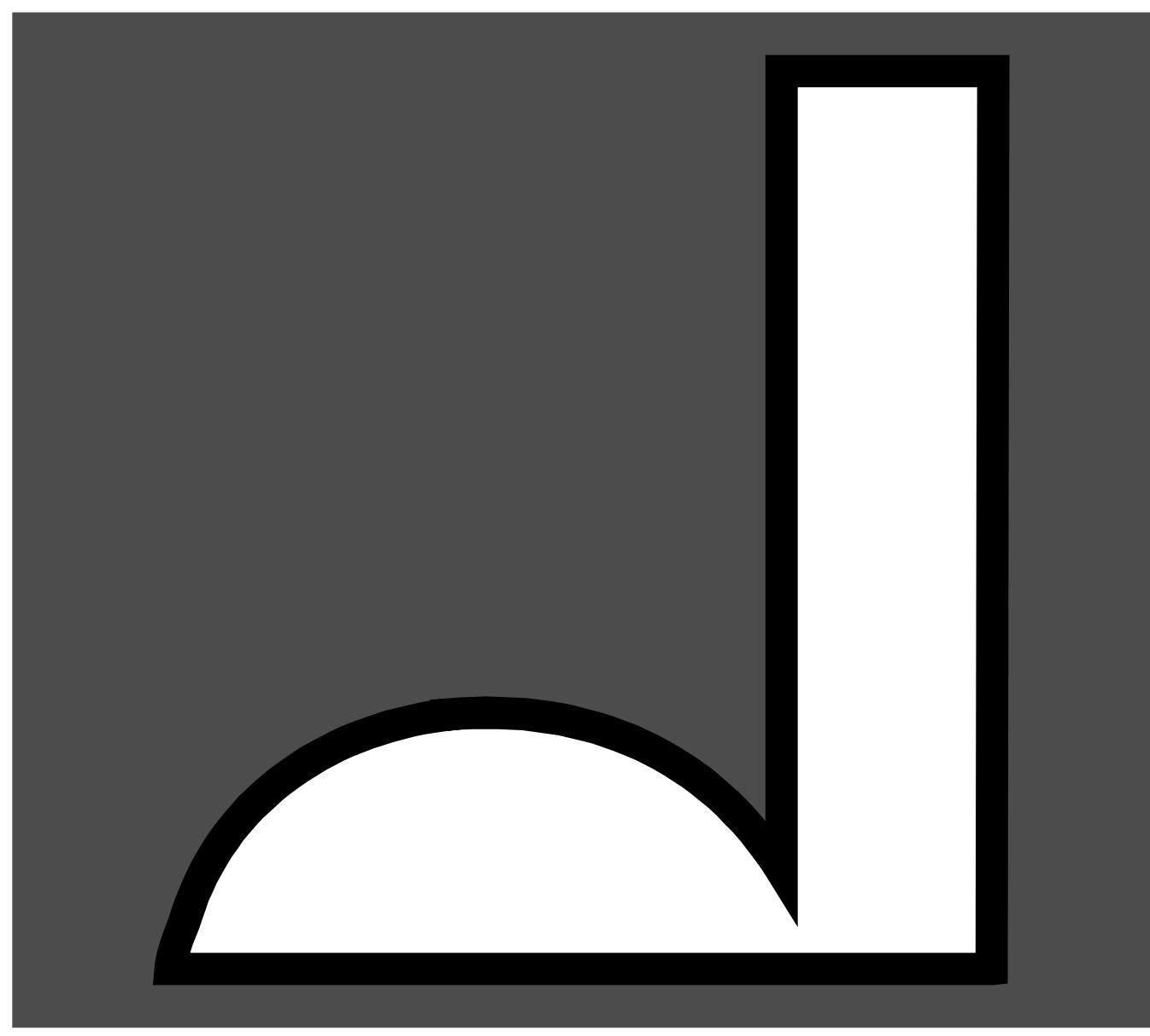




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

---

ANO LVIII – Nº 185 – TERÇA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

---

<b>MESA</b>		
<b>Presidente</b> José Sarney – PMDB – AP <b>1º Vice-Presidente</b> Paulo Paim – BLOCO – PT – RS <b>2º Vice-Presidente</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO <b>1º Secretário</b> Romeu Tuma – PFL – SP <b>2º Secretário</b> Alberto Silva – PMDB – PI	<b>3º Secretário</b> Heráclito Fortes – PFL – PI <b>4º Secretário</b> Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS  <b>Suplentes de Secretário</b> 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Shessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ	
<b>LIDERANÇAS</b>		
<b>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23</b> (PT-14, PTB-3, PSB-3, PL-3)  <b>LÍDER</b> Tião Viana - PT  <b>Vice-Líderes</b> Roberto Saturnino-PT Ana Júlia Carepa-PT Flávio Arns-PT Ideli Salvatti-PT  <b>LÍDER - PL</b> Magno Malta  <b>VICE-LÍDER - PL</b> Aelton Freitas  <b>LÍDER – PSB - 3</b> Antonio Carlos Valadares  <b>VICE-LÍDER – PSB</b> Geraldo Mesquita Júnior  <b>Líder – PTB - 3</b> Fernando Bezerra  <b>LIDERANÇA DO PMDB - 22</b>  <b>LÍDER</b> Renan Calheiros <b>Vice-Líderes</b> Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes	<b>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28</b> PFL – 17 / PSDB – 11  <b>LÍDER</b> Efraim Morais - PFL <b>Vice-Líderes</b> Tasso Jereissati-PSDB Césas Borges-PFL Eduardo Azeredo-PSDB Rodolpho Tourinho-PFL  <b>LÍDER – PFL</b> José Agripino  <b>Vice-Líderes – PFL</b> Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro  <b>LÍDER – PSDB</b> Arthur Virgílio  <b>Vice-Líderes – PSDB</b> Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias	<b>LIDERANÇA DO PDT – 5</b>  <b>LÍDER</b> Jefferson Péres  <b>Vice-Líder</b> Almeida Lima  <b>LIDERANÇA DO PPS – 2</b>  <b>LÍDER</b> Mozarildo Cavalcanti  <b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b>  <b>LÍDER</b> Aloísio Mercadante – PT  <b>Vice-Líderes</b> Fernando Bezerra-PTB Patrícia Saboya Gomes-PPS Hélio Costa-PMDB Marcelo Crivella-PL
<b>EXPEDIENTE</b>		
Agaciol da Silva Maia <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b> Júlio Werner Pedrosa <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b> José Farias Maranhão <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b>	Raimundo Carreiro Silva <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b> Sérgio Castro <b>Diretor da Subsecretaria de Ata</b> Denise Ortega de Baere <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b>	

# **CONGRESSO NACIONAL**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## **DECRETO LEGISLATIVO Nº 805, DE 2003**

**Autoriza o Governo do Estado do Pará a alienar terras de propriedade do Estado, até o limite de dezesseis mil hectares, à Sococo – Agroindústrias da Amazônia Ltda.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Congresso Nacional, à vista do pedido que lhe foi dirigido e devidamente instruído, autoriza o Governo do Estado do Pará a alienar terras de propriedade do Estado, até o limite de dezesseis mil hectares, à Sococo – Agroindústrias da Amazônia Ltda. de acordo com o processo administrativo formalizado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de novembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### **1 – ATA DA 159<sup>a</sup> SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 2003**

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### **1.2.1 – Mensagens do Presidente da República**

Nº 223, de 2003 (nº 592/2003, na origem), de 6 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 25, de 2003-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$229.900.000,00 (duzentos e vinte e nove milhões e novecentos mil reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.757, de 6 de novembro de 2003..... 36008

Nº 224, de 2003 (nº 593/2003, na origem), de 6 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 54, de 2003-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$597.388.770,00 (quinhentos e noventa e sete milhões, trezentos e oitenta e oito mil, setecentos e setenta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.758, de 6 de novembro de 2003..... 36008

#### 1.2.2 – Ofícios

Nº 363/2003, de 6 do corrente, da Liderança do Governo no Senado Federal, de indicação da Senadora Ideli Salvatti como Vice-Líder do Governo no Senado Federal..... 36008

Nº 471/2003, de 7 do corrente, da Liderança do PT e Bloco de Apoio ao Governo, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 135, de 2003. .... 36008

#### **1.2.3 – Ofício do Ministro de Estado das Relações Exteriores**

Nº 41/2003, de 3 do corrente, encaminhando informação em resposta ao Requerimento nº 674, de 2003, do Senador Mozarildo Cavalcanti.... 36008

#### **1.2.4 – Leitura de requerimentos**

Nº 1.093, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Coordenador da Rede Nacional contra o Tráfego de Animais Silvestres. .... 36009

Nº 1.094, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona..... 36009

Nº 1.095, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona..... 36009

Nº 1.096, de 2003, de autoria do Senador Roberto Saturnino, solicitando a retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2001, de sua autoria, que atribui ao Senado Federal a iniciativa de destituição do Procurador-Geral da República..... 36010

Nº 1.097, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República as informações que menciona. .... 36010

#### **1.2.5 – Discursos do Expediente**

**SENADORA SERYS SLHESSARENKO** – Importância da reforma da Previdência, defendendo a negociação e a prudência para a votação da matéria..... 36010

**SENADOR JOÃO RIBEIRO** – Solenidade realizada em Anápolis-GO, no último final de semana, em que foi anunciado o contrato para a restauração e manutenção de rodovias federais, que recuperará, inicialmente, a BR 153, a Belém-Brasília. .... 36014

**SENADORA FÁTIMA CLEIDE** – Preocupação com o conflito na área indígena Cinta Larga, em Rondônia, em cujo território se encontra a maior jazida de diamantes do mundo. .... 36014

Novembro de 2003

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Terça-feira 11 36007

SENADOR PAULO PAIM – Transcurso dos 60 anos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Expectativas de negociação da reforma da Previdência. ....	36028	pelo Tribunal de Contas da União – TCU, em obras que têm dotação orçamentária da União.....	36054
SENADOR JOSÉ JORGE – Presença, amanhã, do Ministro do Planejamento na Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal. Preocupação com os setores de telecomunicações, transportes, saneamento e elétrico do País. Cobrança do novo marco regulatório para o setor elétrico. ....	36029	SENADOR VALMIR AMARAL – Saudação à Companhia de Saneamento do Distrito Federal – CAESB, ao trabalhar na identificação de novos mananciais de abastecimento, incitando os demais órgãos de gestão de recursos naturais do País a agirem de forma semelhante.....	36055
SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Consequências do êxodo rural, como a crescente violência nos meios urbanos, defendendo a participação dos municípios na discussão da reforma agrária. ....	36033	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Atraso no repasse do Fundo de Participação aos Municípios, fato este que acarretará a falta de recursos para o pagamento do 13º salário de seus servidores.....	36056
SENADOR JONAS PINHEIRO – Relatório de sua visita oficial aos EUA. ....	36034	SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários a artigos sobre o problema das drogas, publicados na <b>Revista de Cultura do Imae</b> – Instituto Metropolitan de Altos Estudos. ....	36059
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações sobre o episódio de bloqueio das pensões de idosos com mais de 90 anos de idade. Aspectos da viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África. Comentários sobre entrevista do Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu. ....	36038	<b>1.2.7 – Comunicação da Presidência</b> Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. ....	36061
SENADOR AELTON FREITAS – Preocupação com crimes ambientais cometidos em Minas Gerais. ....	36042	<b>1.3 – ENCERRAMENTO</b>	
SENADOR MÃO SANTA – Homenagem ao Senador Alberto Silva pelo transcurso do seu aniversário. ....	36043	<b>2 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>	
SENADOR EURÍPEDES CAMARGO – Analise sobre a reforma tributária. ....	36046	Convocação para a 9ª Reunião, a realizar-se no dia 12 de novembro de 2003, destinada à eleição do Presidente do Conselho. ....	36062
SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Considerações sobre o episódio de bloqueio das pensões de idosos com mais de 90 anos de idade. Comenta ações do Ministro Ricardo Berzoini à frente do Ministério da Previdência Social .	36048	<b>3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL</b>	
SENADOR ROBERTO SATURNINO – Transcurso dos 181 anos de criação da Marinha brasileira. Homenagem ao Almirante Marques Justo Guedes. Entrevista do Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu. ....	36050	Nºs 5.148 a 5.165, de 2003. ....	36063
SENADOR PEDRO SIMON – Considerações sobre entrevista do Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu. ....	36051	<b>SENADO FEDERAL</b>	
SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Preocupação com a administração do governo Luiz Inácio Lula da Silva. ....	36053	<b>4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA</b>	
<b>1.2.6 – Discursos encaminhados à publicação</b>		<b>5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</b>	
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Importante trabalho de fiscalização realizado		<b>6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>	
		<b>7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>	
		<b>8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>	
		<b>9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ</b>	
		<b>CONGRESSO NACIONAL</b>	
		<b>10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL</b>	
		<b>11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>	
		<b>12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)</b>	
		<b>13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)</b>	

## Ata da 159ª Sessão não Deliberativa, em 10 de novembro de 2003

*1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura: Presidência dos Srs. Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Mão Santa e Luiz Otávio*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

### MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– **Nº 223, de 2003** (nº 592/2003, na origem), de 6 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 25, de 2003-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 229.900.000,00 (duzentos e vinte e nove milhões e novecentos mil reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.757, de 6 de novembro de 2003; e

– **Nº 224, de 2003** (nº 593/2003, na origem), de 6 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 54, de 2003-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 597.388.770,00 (quinhentos e noventa e sete milhões, trezentos e oitenta e oito mil, setecentos e setenta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.758, de 6 de novembro de 2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – As mensagens lidas vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

GABINETE DA LIDERANÇA DO GOVERNO  
Of. Nº 363/2003-GLGOV

Brasília, 6 de novembro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 66-A, parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, indico a Senadora Ideli Salvatti como Vice-Líder do Governo.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de consideração e apreço. - Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 471/03-GLDPT

Brasília-DF, 7 de novembro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o Senador Delcídio Amaral, na qualidade de representante do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Tião Viana, para integrar a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 135, de 2003, que altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.

Atenciosamente, – **Tião Viana**, Líder do Partido dos Trabalhadores, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – A informação foi encaminhada em cópia ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 1.093, 2003**

**Requer voto de aplauso, ao Coordenador da Rede Nacional contra o tráfico de Animais Silvestres, Dener Giovani, contemplado com o Premio Sasakawa de Meio Ambiente, da ONU.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao Coordenador da Rede Nacional Contra o Trafico de Animais Silvestres - RENCTAS, Dener Giovani, contemplado pela Organização das Nações Unidas – ONU pelo seu trabalho, considerado um dos mais importantes do mundo, na luta contra o tráfico de animais silvestres.

Requeiro, ademais, que, deste Voto de Aplauso, sejam cientificados o homenageado e a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

**Justificativa**

O Voto de aplauso que ora requeremos justifica-se diante da justa premiação, outorgada pela Organização das Nações Unidas – ONU, ao Coordenador da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres – RENCTA, Dener Giovani, único brasileiro a merecer a honraria, Dener Giovani receberá o Prêmio, que é também uma deferência ao Brasil, no próximo dia 19 do corrente, em Nova York.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 2003. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para Decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Será enviado o voto de aplauso solicitado.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2003**

**Requer, ao Senhor Ministro da Justiça, informações acerca do controle e/ ou fiscalização de GHB e outras drogas assemelhadas.**

Senhor Presidente, requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Senhor Ministro da Justiça, informações acerca do controle e fiscalização sobre drogas e, em especial do gamahidroxibutirato - GHB, com indicações pormenorizadas sobre a ação do ministério nesse campo.

**Justificação**

O jornal **Diário de Pernambuco**, além de outros órgãos, publica reportagem sobre o Uso da droga conhecida pela sigla GHB, causando mortes, principalmente de jovens.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta. No caso em tela, estou solicitando esclarecimentos diante das informações veiculadas pelo jornal, para que esta Casa fique inteirada dos mecanismos de controle e/ou fiscalização do uso de drogas, em particular o GHB.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 2003. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

**REQUERIMENTO Nº 1.095, DE 2003**

**Requer, ao Senhor Ministro da Saúde, informações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, acerca do controle e/ou licenciamento de GHB e outras drogas assemelhadas.**

Senhor Presidente, requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Senhor Ministro da Saúde, informações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, acerca de licenciamento e/ou controle de gamahidroxibutirato – GHB e outras drogas assemelhadas, com indicações pormenorizadas sobre a ação da Agência nesse campo.

**Justificação**

O jornal **Diário de Pernambuco**, além de outros órgãos, publica reportagem sobre o uso da droga conhecida pela sigla GHB, causando mortes, principalmente de jovens.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X, do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta. No caso em tela, estou solicitando esclarecimentos diante das informações veiculadas pelo jornal, para que esta Casa fique inteirada dos mecanismos de licenciamento e/ou controle de venda dessa e outras drogas.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 2003. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Os requerimentos lidos serão encaminhados à Mesa para decisão, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 1.096, DE 2003**

Excelentíssimo Senhor Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal

Nos termos do Inciso I do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Ex<sup>a</sup> a retirada da PEC nº 2/2001, que atribui ao Senado Federal a iniciativa de destituição do Procurador-Geral da República, de minha autoria.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2003. - Senador **Roberto Saturnino**.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 1.097, DE 2003**

**Requer informações ao Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República acerca dos gastos com viagens de servidores públicos do Poder Executivo.**

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República informações acerca de gastos com viagens de servidores do Poder Executivo, incluindo valores das diárias e das passagens, desde o início do Governo, 1º de fevereiro de 2003.

**Justificação**

O jornal **O Estado de S. Paulo** publicou, na edição de 9 de novembro de 2003, noticiário informando que a Presidência da República se preocupa com gastos, considerados abusivos, de servidores públicos, principalmente em fins de semana.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. No caso em

tela, estou solicitando esclarecimentos diante das informações veiculadas pelo jornal, que adianta estar o Governo preocupado por considerar “abusivos” muitos desses deslocamentos.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O requerimento lido será encaminhado à Mesa para decisão, nos termos regimentais.

Há oradores inscritos.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PFL – TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito, em primeiro lugar, para uma comunicação inadiável; e este Senador, em segundo.

**A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – A Presidência comunica à nobre Senadora Serys Slhessarenko que V. Ex<sup>a</sup> é a primeira inscrita para o tempo destinado aos oradores.

V. Ex<sup>a</sup> se pronunciará agora, por 20 minutos, ou, depois, para uma comunicação inadiável?

**A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, falarei agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko.

Está assegurada a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora, por 20 minutos.

**A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Paulo Paim que preside esta sessão, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, nesta semana, estou sendo a primeira a usar esta tribuna. Certamente, numa semana em que teremos muitos debates, em especial sobre a reforma da Previdência. Aliás, acredito que seria até interessante fazermos um estudo, um levantamento, através dos tempos, sobre em que momento os debates estiveram tão fluentes no Senado da República como atualmente.

Temos discutido, em plenário e nas comissões, concomitantemente, a Reforma da Previdência, a Re-

forma Tributária, a Reforma do Judiciário, o Orçamento e também o PPA. Realmente, as matérias são muitas e diversas e requerem muito tempo de nossa parte.

Creio que as Sr<sup>a</sup>s e os Srs. Senadores estão precisando de quase 20 horas de trabalho por dia para debaterem todas essas reformas, além do Orçamento e do PPA. É claro que todas essas discussões têm que se dar a partir de entendimento entre as partes interessadas nos referidos temas.

Por conseguinte, o trabalho não se restringe às discussões em plenário, pois engloba também debates com as organizações, no tocante à Reforma da Previdência, com os Governadores e partes envolvidas na Reforma Tributária. O mesmo acontece com a Reforma do Judiciário. Quanto ao Orçamento, nem se fala, pois essa questão é profunda também.

Hoje, Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, ressalto a importância que devemos conferir, neste momento, à Reforma da Previdência, que se reveste de uma seriedade muito grande. Venho dizendo já há bastante tempo que a questão da Previdência no Brasil estará em parte resolvida se conseguirmos – e isso o nosso Governo está buscando – não só acabar com as fraudes – e para isso estão sendo usados todos os mecanismos, eu tenho certeza disso –, mas também acabar com a sonegação em todas as instâncias, tanto da iniciativa privada quanto, e principalmente, dos Poderes Públicos.

Temos dados de que os maiores sonegadores da Previdência, os piores pagadores são as instâncias de Poder Público. Os servidores e os trabalhadores pagam, mas são as Prefeituras, os Governos de Estado e a própria União que devem suas quotas à Previdência.

E o terceiro aspecto, além do combate à fraude e aos sonegadores, seria designar os recursos recolhidos e destinados à Previdência para a própria Previdência, porque muitos recursos são arrecadados mas utilizados para outros fins que não aqueles a que deveriam ser destinados.

Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, sou uma das aquelas que sempre entenderam que a Previdência Social, no Brasil, precisa mudar, e precisa mudar muito.

Basta o mínimo de sensibilidade social para perceber que as notórias distorções que se observam na remuneração e nos benefícios das carreiras de Estado impõem, de fato e urgentemente, às nossas autoridades públicas a necessidade de corrigi-las.

Não é justo, Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, que alguns ganhem R\$30 mil ou R\$40 mil, enquanto a absoluta maioria dos aposentados percebe

um salário miserável que mal dá para lhes garantir os seus direitos mais elementares como a alimentação e um teto sob o qual possam repousar das agruras desta vida.

Portanto, quando se cogitou a Reforma da Previdência Social é claro que nós vibramos, como vibraram todos os brasileiros com a perspectiva de dar um basta àquilo tudo que sempre levou alguns a serem considerados “marajás”, privilegiados que sempre engordaram às custas do serviço público, ou seja, às custas do Erário, da chamada “bolsa da viúva”, a União, que os espertalhões jamais tiveram pejo em sangrar e saquear, da forma mais cínica possível.

Ao se dispor a capitaneiar as reformas, o nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstra ser um governante sensível com relação às grandes causas do desarranjo que se observa na estrutura de nossa sociedade.

Nossa expectativa sempre foi que essas reformas propostas pelo ilustre Presidente Lula, capitaneadas pelo Governo do Partido dos Trabalhadores e pelos Governadores de todos os Estados, acontecessem de forma a consagrarem o método participativo que o Partido dos Trabalhadores sempre defendeu e participou.

Antes de qualquer coisa, é preciso garantir, preservar e ampliar o debate democrático – e esse sempre foi um dos compromissos históricos do Partido dos Trabalhadores.

Depois dos atropelos que se observaram na Câmara dos Deputados, dos questionáveis encaminhamentos dados à reforma da Previdência na Câmara Federal, enfrentamos agora esta discussão no Senado Federal, e é bom perceber que essa importante matéria chega para votação em um momento em que há uma nova e importante decisão das Lideranças do PT e do Governo, nesta Casa, em negociar possíveis adequações da matéria.

Claro que há ainda muita coisa a se aperfeiçoar nesse processo de negociação, mas, de qualquer forma, ressalto as conversas que tenho mantido, dentro da nossa Bancada, com os nossos Líderes Tião Viana e Aloizio Mercadante, ouvindo de S. Ex<sup>a</sup>s a disposição de se adequarem à proposta de reforma da Previdência de forma a contemplar mais amplamente os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras que serão por ela atingidos.

Falo em atingidos, e todos que procuramos nos perfilar entre aqueles que defendem os avanços progressistas em nossa sociedade sabemos que a grande batalha que se deve travar neste País não é a para excluir ou prejudicar nenhum servidor, mas, sim, para

enfrentar o verdadeiro problema estrutural da Previdência Social no Brasil, que é a escandalosa exclusão de mais de 50% da população trabalhadora brasileira dos seus benefícios.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> permite-me um aparte?

**A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Pois não, Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senadora Serys Slhessarenko, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> por trazer a debate, hoje, a reforma da Previdência. Na verdade, não tivemos nem cinco sessões de debates. A primeira sessão, em uma quinta-feira, passou despercebida, e não houve sequer um inscrito para debater a reforma. Se conseguíssemos um espaço para debatê-la hoje, seria uma compensação, já que amanhã será o último dia. Percebo em seu pronunciamento certa preocupação com a reforma da Previdência, preocupação com a qual comungo. Não somos contra a reforma, mas entendo que, como veio da Câmara dos Deputados, apresenta problemas tanto na transição, como na paridade e no subteto. Avançaríamos, no meu entendimento, com uma redação bem melhor também para atenuar a situação dos inativos, que passarão a contribuir. Percebo o seu esforço. Tenho caminhado com V. Ex<sup>a</sup> na linha da negociação e do entendimento. No entanto, infelizmente, não há espaço humanamente possível para votarmos as PECs nºs 67 e a 77 até o fim do ano. Por isso, estamos em uma encruzilhada. É um momento muito difícil. Vamos forçar a negociação ao máximo para conseguirmos alterações na PEC nº 67, porque esta poderá - se suprimirmos alguns artigos, como subteto, transição e, mesmo, parte da paridade - ser promulgada sem o que for suprimido. Não ocorreria o que alguns levantam, a tal promulgação fatiada, porque a supressão não faz com que a proposta volte. Creio que o caminho seja por aí. Não quero ocupar o seu tempo. Estou inscrito também. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. Deveremos continuar este debate. Para concluir, repito que não consigo encontrar ninguém, neste plenário, com garantia de 49 votos. Se não houver acordo, como diz o baiano e não o gaúcho, haverá muita dança.

**A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Paulo Paim. A palavra de ordem na reforma da Previdência precisa ser: negociar, negociar e negociar.

Como eu disse, o problema estrutural da Previdência Social no Brasil é a escandalosa exclusão de mais de 50% da população trabalhadora brasileira dos seus benefícios.

No Brasil tão conflitado que temos, neste início de século XXI, faz-se realmente necessária e prioritária, além de uma vigorosa política de reforma agrária, de reforma urbana e de retomada do crescimento - conforme tem sido defendido por tantos valentes brasileiros, como esta grande personalidade brasileira, o economista Celso Furtado; por este grande líder do nosso Mato Grosso, o Bispo Dom Pedro Casaldáliga; por tantos e tão ardorosos defensores da coisa pública - uma fiscalização governamental implacável e incorruptível com relação às suas contas e uma política de segurança social includente.

Devemos, sim, saudar a providência de se estabelecerem tetos para a remuneração de todos os servidores, enquanto o decorrer do tempo - confiamos nós - se encarregará de eliminar dos encargos da União, dos Estados e Municípios as superaposentadorias e outras acumulações, aleijões que uma legislação patrimonialista e permissiva sempre permitiu e incentivou, às custas do sacrifício da maioria da população.

Lutamos contra os privilégios na Previdência porque percebemos que a quase totalidade do funcionalismo público na ativa e na aposentadoria não goza de nenhuma regalia, Sr. Presidente. Muito pelo contrário. Lutamos contra os privilégios na Previdência, lutamos pelo fim dos salários dos marajás, porque entendemos que esse é o bom combate, um combate que o Governo Lula, que o Governo do Partido dos Trabalhadores trava, para que se tenha, finalmente, justiça social em nosso País.

Dessa forma, Sr. Presidente, temos nos batido, em todos os espaços de discussão, por avanços efetivos na proposta que está sendo agora submetida à apreciação deste Senado Federal, alertando as Lideranças do Partido dos Trabalhadores, alertando nossos companheiros do Ministério da Previdência Social, alertando nossos companheiros do Governo Lula de que muitas das alterações oferecidas até aqui não criam novas modalidades de Previdência Social. Muitas dessas alterações atacam alguns direitos jamais questionados nos programas e nos discursos de campanha do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores - a não taxação de aposentados, a integralidade de pensões e a necessidade de regras justas de transição.

Entendemos que a tramitação e a apreciação de uma matéria como esta não pode ser feita a toque de caixa, porque isso não combina com o regime democrático pelo qual tanto nos batemos nos anos de chumbo da ditadura militar.

Na Assembléia Nacional Constituinte, ficou famoso aquele chamamento que o Deputado Ulysses Guimarães fazia a seus Pares: "Vamos votar, vamos votar!" Muitos dos que aqui estão foram Constituintes e se lembram daquele período memorável. Pois eu agora quero fazer um novo chamamento e firmar um novo pacto: "Vamos negociar, vamos negociar, vamos negociar!", porque entendo que a negociação tem de ser a mola-mestra desta reforma da Previdência, de forma que não se possa dizer que, em relação aos servidores públicos, o Partido dos Trabalhadores desrespeitou contratos e atacou o direito adquirido.

Vamos negociar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, porque é isso que a Nação espera de nós, e para isso estamos aqui. Vamos fazer a melhor reforma possível, sabendo que toda vez que governos, para resolverem seus problemas de caixa, pensam em passar por cima de direitos adquiridos, o que se põe em risco é o próprio Estado de Direito.

Vamos negociar, Srs. Líderes, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores.

E para negociar em nome dos servidores, em nome de toda a sociedade brasileira, estão postas em plenário nossas propostas de emenda ao texto da reforma. Este é um momento muito delicado, um momento de importante aprendizado para todos nós. Então, é importante que sejamos guiados pela prudência.

Prudência, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, na avaliação da proposta que impõe a taxação de inativos e pensionistas. Entendo que o Partido dos Trabalhadores, que tanto tem preservado e respeitado contratos, quando se trata de suas negociações com o capital financeiro internacional, precisa também preservá-los na hora de negociar com os servidores públicos, esses nossos companheiros e companheiras que sustentam o serviço público, tão essencial para o atendimento das necessidades fundamentais da maioria pobre de nossa população.

Prudência, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, na hora de analisar a proposta do subteto salarial. Todas as negociações convergem para a importância de firmarmos um teto estadual único, tendo como parâmetro a remuneração dos desembargadores dos Tribunais de Justiça.

Prudência, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, na hora de analisar esta questão vital, que são as regras de transição. Essas regras precisam ser mais bem fixadas, e temos proposta nesse sentido, sempre temendo que a proposta de reforma também possa ameaçar, nesse aspecto, direitos adquiridos pelos servidores – com direitos adquiridos, entendemos

nós à luz da Constituição Federal e em defesa do Estado de Direito, não se deve mexer.

Prudência, Srs. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, na abordagem da questão da integralidade.

Prudência no estabelecimento de melhores condições para os servidores que optarem pelas regras de transição.

Prudência na fixação de aposentadoria com paridade para os atuais servidores.

Prudência na definição das regras que envolvem aqueles servidores ou seus dependentes portadores de necessidades especiais.

Prudência para garantir que os policiais civis possam ter os mesmos direitos assegurados aos policiais militares.

Com prudência, com boa vontade, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, e com uma decisão de negociar sempre, tendo em vista os interesses maiores e superiores de nosso povo, certamente chegaremos àquela reforma da previdência que se faz inadiável e que virá efetivamente permitir o equilíbrio das contas públicas e a afirmação da justiça social no plano da segurança.

Devemos nos preparar para essa votação com disposição de acertar, em benefício da sociedade brasileira. Devemos participar dessa negociação com a disposição permanente de acertar, de fazer o melhor para o nosso povo.

Essa é a nossa disposição, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, e tenho certeza de que é a disposição de toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Aproveito, Sr. Presidente, os vinte segundos que me restam – eu teria bem mais o que falar – para fazer um apelo a todos as Sras e Srs. Senadores para que, daqui para frente, cada qual que ocupar esta tribuna se restrinja ao tempo determinado, para que todos tenham a oportunidade e a chance de se pronunciar em momentos tão importantes como o atual.

Meu tempo acabou, e paro o meu discurso aqui.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

*Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Sendo V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Serys Sthessarenko, membro da Mesa, a Mesa reconhece e destaca o cumprimento estrito do Regimento por sua parte com relação ao tempo.

Sendo esta uma sessão não-deliberativa e adotando o critério de intercalar os oradores regularmente escritos com as comunicações inadiáveis, concedo a palavra ao nobre Senador João Ribeiro, primeiro orador inscrito para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

Logo em seguida, falará a nobre Senadora Fátima Cleide.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PFL – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, meu companheiro de Bancada no Tocantins, Srs e Srs. Senadores, estivemos, nessa sexta-feira, na cidade de Anápolis num evento, num acontecimento muito importante para o País e sobretudo para a região Norte do Brasil.

Tratou-se do lançamento do Crema – Contrato de Restauração e Manutenção de Rodovias Federais. Naquela oportunidade – fomos a convite do Ministro dos Transportes, Anderson Adauto –, estavam presentes o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, o Vice-Presidente da República, Senador José Alencar, Presidente em exercício no dia.

O ato público na cidade de Anápolis, Goiás, contou com a minha presença e com a presença dos Governadores Marcelo Miranda, do Estado de Tocantins, e Marconi Perillo, do Estado de Goiás, de prefeitos, de vereadores, do Prefeito Interventor de Anápolis e Vice-Governador do Estado, Alcides Rodrigues Filho, dos Senadores Leomar Quintanilha e Maguito Vilela, de deputados federais do Estado de Tocantins e de outros Estados que acompanhavam o Vice-Presidente José Alencar e a comitiva do Ministro Anderson Adauto Pereira.

Em solenidade bastante concorrida, foi lançado o Programa de Restauração e Manutenção da BR-153.

Na ocasião, pudemos inclusive elucidar muitas dúvidas. Para muitos, a BR-153 apenas liga Belém a Brasília. Mas alguns discursos chamaram a nossa atenção para o fato de que, na verdade, a rodovia recebe o nome de Bernardo Sayão, engenheiro brasileiro que a desbravou e que nela morreu trabalhando. Lembrou-se, naquele momento, que a rodovia Bernardo Sayão foi construída e desbravada por Juscelino Kubitschek, o nosso JK.

Hoje, num ato também de bravura, o Governo Federal lança esse programa tão importante, financiado pelo Banco Mundial, que pretende, segundo o

próprio Presidente em exercício José Alencar, estendê-lo a outras rodovias federais.

Portanto, em nome do povo tocantinense, deixo registrada a minha alegria e satisfação de saber que, Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, depois de tanto lutarmos para que a nossa espinha dorsal, a Belém–Brasília, fosse recuperada, agora isso vai ocorrer graças ao esforço muito grande do Governo do Presidente Lula. É o início de uma obra muito importante, porque essa é rodovia de integração do Norte com o centro e o Sul do País.

Naquele momento também, Sr. Presidente, tivemos a alegria de observar que, em todos os pronunciamentos, inclusive do Ministro Anderson Adauto, do Governador de Goiás, Marconi Perillo, do Governador Marcelo Miranda, de Tocantins, e do Presidente em exercício José Alencar, houve referência à nossa tão sonhada ferrovia Norte-Sul, que, a exemplo da Belém-Brasília, foi muito criticada. Quando Juscelino tentou desbravá-la, teve oposição a essa obra tão importante.

Também sabemos que, quando o Presidente Sarney lançou a ferrovia Norte-Sul, ela foi muito criticada e atacada sobretudo por pessoas do Sul do País, que não conhecem ou não conheciam, até aquele momento, a realidade do Norte e do Nordeste do Brasil.

A nossa alegria estende-se a essa questão da ferrovia Norte-Sul, porque vimos com clareza o desejo do Presidente em exercício. Disse S. Exª que as suas palavras eram do Presidente Lula, que, quando esteve no Tocantins, falou que iria fazer a nossa ferrovia Norte-Sul.

Portanto, estamos aguardando, torcendo, lutando, trabalhando e declarando o nosso apoio a essa obra tão importante.

Ficam, então, os meus agradecimentos, em nome do Governo do Tocantins, do povo tocantinense e da nossa Bancada, por esse acontecimento tão importante que ocorreu na última sexta-feira, na cidade de Anápolis.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Fátima Cleide, por cessão da nobre Senadora Ana Júlia Carepa, por até 20 minutos.

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores. Quero cumprimentar, com muito carinho, todos aqueles que assistem à **TV Senado**. Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna no dia de hoje é algo que, infeliz-

mente, não vimos estampado na mídia nacional, mas que deveria receber a atenção todo o povo brasileiro.

Em junho passado, na semana do meio ambiente, comentei, nesta tribuna, o estado de escassez e degradação socioambiental na face da Terra, sobretudo nos últimos 50 anos. Mencionamos que, olhando o mapa do mundo, podemos hoje vislumbrar algumas manchas de concentração de recursos naturais vitais em meio a grandes áreas devastadas e desertificadas.

Das poucas regiões que abrigam abundância de recursos naturais vitais ainda hoje, uma se destaca pela grandeza de seu território e pela alta concentração de diversidade biológica e mineral: a Amazônia. E, como todos sabem, a maior parte desse imenso oásis está em território brasileiro.

Chamo a atenção novamente para o fato de que esse imenso oásis não é desabitado. Ao contrário, desde muito antes de a escassez e a exclusão se abaterem sobre o mundo, já estavam na Amazônia os povos indígenas, que hoje resistem, com caboclos e ribeirinhos, à avassaladora frente desenvolvimentista, ávida pelos recursos que restam.

Os chamados povos indígenas, segundo estudos recentes, têm sido os mais eficazes protetores dos recursos amazônicos. Recursos biológicos e minerais são muito mais concentrados ali que mesmo em parques nacionais e outras unidades de proteção ambiental. Isso faz das terras indígenas da Amazônia a última grande reserva da abundância que um dia cobriu todo esse Continente.

Por outro lado, não por força de grandes cataclismos naturais, mas por força de ações e atitudes humanas, criamos e temos mantido o sistema que nos escraviza e esgota nossas fontes vitais, enquanto as terras ocupadas pelos povos indígenas da Amazônia, há milênios, ainda não submetidas a nosso sistema moderno, guardam a abundância que nos resta.

Será que não é este ainda o momento de todos acordarmos para a grandeza desses resultados, dessas medidas e de suas perspectivas? Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Parlamentares, se acordarmos em tempo, podemos mudar o rumo dessa história. O Brasil tem hoje as condições potenciais para liderar essa mudança no mundo, seja pela grandeza de seu território, seja pela riqueza natural que abriga, seja pela experiência e saberes de seus povos originais.

Hoje, trago essa reflexão novamente ao Plenário do Senado em função dos clamores que vêm da Amazônia e de fatos gravíssimos que ocorrem na minha querida Rondônia, em particular.

Ao contrário do que vulgarmente se imagina, a Amazônia não só é habitada, como é socialmente organizada a partir de si mesma por força de uma história originalíssima que agrupa e articula o movimento social dos povos da floresta com o campo, as cidades e o mundo, consciente de sua importância nos desti-

nos do País e da humanidade, como também das ameaças que lhes cercam.

Sobretudo nos últimos dez anos, multiplicaram-se iniciativas comunitárias em busca de um modelo de desenvolvimento específico para a Amazônia, baseado em suas vocações naturais, no manejo sustentável de seus recursos e na gestão participativa das políticas públicas. Nesse período, um novo modelo vem sendo efetuado com êxito por alguns setores públicos, resultando em relações saudáveis das comunidades amazônicas com os recursos da floresta.

No início de outubro, mais precisamente entre os dias 06 e 10, reuniram-se, em Brasília, representantes das 512 entidades de diferentes segmentos socioambientais da Amazônia, que integram o Conselho Deliberativo da Rede GTA – Grupo de Trabalho Amazônico.

Na semana passada, reuniram-se centenas de entidades indígenas e aliadas, em Manaus, no I Fórum Permanente dos Povos Indígenas da Amazônia, promovido pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – Coiab. Quem esteve presente àquele evento testemunha, unanimemente, o notável grau de organização e a admirável maturidade com que se desenvolveram os debates entre as lideranças indígenas em todas as fases do encontro.

Ambos os eventos, resultantes da permanente mobilização das entidades associadas, objetivam alertar, informar e debater com o Governo e a sociedade brasileira a necessidade de medidas urgentes para debelar conflitos que ameaçam a maior floresta tropical do mundo e suas populações tradicionais.

Quero aqui saudar, de modo especial, o Subsecretário-Geral da Presidência da República pela participação no segundo dia de trabalhos do Fórum, em Manaus. Depois de ouvir 43 lideranças indígenas, o representante do Governo Federal naquele evento comprometeu-se a encaminhar proposta no sentido de reunir Ministros e lideranças, ainda no mês de novembro, de modo a pautar uma audiência das principais representações do movimento indígena com o Presidente da República.

Encaminharei à Mesa os documentos finais do encontro da Rede GTA e do I Fórum Permanente dos Povos Indígenas da Amazônia para que sejam publicados e registrados nos Anais desta Casa junto com este pronunciamento.

No entanto, entre os muitos aspectos da realidade amazônica, as organizações sociais da Amazônia acompanha com grande apreensão um conflito que recrudesce hoje em Rondônia e que registra toda sorte de resultados cruéis. Trata-se, Sr. Presidente, da situação do povo indígena Cinta Larga, em cujo território se encontra a maior jazida de diamantes do mundo, cercado pela cobiça capitalista, sob a absoluta ausência do Estado e a omissão dos setores públicos.

Há 40 anos, devido ao episódio que ficou conhecido como o Massacre do Paralelo 11, o Estado brasileiro foi, pela primeira vez, denunciado internacionalmente por genocídio. Em 1963, a ganância de minadoras de diamantes reduziu os cinco mil Cinta Larga a cerca de 1.300 sobreviventes, em brutal ação de extermínio. Até hoje, os mandantes não foram punidos, enquanto testemunhas e denunciantes foram assassinados ou enlouqueceram.

Em janeiro deste ano, a área dos Cinta Larga encontrava-se invadida por mais de cinco mil garimpeiros em atividade, com efeitos dramáticos sobre as condições de vida e a cultura daquele povo milenar. A partir da posse do Presidente Lula, no entanto, a garimpagem predatória e o saque aos recursos naturais na área dos Cinta Larga vinham sendo contida pela ação competente de uma equipe da Funai, coordenada pelo indigenista Walter Blos, que retirou, pacificamente, os garimpeiros da terra indígena, com a participação direta dos próprios índios nas operações de fiscalização e controle de seu território, apoiados pela Polícia Florestal de Rondônia e pela Polícia Federal.

Também foi aprimorado o Plano Emergencial Pró-Cinta Larga, que, aprovado desde 2002 pelo Ministério da Justiça, infelizmente, ainda não foi implementado.

No entanto, desde setembro passado, a não-liberação dos recursos aprovados para a efetivação do Plano Pró-Cinta Larga e para as ações emergenciais reanimou as investidas de exploração ilegal em território indígena. Com isso, ganham fôlego renovado a prostituição, a corrupção, o tráfico de armas e drogas, com crescentes registros de mortes – tanto de índios quanto de garimpeiros e indigenistas.

Hoje, os garimpeiros e grandes empresas de mineração pressionam o Governo pelo liberação do garimpo e ameaçam invadir novamente a área.

Por sua vez, o Governador Ivo Cassol tem sido duramente criticado e parcialmente responsabilizado pelo agravamento da situação, devido às posições publicamente assumidas em favor da liberação da mineração na área dos Cinta Larga e outras atitudes, que, na avaliação das organizações sociais da Amazônia, favorecem e estimulam a violação aos direitos indígenas.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Parlamentares, o mais preocupante em meio a tudo isso é que está em curso uma campanha covarde e criminosa, que utiliza todos os veículos de comunicação do meu Estado, divulgando informações mentirosas e caluniosas contra os índios e funcionários da Funai, que perseveram em defender a vida e os direitos constitucionais daquela comunidade indígena.

Segundo informes que nos chegam do Estado de Rondônia, os Cinta Larga estão sendo barbaramente acusados de participar de crimes que desco-

nhecem, o que exige desde já fundamental suporte jurídico, monitoramento de relatores de direitos humanos nacionais e internacionais para evitar a violação de outros direitos indígenas na região.

A campanha disparada contra os índios confunde a opinião dos cidadãos de bem que vivem nos Municípios em torno da Terra Indígena Cinta Larga. E vai mais além, Sr. Presidente: alimenta e amplia o preconceito, a discriminação e a violência sobre as populações indígenas em geral, de todas as etnias, induzindo a população rondoniense a acreditar que os índios são um obstáculo ao desenvolvimento local.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senadora Fátima Cleide, a Presidência ousa interrompê-la apenas para informá-la de que o discurso de V. Ex<sup>a</sup> está sendo prestigiado pelos alunos da Unerj, do curso de Arquitetura, que visitam as galerias desta Casa.

Para nós, da Presidência, e para as Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, tenho certeza, é uma honra a presença de todos aqui.

Aproveito para também cumprimentar os nossos telespectadores da TV Senado.

Continua V. Ex<sup>a</sup> com a palavra.

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu também gostaria de cumprimentar os alunos da Unerj e espero contar com a participação da universidade e do movimento estudantil na defesa dos povos indígenas, principalmente neste difícil momento por que passa o povo Cinta Larga.

Sr. Presidente, senhores telespectadores, infelizmente, os índios Cinta Larga, hoje, estão sendo pintados pela mídia local como assassinos cruéis, antropófagos primitivos e outros absurdos. Essa campanha serve apenas para justificar um iminente genocídio, estimulado e patrocinado pelo rico mercado da mineração e da exploração madeireira - como há 40 anos se fez contra os Cinta Larga de Rondônia e há 500 anos se faz neste País.

Em função da gravidade da situação, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados esteve em visita àquela região no mês passado e apresentou suas conclusões em audiência pública na semana passada. O relatório constitui-se em documento histórico, com o precioso registro de fatos tão cruéis quanto recorrentes, que vitimam o povo Cinta larga.

Na próxima semana, o Relator Nacional dos Direitos Humanos para o Meio Ambiente, Sr. Jean Pierre Leroy, chegará a Rondônia, acompanhado de uma comitiva constituída pela Procuradora Ela Vieko, do Ministério Público Federal; pelo Procurador de Rondônia, Dr. Francisco Marinho; um relator internacional

da ONU; representantes de organizações indígenas da Amazônia e de Rondônia; o Diretor de Assistência da Funai, Sr. Antônio Apurinã; a indigenista Inês Hargreaves, e representantes da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, presidida pelo Deputado Federal Eduardo Valverde (PT/RO).

Em apoio a essas iniciativas, deflagrou-se também uma campanha de apoio ao povo indígena Cinta Larga que já conta com a adesão de milhares de cidadãos e de organizações da Amazônia e das demais regiões do Brasil, exigindo providências, em caráter de urgência, ao Estado brasileiro:

1 – liberação e aplicação, pelo Ministério da Justiça, da totalidade dos recursos aprovados para custeio e investimentos previstos no Plano Emergencial Cinta Larga;

2 – implementação das ações de proteção e apoio à população Cinta Larga, com segurança alimentar, incremento à produção de alimentos, diagnóstico e perícia técnica dos danos sociais, ambientais e econômicos provocados pela exploração ilegal dos recursos de seu território;

3 – políticas públicas articuladas, com prioridade para assistência à saúde e educação, assistência técnica, inventário e manejo de recursos naturais em favor da capacitação dos índios e suas organizações em atividades legais e sustentáveis;

4 – articulação entre os serviços de inteligência dos órgãos de segurança pública em todos os níveis, o Ministério Público, IBAMA e FUNAI, no sentido de proteger a vida dos Cinta Larga em proceder à apuração dos crimes cometidos contra eles e seu patrimônio;

5 – requerimento de informação e esclarecimentos do Ministério da Justiça aos Governos estaduais de Rondônia e do Mato Grosso, em relação à exploração ilegal de recursos naturais e invasões a Terra Indígena, com a participação de agentes públicos estaduais;

6 – cancelamento administrativo, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do 479 requerimentos de licença para pesquisa, lavra e exploração mineral incidentes, total ou parcialmente, nos limites das quatro terras indígenas Cinta Larga;

7 – determinação à Polícia Federal no sentido de apurar, localizar, identificar, avaliar e apresentar inventário pericial dos mais de 4 mil diamantes apreendidos desde 1999 pelas Polícias Federal, Civil e Militar;

8 – termo de ajuste, leilão e doação – pelo DNPM – dos valores referentes ao total de recursos minerais apreendidos em investigações policiais,

possibilitando a plena certificação de origem e a investigação de eventuais irregularidades;

9 – termo de ajuste, leilão e doação – pelo IBAMA – dos valores referentes aos mais de 50 mil metros cúbicos de madeira originária da Terra Indígena Cinta Larga, devidamente certificada, em favor do Fundo Cinta Larga e do Programa de Etnodesenvolvimento Cinta Larga.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, a gravidez da situação dos Cinta Larga é também alvo de denúncia à Anistia Internacional, ao Fórum Permanente de Assuntos Indígenas da Organização das Nações Unidas e à Comissão Internacional de Direitos Indígenas da Organização dos Estados Americanos, como medida de resguardo dos direitos dos povos indígenas, previstos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

A garantia da segurança e da integridade dos índios Cinta-Larga e suas terras, ameaçadas de serem reinvasadas por garimpeiros, também motivou um campanha que circula na Internet desde o último dia 22 de outubro.

De minha parte, quero dizer que estarei integrando a comissão que acompanhará o Relator Nacional dos Direitos Humanos para o Meio Ambiente, entre os próximos dias 16 e 18. Também tenho oficiado ao Ministro da Justiça e aos demais órgãos públicos responsáveis pela ação do Estado no tocante a essa questão, encaminhando documentos das comunidades e seus aliados, bem como requerendo informações atualizadas sobre as providências adotadas.

Portanto, concluo, conclamando meus nobres Pares nesta Casa do Congresso Nacional a que se engajem positivamente na Campanha em Apoio ao Povo Cinta-Larga de Rondônia e que colaborem, junto a suas bases em seus Estados, não apenas para evitar mais esse genocídio na triste história do Brasil na relação com os povos originais deste território, mas também para colaborar com a crescente conscientização de nossa sociedade e de nossos governantes sobre a natureza socioambiental, política e cultural da Amazônia, sua gente, seus recursos e seu papel estratégico para o Brasil e no destino de todos nós.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores.

#### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

Excelentíssimo Senhor  
Ministro da Justiça  
Márcio Thomaz Bastos

Brasília, 10 de outubro de 2003.

**MOÇÃO  
APOIO AO POVO INDÍGENA CINTA LARGA**

Reunido em Brasília de 06 a 10 de outubro de 2003, o Conselho Deliberativo da Rede GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), com cinqüenta representantes de 512 entidades de diversos segmentos socioambientais da Amazônia, vem denunciar ao governo brasileiro as violações dos direitos constitucionais do povo Cinta Larga e ao mesmo tempo, requerer a adoção de medidas urgentes diante dos conflitos que vem ocorrendo nas Terras Indígenas Roosevelt e Parque Indígena do Aripuanã nos estados de Rondônia e Mato Grosso, que ameaçam a integridade física e territorial do povo indígena Cinta Larga.

No aniversário de 40 anos do Massacre do Paralelo 11, sob o mesmo território imemorial em que o povo Cinta Larga foi vítima de genocídio, provocado por interesses econômicos de mineradoras de diamante, novamente ocorrem evidentes violações contra os direitos indígenas.

O massacre de 1963, foi a primeira denúncia de genocídio internacionalmente repercutida contra o estado brasileiro. Os mandantes nunca foram presos e as testemunhas e denunciantes foram mortos e/ou enlouqueceram em sanatórios.

Neste período, os Cinta Larga foram reduzidos de 5.000 pessoas para cerca de 1.300 sobreviventes.

Hoje, a maior pressão que sofrem tem origem na exploração ilegal de recursos naturais, madeiras e minérios em suas terras, em especial de diamantes, através de investidas de intermediários de empresas de mineração e representantes do governo de Rondônia.

Causa-nos indignação à pretensão e o requerimento protocolado no Ministério da Justiça em 01/10/03, em que o Governador de Rondônia, o Sr. Ivo Narciso Cassol, gestiona a invasão de 3.000 garimpeiros e apresenta proposta de “parceria” para aproveitamento econômico de recursos minerais, diamante, dentro de TI’s Cinta Larga, demarcadas, homologadas e registradas no SPU(Serviço do Patrimônio da União). O “negócio” segundo o governador, seria efetivado através da CMR, Companhia de Mineração de Rondônia que se responsabilizaria pela “compra” do produto explorado dentro de TI’s e pagamento de percentagem aos índios em flagrante ilegalidade constitucional.

A decisão do Governador de Rondônia atende aos interesses dos mineradores e garimpeiros, agravando a situação de risco dos Cinta Larga, ao sofismar “legalizar” a exploração clandestina.

É evidente que a mineração ilegal e garimpagem clandestina comprometem a organização social, os costumes e as tradições desse povo indígena, e com isso os direitos fundamentais dessas comunidades voltam a ser ameaçados.

Até o presente, a exploração ilegal de minérios em TI’s Cinta Larga e entorno vem contribuindo efetivamente com a corrupção, a lavagem de dinheiro, tráfico de armas e drogas naquela região de fronteira. Além disso, o fato de o Brasil ainda não ter se habilitado ao Certificado de Kimberley, impede a exportação oficial de diamantes, exatamente por não haver segurança de sua origem legal.

Estamos diante de sofisticado esquema de exploração de minérios em prejuízo direto de minorias e grupos indígenas com estratégias e interações semelhantes ao que ocorre em países africanos, objeto principal do processo de Certificação Kimberley para controle de origem, rastreio e exploração de diamantes.

Dante do crime de genocídio a que o povo Cinta Larga está submetido, a rede GTA requer em caráter

de urgência do Estado Brasileiro as seguintes providencias:

1. Aplicação e liberação pelo Ministério da Justiça da totalidade dos recursos aprovados para custeio e investimentos previstos no Plano Emergencial Cinta Larga;
2. Implementação das ações de proteção e apoio a população Cinta Larga, segurança alimentar, incremento a produção de alimentos e diagnóstico e perícias técnicas dos danos ambientais, sociais e materiais causados pela exploração ilegal de recursos naturais que subsidiem os planos de aplicação e o Programa de Etnodesenvolvimento Cinta Larga;
3. Articulação interinstitucional de políticas públicas (Funasa, MEC, Ibama, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Minas e Energia) sob a coordenação do Ministério da Justiça para a priorização de ações de assistência à saúde, educação, assistência técnica, inventário e manejo de recursos naturais para capacitar os índios e suas Associações em atividades legais e ambientalmente sustentáveis;
4. Articulação entre os serviços de inteligência da Polícia Federal, da ABIN, do grupo de Combate ao Crime Organizado, do Ministério Público Federal e equipes de fiscalização da Funai no sentido de assegurar a integridade de vida aos representantes Cinta Larga e a apuração dos crimes contra a integridade dos índios, suas terras e patrimônio ambiental;
5. Requerimento do Ministério da Justiça requisitando esclarecimentos dos governos dos estados de Mato Grosso e Rondônia em relação ao fomento à exploração ilegal de recursos naturais e invasões em TI's e a participação de agentes públicos.
6. Cancelamento administrativo pelo DNPM dos 479 requerimentos de pesquisa, lavra e exploração mineral incidentes, total e parcialmente, nos limites das 04 TI's Cinta Larga, assegurando o domínio do subsolo da União e não permitir a especulação cartorial do subsolo das Terras Indígenas e a exploração dos Cinta Larga à pressão de grupos econômicos predatórios.
7. Determinação por parte do Ministério da Justiça para a Polícia Federal apurar, localizar, identificar, avaliar e apresentar inventário pericial de todos os lotes de mais de 4.000 diamantes apreendidos desde 1999 pelas Polícias Federal, Civil e Militar através da relação e análise comparativa de inquéritos policiais, totalização dos autos de infração/apreensão e flagrantes lavrados na região visando a quantificação e qualificação do total apreendido para a certificação de origem do Processo Kimberley, bem como a devida investigação de desvios e irregularidades porventura ocorridas.
8. Termo de ajuste, leilão e doação pelo DNPM dos valores referentes a total de pedras de diamantes e outros apreendidas em investigações policiais e devidamente certificadas no processo Kimberley em favor do Fundo Cinta Larga e Programa de Etnodesenvolvimento Cinta Larga que deverá desenvolver ações integradas, de curto, médio e longo prazo através de planos de aplicação em atividades de desenvolvimento econômico, cultural, social e ambiental em favor dos Cinta Larga.
9. Termo de ajuste, leilão e doação pelo Ibama dos valores referentes aos mais de 50.000 m<sup>3</sup> de madeiras apreendidas em Juina, Vilhena, Aripuanã, Espigão D'Oeste, Pimenta Bueno, Cacoal e outros com origem em TI's Cinta Larga e devidamente certificadas no processo CITES em favor do Fundo Cinta Larga e programa de Etnodesenvolvimento Cinta Larga.
10. A Rede GTA decidiu que pela gravidade da questão Cinta Larga, essa moção será mantida em sua pauta permanente enquanto aguarda as providências adotadas pelo governo brasileiro. A presente denúncia está sendo encaminhada a Anistia Internacional, ao Fórum Permanente de Assuntos Indígenas da ONU e Comissão Internacional de Direitos Indígenas da Organização dos Estados Americanos com medida necessária para o resguardo dos direitos dos povos indígenas previstos na Convenção 169.

## CARTA ABERTA SOBRE A AMAZÔNIA BRASILEIRA

Reunido em Brasília de 06 a 10 de outubro de 2003, o Conselho Deliberativo da Rede GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), com cinqüenta representantes de 512 entidades de diversos segmentos socioambientais da Amazônia, vem alertar o governo e a sociedade brasileira para a necessidade de medidas urgentes diante dos conflitos que ameaçam a maior floresta tropical do mundo e as populações tradicionais e indígenas daquela região.

A Rede GTA surgiu no âmbito da Cúpula das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), para defender a importância das comunidades da floresta no desenvolvimento sustentável da região e funciona com 16 coordenações regionais distribuídas pelos nove estados amazônicos. Reúne entidades de pescadores, de agricultores familiares, de seringueiros, de povos indígenas, de quilombolas, de ribeirinhos, de quebradeiras de coco babaçu, ambientalistas, de assessoria técnica, pesquisa e direitos humanos.

Nos últimos dez anos, enquanto os grandes projetos de infraestrutura continuavam o padrão predatório, centenas de iniciativas comunitárias criavam um novo modelo de desenvolvimento amazônico baseado no manejo sustentável de recursos naturais e na gestão participativa de políticas públicas. Em alguns casos, esse modelo foi assumido por diversos setores públicos, criando novas maneiras de pensar e agir, em conjunto com a floresta e suas comunidades.

No entanto, todo esse processo não está sendo levado em consideração por muitos dos atuais dirigentes federais, estaduais e municipais e isso tem gerado o crescimento da violência no campo, a partir das ações de quadrilhas organizadas de invasores de terras públicas. A ausência do Estado e, em especial, do governo federal e a impunidade têm proporcionado o desmatamento ilegal, a expulsão de comunidades, a morte de lideranças indígenas, tradicionais e de agricultores familiares, a invasão de áreas já protegidas por lei e o incentivo ao latifúndio, com o favorecimento de grupos que depredam a Amazônia. Ressaltamos o empenho lúcido de setores como é caso exemplar a ministra Marina Silva.

Diante dessa situação, a Rede GTA denuncia a inviabilidade de um modelo embasado apenas na proteção de algumas áreas com a devastação do restante do território amazônico. E reafirma a necessidade do desenvolvimento justo e sustentável como eixo para as políticas públicas em todos os níveis, exigindo ações imediatas em defesa das comunidades da floresta e de suas lideranças, principalmente no que se refere a:

1. Implementação de grandes projetos de infraestrutura na Amazônia que estimulem o latifúndio, a expulsão de comunidades, a perda da biodiversidade, a especulação de terras. Como são exemplos preocupantes os projetos dos gasodutos Urucu-Coari, Urucu-Porto Velho e Urucu-Manaus, as hidrovias nos rios Madeira e Araguaia-Tocantins, as barragens hidroelétricas do Complexo Madeira, de Belo Monte e dos rios Araguaia e Tocantins. As rodovias como a Cuiabá-Santarém, Manaus-Porto Velho, Rio Branco-Cruzeiro Sul. Diante desses riscos a Rede GTA propõe **uma moratória a grandes projetos propostos pelo governo até a realização e apresentação de estudos de impacto ambiental e social qualificado com a participação do Ministério Público Federal e da sociedade civil organizada.**

2. A falta de ordenamento fundiário efetivo tem contribuído para o aumento de conflitos e violência no campo. Isso envolve atentados e ameaças a funcionários públicos, principalmente do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Fundação Nacional do Índio. O recente caso ocorrido com a diretora do Fundo Nacional de Meio Ambiente, Raimunda Monteiro, em Guarantã do Norte (MT), apenas expõe com mais veemência uma situação que já acumula mortes de muitas lideranças comunitárias. Em face disso, a Rede GTA reivindica **do governo federal um processo aberto, participativo e mais efetivo na criação e implementação de unidades de conservação e dos assentamentos.** Esperamos não repetir o modo pouco participativo de criação do Parque Nacional do Tumucumaque e também que o Incra não promova assentamentos no entorno de áreas protegidas. Reivindicamos ainda a realização e o cumprimento do zoneamento socioeconômico e ecológico para todos os estados da Amazônia.

3. Estruturação institucional do governo federal, do ponto de vista das comunidades da floresta, ainda desarticulada e tendendo a repetir erros de governos passados. Uma evidência desse alerta é a contradição entre políticas propostas no Plano Plurianual 2004-2007 e o Plano Amazônia Sustentável ainda em discussão. Também os riscos da reedição da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o sucateamento de organismos como INCRA, IBAMA e FUNAI. Neste aspecto a Rede GTA propõe:

- **definição da política indigenista que oriente a reestruturação da FUNAI, com abertura de concurso público, qualificação de recursos humanos e orçamento compatível;**
- **a criação de uma diretoria no IBAMA e na Polícia Federal, especializadas nas relações com as populações tradicionais, com recursos humanos, equipamentos e orçamentos próprios;**
- **o cancelamento, por parte do INCRA, dos protocolos prévios de grandes áreas, onde o desmatamento começa antes de quaisquer autorizações ambientais ou de posse regularizada;**
- **a integração dos ministérios, para que trabalhem de forma cooperativa e não conflitiva, consolidando uma política federal unificada para a Amazônia;**
- **a revisão do Plano Plurianual, com garantias de participação da sociedade civil em todo o processo;**

- a garantia de diálogo permanente entre governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, para formulação e realização dos programas e ações governamentais.
- o reconhecimento do Plano Amazônia Sustentável como norteador do Plano Plurianual para a região.

4. Expansão de atividades econômicas impactantes, centradas na mineração, na exploração madeireira, expansão pecuária, do monocultivo da soja e florestamento, que tem aumentado drasticamente as taxas de desmatamento, os conflitos sociais e a concentração de renda nas áreas onde são implementadas. Não existe política de controle dessas atividades, comprovadamente predatórias, inviabilizando a implementação de modelos sustentáveis baseados nas experiências locais. Diante disso, a Rede GTA propõe que o Governo Federal adote **medidas reguladoras destas atividades predatórias**, impedindo a expansão indiscriminada e irregular dessas atividades que trazem sérios prejuízos ambientais e exclusão social.

5. Empréstimos internacionais, tomados por governos que desconsideram processos participativos e experiências locais, também têm gerado impactos negativos. Constatando isso, a Rede GTA propõe a **suspensão de financiamentos a estados** cujos governos promovam o desrespeito ao meio ambiente e suas comunidades ou incentivem a invasão de terras indígenas e unidades de conservação.

#### AÇÕES EMERGENCIAIS

Criação imediata de força-tarefa para resolver conflitos fundiários e investigação dos Planos de Manejo Florestal nas regiões do Baixo Amazonas, Sudeste, Sul e Oeste do Pará, Norte do Mato Grosso e Rondônia.

Garantia imediata de integridade física e territorial para o povo indígena Cinta Larga de modo a impedir novo genocídio em curso.

Acionar o Painel de Inspeção do Banco Mundial sobre a situação das unidades de conservação de Rondônia criadas com empréstimos da instituição.

Proteção dos conhecimentos das populações tradicionais e indígenas, em suas áreas de existência e em políticas adequadas de etnodesenvolvimento, para combater a biopirataria.

Homologação imediata da terra indígena Raposa Serra do Sol (RR) e registro cartorial da terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau na área litigiosa do Burareiro (RO).

Regularização de critérios participativos para a concessão de rádios comunitárias como um meio efetivamente amplo de comunicação para comunidades amazônicas.

Implantação imediata do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural – PROAMBIENTE, para toda Amazônia.

Imediata implementação de processo participativo para criação das unidades de conservação em Guarantã do Norte (MT).

Definição de política para a pesca artesanal, incorporando a contribuição das comunidades.

Apoiar financeira e tecnicamente as redes de produção sustentável na área de pesquisa de produtos, mercados, comercialização e certificação.

Imediata recuperação da Transamazonica.

Brasília, 10 de outubro de 2003  
Rede GTA

**I FÓRUM PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA - DOCUMENTO FINAL**

Nós, povos indígenas reunidos entre os dias 03 e 06 de novembro de 2003, no I Fórum Permanente dos Povos Indígenas da Amazônia, realizado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, representantes de 60 povos e organizações abaixo assinados, analisando a “Política Indígena e Indigenista” sobre os temas: Política Indígena no cenário do governo democrático e a Política Indigenista Oficial na visão dos Povos Indígenas.

Considerando a falta de uma posição política concreta e compromisso do governo Brasileiro com os nossos propósitos como Povos Indígenas;

Considerando o aumento da violência contra nossos líderes Indígenas, a injustiça, a invasão de nossos territórios, as ameaças constantes;

Considerando os nossos avanços, fortalecimento e compromisso em afirmar nosso sistema e valores espirituais, sociais e morais, e exercendo nosso direito de decidir sobre o nosso destino como povos livres e de paz. Concluímos que:

1. O Governo brasileiro deve definir e instituir, com nossa participação nas decisões, uma política de Estado que atenda aos nossos interesses e objetivo;
2. O Estado brasileiro deve garantir o respeito ao nosso sistema jurídico próprio e promulgar leis que permitam o exercício dos nossos direitos e elimine a contínua ameaça ao retrocesso dos nossos direitos constitucionais;
3. Seja garantida no orçamento nacional uma rubrica específica para atender nossas demandas e necessidades sem a intermediação de qualquer que seja os setores beneficiários das questões indígenas;
4. Se garanta a segurança territorial de todas as Terras Indígenas, especialmente a homologação em área contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, assim como a retirada dos invasores das terras indígenas;
5. O Estado Brasileiro garanta a integridade e permanência de todos os Povos Indígenas, especialmente os Pataxó Hâ-Hâ-Hâ, Arapium e Uru-eu-wau-wau;
6. Que sejam julgados e condenados os assassinos de todos os líderes indígenas como os casos de Aldo da Silva, do povo Macuxi, Chicão Xucuru, Cintia Larga, entre outros;
7. Estabelecimento de um órgão oficial para implementação e coordenação da política indigenista do Estado Brasileiro;
8. Garantia de vida do povo Cinta Larga, proteção de sua Terra e respeito a sua decisão de não entrada dos invasores ao seu território;
9. O presidente da FUNAI será responsabilizado pelas consequências que por ventura venham a ocorrer em razão da liberação do material e equipamentos apreendidos da Empresa NG Turismo dentro das Terras Indígenas Pirahá e Tenharim dos Rios Marmelo e Maici, no estado do Amazonas;
10. Exonerização do Senhor Ricardo Chagas chefe do Departamento de Saúde Indígena (Desai), da Fundação Nacional de Saúde (Funasa)/Ministério da Saúde.
11. O governo brasileiro deve garantir as extensões territoriais de todas as terras indígenas do país e não sua diminuição, como aconteceu com a Terra Indígena Baú, do Povo Kayapó, no Sul do estado do Pará;
12. Os Partidos Políticos que tenham indígenas como suplentes devem permitir que estes assumam seus mandatos;
13. A substituição do atual Coordenador das Administrações Executivas Regionais (AER's) da Região Norte, Dinarte Nobre de Madeiro, por Antonio Ferreira da Silva Apuriná.

## ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS QUE ASSINAM:

COIAB; COICA; APOINME; CIR; UNI-ACRE; CUNIPIR; APIO; CIX; COAPIMA; OPIPAM; OPIAM; AGM; CIPAC; FOIRN; APIRR; COPIAM; APPIAS; OPIR; FOCCITI; APPIAS; OGPTB; FEPOMT; CITA/GCI; CONAMI/ DMIAB; COIMI; INSTITUTO INDÍGENA WARÁ; UNAI; OPIMP; OMIR; OMITA; OMIR; AMISM; AMIT; ASSOCIAÇÃO; WAYMARE; OGMITAS; OGCCIPC; FOCCITI; COITI; OMITTAS; ALTO XINGU; UNI-TEFFÉ; CONJABA; WOTCHIMAUGU; APBKKG; UPIMAS; ASIRIK; ASIBA; OPIR; INDASPI; CGTSM; ACIBIRN; CIVAJA; CIM; ACIMIRI; OIBI; CGTT; PDPI; PARLAMENTARES INDÍGENAS; ORCICIP-CURIM; OMITA; AISMA; CIPAC; OCIKAM; APITEM; ANUIB; MAPKAHA; INY MAHADU; UPIAT; COIAT; AX.

Manaus, 06 de novembro de 2003.

**Áurea Lúcia Maia Queiroz**


---

**De:** Arnaldo [arnaldo@gta.org.br]  
**Enviado em:** quarta-feira, 22 de outubro de 2003 13:05  
**Para:** gtaNacionalRTS  
**Assunto:** Fw: campanha contra genocídio dos Cinta Larga

**Invasão de terra do povo Cinta Larga significaria seu genocídio**

Milhares de garimpeiros podem re-invadir as Terras indígenas Cinta Larga, em Rondônia. Uma centena deles acampa na região e ameaça diretamente os índios. Há 40 anos um primeiro genocídio atingiu essa comunidade nativa pela mesma razão que hoje os ameaça: as jazidas de diamantes existentes em seu território. Reduzidos de 5 mil para 1,3 mil sobreviventes, os Cinta Larga continuam enfrentando imensas dificuldades para garantir e resguardar a posse de suas Terras Indígenas.

Hoje, a maior pressão que sofrem tem origem na exploração ilegal de recursos naturais, madeiras e minérios em suas terras, em especial de diamantes, através de investidas de intermediários de empresas de mineração e representantes do governo de Rondônia. Desde Janeiro de 2003, a atividade predatória de garimpeiros e saque de recursos naturais havia sido contida com a ação indigenista coordenada pela Equipe Tarefa da FUNAI através da retirada de milhares de garimpeiros com o apoio e a participação efetiva dos índios Cinta Larga nas operações e barreiras de fiscalização junto a FUNAI, Polícia Florestal de RO, Polícia Federal, bem como as elaboração e apresentação de um nova versão do Plano Emergencial Pró Cinta Larga, que, desde 2002 e novamente em 2003 apesar de aprovado pelo Ministério da Justiça, não foi implementado.

Ocorre que, com a não liberação de recursos aprovados do Plano Pró Cinta Larga e não implementação das ações emergenciais, as pressões sobre a população Cinta Larga, visando à exploração ilegal de recursos naturais em território indígena, se intensificaram com as recentes ameaças de morte contra lideranças indígenas e funcionários da FUNAI, assédio financeiro, adiantamentos e promessas de intermediários de mineradores de investimentos em atividades assistenciais de obrigação do Estado (educação, saúde, produção alimentar, etc).

Para completar o quadro, o governador Ivo Cassol (PSDB-RO) tem defendido e estimulado a mineração e garimpeagem em Terras Indígenas. No início de setembro, ordenou a retirada de policiais florestais que apoiavam a vigilância dos limites da área, deixando os índios mais fragilizados. Só no dia 18 de outubro, depois de muita pressão, o governador ordenou o retorno dos policiais à barreira. No dia 20 de outubro, uma pessoa que se diz representante da Companhia de Mineração de Rondônia (CMR), empresa que conta com o apoio do Governador, foi flagrado pela equipe da FUNAI no interior da TI Cinta Larga, aliciando índios para convencê-los a aceitarem a exploração ilegal. A atitude do Governador de Rondônia atende aos interesses dos mineradores e garimpeiros, agravando a situação de risco dos Cinta Larga, ao facilitar a exploração clandestina. O risco de conflito e violências é extremamente elevado se o Ministério da Justiça não agilizar providências do Plano Emergencial e garantir a integridade e inteligência e investigações federais de combate ao crime organizado.

Traia-se de uma violação clara aos Direitos Humanos, inclusive Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais do povo Cinta Larga, reconhecidos em nossa Constituição Federal e em diversos Tratados Internacionais ratificados pelo Brasil.

A fim de denunciar o desrespeito aos direitos constitucionais, a posição do governo de Rondônia e a lentidão do governo na liberação de recursos e na garantia de proteção à vida e ao território dos Cinta Larga é que a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e o Instituto Socioambiental (ISA) lançam essa campanha. Participe cobrando das autoridades o comprometimento do governo brasileiro no sentido de garantir a segurança dos Índios e a imediata implementação do Plano Emergencial Pró Cinta Larga.

Assine abaixo a Campanha de Apoio aos Cinta Larga e envie sua adesão para os endereços eletrônicos que se encontram no documento. Para facilitar, recorte e cole os endereços no campo do destinatário. Você também pode aderir à campanha acessando a página [www.justicaambiental.org.br](http://www.justicaambiental.org.br)

Para mais informações sobre o povo Cinta Larga ver: <http://www.socioambiental.org/website/pib/epi/cintalarga/cintalarga.shtml> e <http://www.socioambiental.org/website/noticias/noticia.asp?File=Indios12003-10-21-18-38.html>

### CAMPANHA DE APOIO AO PVO INDÍGENA CINTA LARGA

Excelentíssimos (as) Senhores (as)

Luis Inácio Lula da Silva, Presidente da República,  
 José Dirceu de Oliveira e Silva, Ministro-Chefe da Casa Civil,  
 Luiz Duíci, Secretário Geral da Presidência da República,  
 Luiz Guishiken, Secretário de Comunicação e Gestão Estratégica,  
 Nilmarinho Miranda, Secretário Especial de Direitos Humanos,  
 Matilde Ribeiro, Secretária Especial para Políticas de Promoção da Igualdade Racial,  
 Marcio Thomas Bastos, Ministro da União,  
 Dilma Rousseff, Ministra de Minas e Energia,  
 Marina da Silva, Ministra de Meio Ambiente,  
 Ciro Gomes, Ministro da Integração Nacional,  
 Paulo Lacerda, Diretor do Departamento da Polícia Federal,  
 Mércio Pereira Gomes, Presidente da FUNAI,  
 Marcos Luiz Barros , Presidente do IBAMA,  
 Miguel Antonio Nery, Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral,  
 Cláudio Lemos Fontelles, Procurador Geral da República,  
 Ela Wiecko de Castilho, Coordenadora da 6ª Câmara da PGR  
 Maria Eliane Menezes de Faria, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão,  
 Procuradores Regionais dos Direitos do Cidadão de MT e RO  
 Deputados e Senadores de Rondônia e Mato Grosso e  
 Presidentes de Comissões da Câmara e Senado Federal,

Denunciaremos ao Governo Brasileiro, ao Fórum Permanente de Assuntos Indígenas da ONU, à Comissão Internacional de Direitos Indígenas da OEA e à Anistia Internacional as violações dos direitos constitucionais do povo Cinta Larga e ao mesmo tempo, requeremos a adoção de medidas urgentes diante dos conflitos que vêm ocorrendo nas Terras Indígenas Roosevelt e Parque Indígena do Aripuanã, nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, que ameaçam a integridade física e territorial do povo indígena Cinta Larga.

No aniversário de 40 anos do Massacre do Paralelo 11, sob o mesmo território imemorial em que o povo Cinta Larga foi vítima de genocídio, provocado por interesses econômicos de mineradoras de diamante, novamente ocorrem evidentes violações contra os direitos indígenas. O massacre de 1963 foi a primeira denúncia de genocídio internacionalmente repercutida contra o Estado brasileiro. Os mandantes nunca foram presos e as testemunhas e denunciantes foram mortos e/ou enlouqueceram em sanatórios. Neste período, os Cinta Larga foram reduzidos de 5.000 pessoas para cerca de 1.300 sobreviventes. Hoje, a maior pressão que sofrem tem origem na exploração ilegal de recursos naturais, madeireiras e minérios em suas terras, em especial de diamantes, através de investidas de empresas de intermediários de empresas de mineração e do Governo de Rondônia.

Causa-nos indignação a pretensão e o requerimento protocolado no Ministério da Justiça em 01/10/03, em que o Governador de Rondônia, o Sr. Ivo Narciso Cassol, gestiona a invasão de 3.000 garimpeiros e apresenta proposta de "parceria" para aproveitamento econômico de diamante dentro de Terras Indígenas Cinta Larga, demarcadas, homologadas e registradas no SPU (Serviço do Patrimônio da União). O "negócio" seria efetuado pela Companhia de Mineração de Rondônia (CMR) que, segundo o governador, organizaria a atividade de garimpejagem e se responsabilizaria pela compra do produto explorado dentro de TI's. Aos índios restaria o pagamento de um percentual da produção extraída de suas terras.

O Governo de Rondônia coloca-se claramente a favor dos interesses dos mineradores e garimpeiros, agravando a situação de risco dos Cinta Larga. A proposta do Governador desconsidera a existência de direitos fundamentais inscritos em nossa Constituição Federal, que asseguram proteção especial aos povos indígenas, reconhecendo sua organização social, costumes e direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, exigindo da União que garanta o respeito a todos os seus bens.

Como garantis desses direitos, a Constituição Federal exige que, para o aproveitamento dos recursos minerais em terras indígenas, por um não índio ou uma empresa, são necessárias leis que declarem o relevante interesse público da União e regulamente a atividade, assegurando a consulta às comunidades afetadas e sua participação nos resultados da lavra, bem como autorização do Congresso Nacional. É evidente que a mineração ilegal e gaúmpagem clandestina comprometem a organização social, os costumes e as tradições desse povo indígena, e com isso os direitos fundamentais dessas comunidades voltam a ser ameaçados. A proposta do Governador é um verdadeiro atentado ao Povo Cinta Larga e à Constituição Federal.

Revolta-nos a omisão dos órgãos públicos em proteger os direitos fundamentais dos povos indígenas. O Ministério da Justiça até hoje não se manifestou contrário à proposta do Governo de Rondônia, flagrantemente inconstitucional. No dia 20 de outubro de 2003, uma pessoa que se diz representante da Companhia de Mineração de Rondônia (CMR) foi flagrada pela equipe da FUNAI no interior da TI Cinta Larga, aliciando índios para convencê-los a aceitarem a exploração ilegal. Também não se fala no projeto de lei que institui o Estatuto das Sociedades Indígenas e, no caso dos Cinta Larga, não se implementam medidas consistentes de uma política indigenista, como o já aprovado Plano Emergencial Pro Cinta Larga.

Além o presente, a exploração ilegal de minérios nas TI's Cinta Larga e entorno vem contribuindo efetivamente com a corrupção, a lavagem de dinheiro, tráfico de armas e drogas naquela região de fronteira. Além disso, o fato de o Brasil ainda não ter finalizado a implementação do Certificado de Kimberley impede a exportação oficial de diamantes, exatamente por não haver segurança de que os diamantes foram explorados legalmente e não provêm de áreas de conflitos. Estamos diante de sofisticado esquema de exploração de minérios em prejuízo direto de minorias e grupos indígenas com estratégias e interações semelhantes ao que ocorre em países africanos, objeto principal do processo de Certificação Kimberley para controle de origem, rastreio e exploração de diamantes.

Diane da ameaça de genocídio a que o povo Cinta Larga está submetido, requeremos em caráter de urgência do Estado Brasileiro as seguintes providências:

Garantia de segurança à integridade física e ao território dos índios Cinta Larga;

Repúdio público do Governo Federal às propostas enviadas pelo Governador de Rondônia ao Ministério da Justiça para aproveitamento econômico de diamantes nas Terras Indígenas dos Cinta Larga, por violarem a Constituição Federal e os direitos fundamentais desse povo indígena;

Discussão ampla com a sociedade civil, especialmente os povos indígenas, para a regulamentação das atividades de mineração em Terras Indígenas, incluindo a discussão do projeto de lei que institui o Estatuto das Sociedades Indígenas;

Aplicação e liberação pelo Ministério da Justiça da totalidade dos recursos aprovados para custeio e investimentos previstos no Plano Emergencial Cinta Larga;

Implementação das ações de proteção e apoio a população Cinta Larga, segurança alimentar, incremento a produção de alimentos e diagnóstico e perícias técnicas dos danos ambientais, sociais e materiais causados pela exploração ilegal de recursos naturais que subsidiem os planos de aplicação e o Programa de Etnodesenvolvimento Cinta Larga;

Articulação interinstitucional de políticas públicas (Funasa, MEC, Ibama, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Minas e Energia) sob a coordenação do Ministério da Justiça, para a priorização de ações de assistência à saúde, educação, assistência técnica, inventário e manejo de recursos naturais para capacitar os índios e suas Associações em atividades legais e ambientalmente sustentáveis;

Articulação entre os serviços de inteligência da Polícia Federal, da ABIN, do grupo de Combate ao Crime Organizado, do Ministério Público Federal e equipes de fiscalização da Funai no sentido de assegurar a integridade de vida aos representantes Cinta Larga e a apuração dos crimes contra a integridade dos índios, suas terras e patrimônio ambiental;

Requerimento do Ministério da Justiça requisitando esclarecimentos dos governos dos estados de Mato Grosso e Rondônia em relação ao fomento à exploração ilegal de recursos naturais e invasões em TI's e a participação de agentes públicos;

CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO pelo DNPM dos 479 requerimentos de pesquisa, lavra e exploração mineral incidentes, total e parcialmente, nos limites das 04 TI's Cinta Larga, assegurando o domínio do subsolo da União e não permitir a especulação catorial do subsolo das Terras Indígenas e a exploração dos Cinta Largas à pressão de grupos econômicos predatórios;

Determinação por parte do Ministério da Justiça para a Polícia Federal apurar, localizar, identificar, avaliar e apresentar inventário pericial de todos os lotes de mais de 4.000 diamantes apreendidos desde 1999 pelas Polícias Federal, Civil e Militar através da relação e análise comparativa de inquéritos policiais, totalização dos autos de infração/apreensão e flagrantes lavrados na região visando a quantificação e qualificação do total apreendido para a certificação de origem do Processo Kimberley , bem como a dvida investigação de desvios e irregularidades porventura ocorridas;

Termo de ajuste, leilão e doação pelo DNPM dos valores referentes a total de pedras de diamantes e outros apreendidas em investigações policiais e devidamente certificadas no processo Kimberley em favor do Fundo Cinta Larga e Programa de EthoDesenvolvimento Cinta Larga que deverá desenvolver ações integradas, de curto, médio e longo prazo através de planos de aplicação em atividades de desenvolvimento econômico, cultural, social e ambiental em favor dos Cinta Larga.

Termo de ajuste, leilão e doação pelo Ibama dos valores referentes aos mais de 50.000 m3 de madeiras apreendidas em Juina, Vilhena, Aripuanã, Espigão D'Oeste, Pimenta Bueno, Cacoal e outros com origem em TI's Cinta Larga e devidamente certificadas no processo CITES em favor do Fundo Cinta Larga e programa de Ethodesenvolvimento Cinta Larga.

Atenciosamente,  
**Seu nome e entidade**

Endereços dos destinatários: protocolo@planalto.gov.br, josedirceu@planalto.gov.br, maraabadi@planalto.gov.br, sg@planalto.gov.br, sg@planalto.gov.br, secom@planalto.gov.br, cgu@planalto.gov.br, direitoshumanos@sedh.gov.br, sueli.dias@mj.gov.br, seppi@planalto.gov.br, seppi@mj.gov.br, magda.volpe@mj.gov.br, senasp@mj.gov.br, beise.ramos@mme.gov.br, ramos@mme.gov.br, elisabeth.bohm@mme.gov.br, msantos@mme.gov.br, hubner@mme.gov.br, giles@mme.gov.br, claudio.sciari@mme.gov.br, marina.silva@mma.gov.br, claudio.langone@mma.gov.br, marily-helena.allegretti@mma.gov.br, joao.caobianco@mma.gov.br, pedro.brito@integracao.gov.br, marcio.lacerda@integracao.gov.br, tania.bacelar@integracao.gov.br, antonio.galvao@integracao.gov.br, dossas@dpf.gov.br, cm.nti.srrm@dpf.gov.br, dpfmoura@yahoo.com.br, pres@funai.gov.br, def@funai.gov.br, cgddi@funai.gov.br, marcus.barros@ibama.gov.br, dire@dnpm.gov.br, miguelinery@dnpm.gov.br, joaocesar@dnpm.gov.br, coadi.decom@camara.gov.br, codmm.decom@camara.gov.br, codnm.decom@camara.gov.br, codeih.decom@camara.gov.br, comen.decom@camara.gov.br, cspcvn.decom@camara.gov.br, dcpt.carlosabicalili@camara.gov.br, dep.celcitapinheiro@camara.gov.br, dep.pedrohenry@camara.gov.br, dep.nicartedefreitas@camara.gov.br, dep.rogeriosilva@camara.gov.br, dep.theimadeoliveira@camara.gov.br, dep.anselmo@camara.gov.br, dep.agnaidomuniz@camara.gov.br, dep.agnaldo@camara.gov.br, dep.wilsonssantos@camara.gov.br, dep.confuciomoura@camara.gov.br, dep.eduardovalverde@camara.gov.br, dep.marinharau@camara.gov.br, dep.migueldesouza@camara.gov.br, dep.miltoncapixaba@camara.gov.br, dep.antero.batros@senador.gov.br, dep.confuciomoura@camara.gov.br, dep.eduardovalverde@camara.gov.br, amir.lando@senador.gov.br, fatima.cleide@senadora.gov.br, ana.julia@senadora.gov.br, dimelo@fase.org.br, ewcc01@pgr.mpf.gov.br, ptdc001@pgr.mpf.gov.br, raquel@prr1.mpf.gov.br, prdc@prr1.mpf.gov.br, valdir.raupp@senador.gov.br, Ct001@pqr.mpf.gov.br, ewcc01@pgr.mpf.gov.br, ptdc001@pgr.mpf.gov.br, raquel@prr1.mpf.gov.br, prdc@prr1.mpf.gov.br, valdir.raupp@senador.gov.br, ana.julia@senadora.gov.br, dimelo@fase.org.br

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Mantendo, ainda, o critério de intercalar os oradores regularmente inscritos com as comunicações inadiáveis, concedo a palavra ao 1º Vice-Presidente desta Casa, nobre Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, para, logo em seguida, ouvirmos as palavras do nobre Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, sei que muita gente não gosta da CLT, mas eu aprendi a respeitá-la. Por isso, se eu pudesse, hoje cantaria **Parabéns para Você**, porque, hoje, a nossa CLT faz aniversário. Neste 10 de novembro, ela completa 60 anos.

Sr. Presidente, sem sombra de dúvida, a CLT cumpre um papel fundamental na relação capital-trabalho no nosso País.

Os últimos dados que a OIT nos forneceu demonstram que, aqui no Brasil, ainda há cerca de 40 mil trabalhadores no chamado regime de escravidão. Esse número diminuiu porque o atual Governo praticamente dobrou a fiscalização, para evitar que isso continue acontecendo. Outros 40 milhões de trabalhadores estão na informalidade e não possuem os direitos previstos na CLT.

Há poucos dias, eu participava de um debate a respeito da CLT e alguém me disse: "Mas, Paim, há milhões de ações na Justiça com respaldo no lastro da própria CLT". Eu respondi: "Eu tenho a minha empregada doméstica e rezo na cartilha da CLT. Sei que nunca vou ter problema com ela. Claro que se trata de uma empregada, mas, se existem milhões de ações na Justiça, é porque a legislação não está sendo cumprida. Não adianta se usar como desculpa a existência da indústria da CLT, que dá respaldo a que advogados movam ações. Não cumpriu o que está escrito, é correto, por parte do trabalhador, que ele vá buscar os seus direitos.

Que a legislação precisa ser atualizada, Sr. Presidente, é indiscutível; não sou contra isso. No entanto, se alguém pensa – independente de qual seja o governo – que pactuaremos com mudanças na CLT que tirem o direito dos trabalhadores, está muitíssimo enganado. São intocáveis o décimo terceiro salário, as férias e os adicionais, sejam eles por serviço penoso, por periculosidade ou insalubridade. Digo o mesmo das horas extras, quando houver a necessidade de trabalho além do tempo legal; embora eu não defenda a política de horas extras, mas a política da re-

dução de jornada. É importante lembrar que os países mais avançados optaram pela redução de jornada como forma de gerar emprego. Mesmo que a Holanda seja um país de Primeiro Mundo, façamos uma analogia. No Brasil, um operário trabalha 2.100 horas por ano; naquele país, 1.400 horas. Se pegarmos a realidade anual do assalariado brasileiro e as horas extras trabalhadas, teremos uma das maiores cargas horárias do mundo. Por isso, tenho insistido muito, Sr. Presidente, em combinar a redução dessa jornada sem que haja a redução do salário.

Atualmente, existe um debate na sociedade, em um espaço criado pelo Governo Lula, chamado Fórum Nacional do Trabalho, sobre a possibilidade de flexibilizar ou não os direitos dos trabalhadores.

Poderemos avançar no campo da livre negociação, desde que isso não altere aquilo que está consagrado na Constituição, do art. 6º ao 12, ou seja, desde os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais até a organização sindical.

Há um segmento que acredita que a alteração da atual estrutura sindical gerará novos postos de trabalho. Isso não gera postos de trabalho. Discutir organismos sindicais é um assunto; gerar postos de trabalho é outro debate que poderemos até enfrentar e que, na minha opinião, depende de algumas premissas. Por exemplo, esta Casa infelizmente derrubou, na Comissão de Assuntos Econômicos, um projeto de minha autoria que estabelecia que o dinheiro da poupança deveria ser usado para a construção de moradias do trabalhador de baixa renda. No entanto, isso não é feito. Os banqueiros pegam esse dinheiro e o aplicam no mercado financeiro, sem gerar emprego e sem proporcionar moradia para o conjunto da nossa população.

Evidentemente, esse tema passa pelo debate da reforma agrária. Isso, sim, gera emprego. Somos um dos poucos países em que a reforma agrária não ocorreu e ainda é um tabu falar sobre o assunto. Já me disseram, em algumas cidades do interior que visitei, para não falar em reforma agrária ali, porque era perigoso. Ora, a reforma agrária é um debate que deve ser feito com a maior tranquilidade, para que possamos assegurar, no mínimo, que mais de 10 milhões de trabalhadores tenham direito à terra e dela tirem seu alimento.

Sr. Presidente, insisto em dizer que a diminuição da taxa de juros também é uma forma de gerar emprego. Devemos ter uma política mais ostensiva, mais dura, mais forte no campo da exportação. Penso que assim apontaremos para novos postos de trabalho. Não há lógica em considerar a CLT a culpada de to-

dos os males. Não repetirei os dados que tenho, porque já falei diversas vezes sobre eles, mas quero apenas lembrar que países como a Alemanha, a França, o Japão, a Argentina e o Brasil mexeram na legislação com o objetivo de gerar emprego, mas o que houve foi aumento do desemprego.

Lembro-me do debate realizado na Câmara dos Deputados, quando foram criadas comissões internas para discutir os conflitos trabalhistas e os direitos dos trabalhadores em relação aos empregadores. Além de nada ter sido resolvido – eu mesmo, na época, fiz essa denúncia –, na verdade, aumentou a corrupção interna, pois permitiu acordos em que o trabalhador é sempre lesado. Infelizmente, havendo acordo firmado nessas comissões prévias, o acordo prevalece sobre o que está na lei. Conseqüentemente, se, em outro momento, o trabalhador desejar entrar na Justiça, não poderá reivindicar seus direitos, pois assinou uma carta de renúncia de direitos. Foi absurdo a Câmara e o Senado terem aprovado aquela proposta. Na época, naturalmente, falei e votei contra. Devo lembrar a Casa que, sem sombra de dúvida, enfrentaremos esse debate no ano que vem.

Estou muito preocupado com a reforma da Previdência. Não importa o que alguns digam, reafirmo que votarei com a minha consciência. Entendo que deve haver regra de transição e paridade, melhora na questão relativa à contribuição dos inativos e mudanças na questão do subteto.

Sr. Presidente, conversando com V. Ex<sup>a</sup> há pouco, concluímos que a PEC nº 67 pode ter dificuldade de ser aprovada este ano. Se será assim com a PEC nº 67, calculem o que ocorrerá com a PEC nº 77! Precisamos cair na real. A PEC nº 77 não tem a mínima chance de ser votada este ano. Se houver acordo – tomara que haja! –, espero que seja feito com base na PEC nº 67. Estou prevendo momentos muito difíceis neste plenário, nas votações da reforma da Previdência, da reforma trabalhista e da Lei de Falências, que está vindo da Câmara dos Deputados.

Por favor, não me peçam para votar a favor da Lei de Falências, oriunda da Câmara, que dispõe que, a empresa falindo, só depois de atender aos interesses dos banqueiros, serão pagos os créditos trabalhistas. Ninguém me obrigará a votar a favor dessa proposta – estejam certos disso. Essa Lei de Falências é algo nunca visto. Dar primeiro ao banqueiro o direito de receber seus créditos, antes de conceder os direitos dos trabalhadores, o que significa o pão, o leite, enfim, o mínimo que ele tem para sobreviver, não há como concordar com isso. Espero que o Senado faça essa alteração no artigo da Lei de Falência.

Mais uma vez, deixo registrada a minha alegria em poder, de público, dar os parabéns aos 60 anos da nossa CLT.

O Líder Tião Viana é a pessoa com quem mais tenho conversado para construir essa negociação. Tenho muita esperança ainda de que conseguiremos um grande entendimento para, passado esse momento, votar também a reforma tributária e aprofundar o debate sobre a Lei de Falência e a própria legislação trabalhista a partir do ano que vem.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador José Jorge, do Partido da Frente Liberal do Estado de Pernambuco, e anuncio a minha inscrição para uma comunicação inadiável, intercalada com os oradores regularmente inscritos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, aproveito esta oportunidade para anunciar a todos os companheiros Senadores e a todos aqueles que estão nos assistindo que, amanhã, teremos a presença do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da qual sou Presidente. S. Ex<sup>a</sup> virá atendendo a um convite antigo da Comissão. Há cerca de dois meses o convidamos para participar, mas só agora conseguimos uma vaga em sua agenda.

A discussão que se pretende realizar ali é muito importante, porque S. Ex<sup>a</sup> falará basicamente sobre a questão do Plano Plurianual de Investimentos na área de infra-estrutura e sobre o PPP, o acordo entre o Governo e a iniciativa privada, uma das propostas do Governo atual, e, evidentemente, sobre qualquer assunto que se queira debater.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, estou preocupado com a área de infra-estrutura. Portanto, levantarei alguns temas que amanhã poderão ser discutidos na reunião com o Ministro do Planejamento.

Considerando-se os quatro setores principais de infra-estrutura – telecomunicações, transportes, energia e saneamento –, verificamos que o setor de telecomunicações, bem ou mal, é aquele que dá um atendimento mais amplo à população.

Este ano, questões referentes aos preços e à correção das tarifas foram discutidas pelo Ministério, embora essa fosse uma atribuição da agência e dos órgãos de defesa do consumidor. De qualquer maneira,

ra, o setor de telecomunicações tem uma oferta razoável de telefones celulares e fixos.

Atualmente, em quase todos os pontos do País, um consumidor pode comprar um telefone sem muita burocracia e sem muitos custos iniciais. É verdade que as tarifas ainda são altas para grande parte da nossa população, mas também é verdade que a concorrência já está começando a fazer com que elas abaixem. Já diminuíram em relação aos telefones celulares, estão diminuindo para os interurbanos, e vão diminuir, em pouco tempo, para o sistema de telefonia fixa, Internet, enfim, todas as formas modernas de comunicação.

O setor de telecomunicações possui uma das primeiras agências instaladas, em um trabalho realizado por empresas privadas, e isso faz com que haja melhores condições de atender à população, inclusive com a instalação de orelhões em cidades do interior do País, que terão acesso ao sistema. De certa maneira, é o setor mais bem estruturado no momento.

Em segundo lugar está o setor de transportes, que possui uma ou mais agências ainda em fase de estruturação, mas que enfrenta um problema sério no que diz respeito a recursos. Como disse, por diversas vezes, a Senadora Serys Slhessarenko – eu disse que iria citá-la –, o grande problema do setor, principalmente dos transportes terrestres, é que, com a criação do Dnit, o financiamento de suas atividades é feito com recursos da Cide, mas eles não chegam ao seu destino. Este ano, devem ser arrecadados cerca de R\$9 bilhões, mas tal quantia vem sendo praticamente toda utilizada para aumentar o caixa do Governo, de forma que possa atender as metas do FMI. Isso é algo que não estava previsto. Assim, durante todo o ano, o Governo não conseguiu as estradas nem tomou as medidas necessárias para que o País pudesse contar com um sistema de transportes melhor. E isso interfere diretamente no custo de diversos produtos brasileiros.

**A Srª Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador José Jorge?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**A Srª Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Senador José Jorge, saúdo V. Ex<sup>a</sup> por estarmos, mais uma vez, discutindo uma questão tão vital como os recursos da Cide. Quando se mostram os custos da produção e das vidas que se perdem nessas estradas, constatamos o quanto é terrível a situação. E os recursos existem. Como V. Ex<sup>a</sup> muito bem disse, foram arrecadados algo em torno de R\$9 bilhões. E es-

tamos perdendo – digo estamos porque sou base do Governo –, o nosso Governo está perdendo ações na Justiça, porque apesar de os recursos arrecadados com a Cide terem uma finalidade e uma função determinadas não estão sendo usados para esses fins. Por conseguinte, empresários que estão entrando com ações na Justiça estão ganhando liminares para não continuarem a pagar a Cide. Podemos esperar até o próximo ano a construção de novas estradas federais, mas os recursos para a conservação e restauração das estradas têm que ser usados já. E esse recurso foi arrecadado para essa finalidade e para tal tem que ser destinado. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso e, em especial, por tratar da Cide, uma contribuição fundamental para o povo brasileiro, para a produção e para as vidas que passam por essas estradas totalmente desestruturadas. Sabemos que não é culpa do nosso Governo, que essa situação vem de longe, mas se existe o recurso, ele tem que ser usado na finalidade para a qual foi criado. Muito obrigada.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado.

Na realidade, no setor de transporte, além desse problema, temos também, como em todos os setores de infra-estrutura, a questão das agências. O Governo desprestigia as agências, interferindo em suas atividades. Na semana passada, um dos diretores da Agência Nacional de Transporte pediu demissão como protesto pela tentativa de interferência nessa Agência, como já houve na ANP, na Aneel e em todas as demais agências.

Em terceiro lugar está o setor de saneamento – quero deixar o setor elétrico por último. Na realidade, esse é o setor mais atrasado, porque não tem ainda uma agência nem um marco regulatório que permita que se realizem os investimentos. O Governo ainda não definiu a política do setor, que tem que usar recursos públicos, mas também tem que ter um espaço para um investimento privado. O Ministério das Cidades quer utilizar recursos públicos, mas não fez esforço adicional para se mobilizar e criar uma agência, definir um marco regulatório, usando recursos do setor privado.

Lerei uma notícia publicada hoje no jornal **O Globo**, na coluna do Jornalista George Vidor, que diz o seguinte:

A partir de fevereiro do ano que vem, Niterói terá 75% de seus esgotos coletados e tratados. E apenas cinco mil de seus moradores não estarão atendidos pela rede de distribuição de água.

A segunda maior cidade do Rio de Janeiro tem o terceiro mais alto Índice de Desenvolvimento Huma-

no (IDH) do Brasil. Antes de a prefeitura local ter passado os serviços de saneamento básico para uma concessionária privada, há quatro anos, somente metade do território do Município tinha rede de água e 40% dos esgotos eram coletados (o tratamento não chegava a 1%). Nesse período, como a concessionária reduziu a perda de água para 22% - os padrões internacionais admitidos são de 20% -, mais 120 mil pessoas puderam ser atendidas sem que fosse necessário acrescentar um litro ao volume total.

No Rio, as perdas de água atingiram 57% em 2001. Desde então, parece que aumentaram. Se metade dessa perda fosse recuperada, o sistema Guandu não ficaria tão sobrecarregado, como acontece hoje.

Em tempo: as tarifas de água em Niterói -, que são operadas pelo setor privado -, são 7% mais baixas que as do Rio. E a prefeitura ainda recebe 3,5% do faturamento a título de outorga do serviço para a concessionária privada.

Está claro, por essa notícia e por tudo o que se diz, que temos no setor de saneamento criar, rapidamente, esse marco regulatório, a fim de que possamos não só utilizar os recursos que o Governo por acaso tenha para aplicar - do Orçamento da União, do FGTS, do BNDES ou de qualquer fonte existente -, mas também incentivar o setor privado a investir em saneamento.

O setor elétrico, do qual tenho uma compreensão maior, tem um modelo institucional que vem sendo implantado há cerca de 5 anos e gerou diversos órgãos, como o próprio Ministério, a ONS, a Aneel. Com o racionamento de 2000, todos os olhos se voltaram para o setor, que fica na berlinda de todo esse segmento de infra-estrutura.

No início do Governo, desde antes de o Presidente Lula assumir, há uma declaração do Governo, do próprio Presidente, dos Ministros da área, que ainda neste ano seria lançado um novo modelo para o setor elétrico, a ser implantado a partir do ano que vem.

No mês de junho, o Ministério de Minas e Energia lançou um documento, cujo título é "Proposta de Modelo Institucional do Setor Elétrico". Trata-se de um plano do Ministério de Minas e Energia, aprovado pelo Conselho Nacional de Política Energética, que depende de um detalhamento. Foram marcados prazos para que os diversos agentes pudessem oferecer sugestões a essa proposta, mas, infelizmente, até agora, já estamos no final do ano legislativo – no Senado, por exemplo, estamos com a pauta completamente fechada com as reformas da previdência e tributária, além de outros projetos, como acabou de citar o Senador Paulo Paim – esse projeto não foi apre-

sentado à sociedade e muito menos enviado ao Congresso.

Desde o início, acredito que essa questão de definir um novo modelo para o setor elétrico não foi uma decisão correta. Esse novo modelo mostrou uma certa capacidade de reação, mas precisava de uma série de correções. Agora, no momento em que digo vou fazer um modelo novo, na hora em que penso em fazer uma mudança tão grande, levanto muitas dúvidas e deixo todos os agentes inseguros. Na semana passada, um importante Senador do PT, inclusive, disse-me o seguinte: "este ano não se apertou nenhum parafuso no setor elétrico". Exatamente porque todos estão aguardando – o que é natural – como será esse novo modelo para que, então, possam tomar suas decisões.

Consideraremos que o anúncio desse novo modelo tem uma série de problemas. Primeiro, o superdimensionamento da capacidade que o Executivo tem de mudar as questões nacionais. Na realidade, verificamos, pelas reformas da previdência e do judiciário, que há um enorme caminho a ser percorrido para uma decisão do Executivo virar lei. Por exemplo, deve passar por todos os agentes, pela Câmara, pelo Senado e, por último, pelo Judiciário. Muitas vezes, pensamos que estamos fazendo uma determinada proposta, mas ela ficará muito diferente do que propusemos. Foi uma certa inexperiência, talvez, dizer que vai se mudar o modelo e, dessa forma, fazer uma proposição tão diferente, tão nova que vai chegar a um resultado que não sabemos qual será.

Em segundo lugar, quando se diz que vai mudar o modelo, isso já gera uma instabilidade da regra: instabilidade da regra antiga e da regra nova. Este Governo entrou, vai mudar o modelo. O próximo governo que entrar vai mudar o modelo novamente. Na realidade, sempre devemos tentar ajustar o modelo a cada uma das suas características.

Em terceiro lugar, eu, por exemplo, que trabalhei diretamente na solução dessa questão da crise energética, penso que o mais grave que gerou a crise energética não foi nem o modelo novo nem a falta d'água. O mais grave foi a transição. Toda vez que se muda de um modelo para outro, cria-se uma transição. E a transição anterior demorou cinco anos, tempo em que os investimentos foram diminuídos, o que gerou exatamente aquela dificuldade.

Outra questão é uma avaliação equivocada do modelo atual, que, bem ou mal, gerou um aumento bastante grande na capacidade de investimento e em novas energias que foram acrescentadas. Tanto é assim que o próprio Ministério divulgou, em mais de

uma oportunidade – inclusive nesta Casa – que temos agora 7.500MW médios de energia sobrando e que, a partir do próximo ano, teremos 10.000MW médios de energia sobrando. Portanto, o modelo anterior deu uma resposta, então é necessário que isso também seja avaliado.

Por último, há a questão das agências reguladoras, que durante todo este ano tiveram seu trabalho muito dificultado, do ponto de vista financeiro e também do debate das questões: o Governo sempre se posiciona contra a opinião das agências. A questão das agências é fundamental.

**O Sr. Eurípedes Camargo** (Bloco/PT – DF) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Senador José Jorge, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Darei o aparte, primeiro, ao Senador Eurípedes Camargo, e logo apóis ouço V. Ex<sup>a</sup>.

Pois não, Senador Eurípedes Camargo.

**O Sr. Eurípedes Camargo** (Bloco/PT – DF) – Senador José Jorge, parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo seu discurso, que traz uma fundamentação em razão da organização do Estado, nas suas interferências na qualidade de vida da sua população, de forma bem didática e construída, com um objetivo muito claro. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> por essa contribuição.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Eurípedes Camargo.

Senador Rodolpho Tourinho, ex-Ministro, concedo a V. Ex<sup>a</sup> o aparte.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Senador José Jorge, não tenho dúvida de que o modelo – do qual V. Ex<sup>a</sup> faz uma análise muito bem feita – precisava de algumas correções, mas entendo que essa instabilidade de regras é muito problemática para o sistema. Ainda mais que, como referiu V. Ex<sup>a</sup> e a própria Ministra, em relação à sobra de energia que existe hoje, ela é devida a pelo menos quatro fatores. Em primeiro lugar, a novos hábitos provenientes do racionamento; depois, o baixíssimo nível da atividade econômica. Quando esta for retomada teremos uma demanda imensa de energia. Quanto a isso, eu não tenho dúvida. Ocorrerá como foi no passado, ao longo desses anos todos. Quanto ao preço, a tarifa está alta, em função do próprio IGP-M, que captou toda a variação do dólar e a repassou para a tarifa. Está sobrando energia, porque novos empreendimentos entraram – termelétricos e hidrelétricos. Mas é preciso se tomar muito cuidado para não acontecer o que ocorreu no passado, porque entre a decisão de inves-

tir e a geração de energia decorre muito tempo. O que acontece hoje, Senador José Jorge – V. Ex<sup>a</sup> que, tanto quanto eu, se preocupa com o Nordeste e a geração de energia naquela Região – é que os reservatórios do Nordeste estão em 17, 07% de sua capacidade. Existe ainda a previsão de que ainda neste mês, em 30 de novembro, eles atinjam 16%, podendo chegar no final de dezembro...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – O reservatório de Sobradinho está com 13% de sua capacidade.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Então, veja V. Ex<sup>a</sup> que a previsão é de que em dezembro os níveis estarão abaixo do limite de segurança, que é em torno de 15%. Essa é a previsão oficial, fornecida pela internet. E quando se juntam a falta de chuva, a falta de investimentos e a falta de marco regulatório, o resultado é o racionamento. Estamos no Nordeste com 36% da energia natural afluente, ou seja, 36% da média histórica, que é um nível baixíssimo. Isso significa que podemos ter problemas – não agora, mas refletindo-se no próximo ano. Vamos olhar o que está acontecendo no Sul, que nessa altura deveria estar mandando para o Sudeste 1.500MW/médio e está recebendo 2.400MW. Está invertida a posição. Outra vez isso vai afetar, permanecendo, o nível dos reservatórios do Sudeste para o ano que vem em mais de 2%. Então, mais uma vez eu queria enfocar, nessa questão, não somente a análise que V. Ex<sup>a</sup> faz do marco regulatório, mas também como é importante se definir claramente a regra das termelétricas, porque elas podem resolver esse tipo de problema. E é o preço do gás. Eu não quero misturar outro assunto naquilo que V. Ex<sup>a</sup> expõe, mas está dentro dessa questão do marco regulatório que V. Ex<sup>a</sup> tão bem coloca, sobretudo em relação às agências. De forma que o cumprimento e concordo inteiramente com a análise de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, resumindo o meu discurso, na realidade quero somente agradecer o aparte do Senador Rodolpho Tourinho, Ex-Ministro, que entende bastante desse assunto. Portanto, eu concordo inteiramente com tudo o que S. Ex<sup>a</sup> colocou.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma cobrança ao Governo para que encaminhe o mais rapidamente possível, para o Congresso Nacional, o novo marco regulatório do setor elétrico. Porque se o Governo, no início do ano, anunciou que vai fazer um novo modelo e criar um novo marco regulatório, nós não podemos encerrar este ano sem que esse modelo esteja aprovado. Eu acho que mesmo que o Gover-

no o mande agora, nós teremos dificuldade de aprovar esse marco regulatório ainda este ano, pois tramitaria primeiro na Câmara e, depois, no Senado. V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Rodolpho Tourinho e demais Senadores tiveram a oportunidade de verificar que a medida provisória do setor elétrico, que era bem mais simples do que este modelo, demorou bastante tempo para ser aprovada, tendo inclusive obstruído a pauta da Câmara e do Senado por 15 dias respectivamente.

Portanto, faz-se necessária uma cobrança explícita ao Governo, para que se divulgue o novo modelo, e os agentes possam tomar decisões, dar sugestões, sendo o projeto encaminhado ao Congresso. Por enquanto, Sr. Presidente, o projeto não foi apresentado aos agentes, nem está disponível na **Internet**. Ninguém o conhece. Então, é necessário que esse projeto seja disponibilizado na **Internet**, para que os agentes possam lê-lo e fazer sugestões antes de seu encaminhamento à Câmara. Assim, no próximo ano, as tão citadas novas regras poderão ser apresentadas ao Governo.

Do contrário, vamos acreditar que o Governo está encontrando dificuldades em elaborar esse modelo e que o modelo anterior não era tão ruim quanto se dizia. Se assim fosse, em cinco minutos, um modelo melhor seria elaborado.

Enfatizo, pois, o meu apelo ao Governo no sentido de que apresente o mais rapidamente possível o novo modelo do setor elétrico.

Eram as considerações que eu gostaria de tecer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Antes de passar a Presidência ao eminente Senador Mão Santa, para que eu possa fazer uma comunicação inadiável, a Presidência comunica às Sr<sup>as</sup>s e aos Srs. Senadores a visita de uma missão oficial do Governo chinês a esta Casa. Trata-se da China Grain Reserves Corporation, corporação oficial do governo chinês encarregada das reservas estratégicas de grãos. Todo o estoque de alimentos na China é controlado por essa corporação, aqui presente na pessoa do seu Vice-Presidente, o nobre Sr. Wen Keqin, a quem saudamos e que está acompanhado por um velho conhecido desta Casa e do Presidente, que é o Dr. Américo Li, tradutor oficial que acompanha a missão. Para nós, desta Casa, é uma honra a visita dessa importante corporação. Estendemos nossos cumprimentos a todos os membros da China Grain Reserves Corporation.

Transmito agora a Presidência ao Senador Mão Santa, para que possa usar da palavra para uma comunicação inadiável.

*O Sr. Eduardo Siqueira Campos 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos para uma comunicação inadiável, pelo Estado do Tocantins.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, ocupo este espaço de uma comunicação inadiável para fazer referência a um aspecto bastante preocupante, que certamente é preocupação de todos os brasileiros, não só dos meus queridos companheiros tocantinenses, mas como da população brasileira como um todo.

O Brasil, Sr. Presidente, é um país que sempre foi considerado um país pacífico e organizado. É um país em desenvolvimento, mas um país eminentemente pacífico, ordeiro e produtivo. A distribuição da população brasileira tinha uma característica eminentemente rural, mas deixou de ser rural para ser urbana. Hoje, estamos assistindo a uma grande tensão nos nossos centros urbanos e também à possibilidade de desorganização do nosso setor produtivo, por várias razões, dentre elas, a própria questão da reforma agrária.

Não conheço um brasileiro contrário à reforma agrária. Não vejo, no meio estudantil, nem na imprensa ou na opinião pública, um sentimento de condenação aos princípios que levaram à formação, à estruturação e à própria existência do MST. Entretanto, é lógico que detecto, na imprensa, na sociedade organizada e no meio estudantil universitário uma preocupação com as ações do MST.

Fundamentalmente, a reforma agrária poderia e deveria ser tratada dentro de um enfoque em que tivéssemos a efetiva participação dos Municípios brasileiros. Imaginem, Sr. Presidente e meus queridos Pares nesta Casa, se tivéssemos, em cada Município, por meio do prefeito, do juiz de Direito, do gerente da instituição bancária oficial – seja do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, ou, na sua inexistência, de outros membros da nossa sociedade civil organizada –, os verdadeiros cadastros para a formação de um projeto de reforma agrária, que começa pela própria avaliação no ato da desapropriação.

Já passamos por um Brasil que descobriu como modalidade de fraude o superfaturamento, a elevação dos preços. E a população, estarrecida, descobriu no seu Município terras vendidas para o Governo pelo triplo do seu valor, para fins de desapropriação. Quem detecta esse tipo de anomalia? O prefeito, o habitante do Município, o vereador. Eles sabem o preço. Ainda que não seja proprietário rural, quem vive no Município sabe os preços das suas terras, conhece a realidade, sabe qual é a terra produtiva, a improdutiva, o latifúndio abandonado e até mesmo aquela terra que foi objeto da ação dos grandes grileiros. Algumas pessoas físicas eram detentoras de terras em quantidade superior a um Estado brasileiro!

Então, Sr. Presidente, ainda que numa comunicação inadiável, externo aqui minha preocupação com este Brasil, que é o maior exportador de carnes hoje e um dos maiores produtores de grãos. Trata-se de um Brasil que dá certo, que tem terras férteis. Nossa País está recebendo hoje essa importante delegação da China, que tem, entre os seus objetivos, exatamente discutir a questão da soja brasileira, que tem preço. Apesar de todas as dificuldades na área de transportes, temos competitividade, e nossa produção pode atender um grande mercado consumidor de um grande país como a China, que está efetivamente preocupada com a discussão dos transgênicos. Mas temos um Brasil inteiro produzindo soja à vontade para exportar não só para a China, mas para os grandes mercados consumidores, como Japão, Estados Unidos da América do Norte e outros tantos.

E o que me preocupa é a desorganização deste Brasil, a desorganização urbana – porque o que estamos vivendo agora é o enfrentamento dentro dos grandes conglomerados urbanos – e a possibilidade da desorganização do setor produtivo nacional. Entendo, Sr. Presidente, que ainda estamos precisando de um grande projeto nacional, estamos precisando redescobrir este Brasil e ocupar melhor essa imensidão territorial que possuímos.

Percebo que o nobre Senador Alberto Silva tem o interesse de me apartear, mas o Regimento não permite a concessão de apartes durante as comunicações inadiáveis. Contudo, sei que suas palavras viriam neste sentido.

Temos terras, Sr. Presidente, sim, o suficiente para promovermos a reforma agrária, que é um sonho – não meu, do MST, do Incra, do Ministério da Reforma Agrária ou do Presidente Lula; mas é um desejo dos brasileiros.

Mas que venhamos a fazer esse estudo aprofundado. E o Presidente Lula deixou uma frase, a meu

ver, muito importante, que foi retratada pela revista **Veja** em uma de suas edições: “Eu não vou transformar miseráveis urbanos em miseráveis rurais apenas para produzir número de assentados, assentamentos que não produzem.”

Sr. Presidente, essa frase é importante. Esse é o meu entendimento.

Vamos começar pelos Municípios brasileiros. Vamos começar por conselhos que tenham as bases municipalistas deste País na sua composição, formando cadastros por cidades e por Estados. Vamos começar com pessoas que tenham, reconhecidamente, a característica de produtor rural, a particularidade de ter o seu empreendimento na pequena agricultura familiar. Certamente, não daria certo cadastrarmos pessoas desempregadas nos grandes centros urbanos e tentarmos fazê-los produtores rurais. Eles não têm conhecimento, prática e formação, e novas terras seriam vendidas, como ocorre nesses assentamentos que têm como objetivo produzir números.

Sr. Presidente, concluo as minhas palavras, agradecendo este minuto que ultrapassou destinado às comunicações inadiáveis. Destaco a presença, neste plenário, do Deputado Homero Barreto, integrante da Bancada federal do nosso Estado do Tocantins, que, para minha alegria, é um dos Parlamentares que assiste hoje ao meu pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, pela ordem de inscrição. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Arthur Virgílio, por permuta com o Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, de volta de uma recente viagem aos Estados Unidos como membro de uma missão oficial, juntamente com outros Parlamentares e autoridades, para visitar o Congresso norte-americano e as principais bolsas de valores daquele país e para fazer outras visitas técnicas a mesas de operações financeiras e a órgãos reguladores ou auto-reguladores dos mercados derivativos, quero prestar contas a V. Ex<sup>as</sup>s e, ao mesmo tempo, tecer alguns comentários sobre o que vimos naquele país estrangeiro.

Muito se fala sobre a utilidade ou não das viagens ao exterior. Quero, então, retratar fielmente para V. Ex<sup>as</sup>s a extraordinária utilidade da visita que fizemos aos Estados Unidos, cumprindo uma agenda exausti-

va em três cidades diferentes – Nova York, Washington e Chicago –, onde, no curto espaço de cinco dias úteis, visitamos dezenas de instituições, ouvimos palestras e participamos de debates técnicos.

Iniciamos a viagem por São Paulo, onde passamos a manhã e a tarde do dia 22 de outubro nos integrando do mercado de derivativos negociados na Bolsas de Mercadorias & Futuros. O sistema de compensação desse mercado registra diariamente mais de 450 mil contratos que envolvem taxas futuras de juros, de dólar, de índices futuros da Bovespa, de ouro, de **commodities** agropecuárias, como café, boi, bezerro, milho, soja, açúcar, e de energia, como o álcool anidro. Os volumes diárias em giro neste ano estão em torno de US\$15 bilhões.

A BM&F, situa-se entre as sete maiores bolsas no rol das instituições que trabalham com contratos futuros. Creio, Sras e Srs. Senadores, que ainda não nos demos conta do que isso significa para o nosso País e de qual deve ser a nossa postura diante da escalada do mercado derivativo no Brasil. Vou dizer a razão, a partir das constatações a que chegamos com a recente visita técnica aos mercados financeiros norte-americanos.

Para começar, quero reportar o que constatamos ao visitar a NYSE, a mais importante bolsa de valores do mundo. Naquele mercado, negociam-se os chamados ADRs, os recibos americanos de depósito que representam frações do capital de empresas estrangeiras.

A NYSE dispensa grande atenção ao Brasil. O motivo é claro: os ADRs de ações de empresas brasileiras ocupam o primeiro lugar em negociação entre os concorrentes latino-americanos negociados ali, com uma fatia de 10%.

Reconhecemos que a presença das ações brasileiras na NYSE é um fator positivo por contribuir para captar poupança estrangeira para investimento em capital fixo. Mas existe o outro lado da moeda, que é a drenagem de liquidez dos papéis do mercado secundário de ações do Brasil para o exterior.

Em boa parte, isso ocorre devido à CPMF e a outras distorções tributárias que diminuíram a capacidade competitiva do mercado brasileiro de ações negociadas em bolsa em comparação com os centros de liquidez estrangeiros. Não podemos ignorar essa questão no exato momento em que queremos fomentar a poupança doméstica e pavimentar o caminho para o ingresso de ações de empresas de segunda linha no mercado.

Pudemos detalhar melhor esses aspectos com a visita à mesa de operações do Citibank, quando nos deparamos com salões de operação onde mais de setecentos técnicos movimentam recursos, aplicando-os em índices de ações, realizando operações de investimento de renda fixa ou de arbitragem. Se não prestarmos muita atenção nos centros de liquidez que existem no Brasil, corremos o risco de criar incerteza jurídica, dificultando a tarefa da auto-regulação, fundamental para os mercados derivativos e para as câmaras de compensação geral.

Depois das exposições e dos debates na NYSE e no Citibank, que ocorreram na segunda-feira, 27 de outubro, fomos à Universidade de Colúmbia, onde tivemos a oportunidade de manifestar a nossa opinião sobre a Alca e de protestar, uma vez mais, contra os subsídios que os países ricos concedem a sua agricultura.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, sem dúvida, teremos de desenvolver um intenso trabalho de formação de opinião se quisermos preparar o caminho para a entrada na Alca sem prejuízo para o agro-negócio brasileiro. Não podemos ignorar o que ocorre no meio parlamentar, financeiro e acadêmico dos Estados Unidos ou por que a delegação norte-americana chegou a Cancún com posições que travaram o diálogo com os países em desenvolvimento. Se ficarmos reféns de Brasília e dos corredores e gabinetes desta Casa, muito provavelmente decidiremos no escuro. Precisamos ter uma atitude pró-ativa e, nesse caso, levar nossa mensagem aos fóruns acadêmicos, parlamentares e técnicos dos países com os quais temos fortes interesses comerciais, a começar pelos Estados Unidos da América. Nesse sentido, o contato que tivemos em Colúmbia e no Congresso norte-americano foi de extrema utilidade, de acordo com a agenda de viagem promovida pela BM&F.

Antes de entrar nesse ponto, quero relatar o resto da agenda que cumprimos em Nova York, onde visitamos a Nymex, a bolsa onde são negociados contratos de energia, e a Nybot, onde são negociados contratos de café, açúcar, cacau e algodão. O Brasil é o maior produtor mundial de café, mas só recentemente a BM&F conseguiu criar um contrato de café que balizasse os preços do produto brasileiro. Lidera o mercado mundial de álcool de cana, mas os maiores pregões de açúcar ficam na NYBOT e em Londres. A NYBOT baliza os preços internacionais do café com base no café colombiano. E a NYMEX quer entrar em contratos de álcool, competindo com o contrato lançado na BM&F, que foi pioneira nessa área, assim como o Brasil foi pioneiro na adoção de bio-

massas para gerar energia através do álcool anidro. Verificamos, durante essa viagem, qual era o grau de competitividade dos serviços financeiros no mundo. Além dos aspectos de **marketing**, os mercados derivativos geram um mercado de trabalho altamente especializado, que não surge da noite para o dia, mas que pode ser perdido de repente, devido a falhas na legislação e à má regulação de mercado.

Nossa passagem por Nova Iorque terminou com a nossa participação no jantar promovido pela Câmara Americana para homenagear o Homem do Ano. Este ano, o homenageado pela Câmara Americana foi o eminente brasileiro Sr. Maurílio Biaggi, que, em seu discurso, tocou em muitos dos pontos que acabo de mencionar. Prestigiando aquele acontecimento em Nova Iorque estiveram presentes o Presidente desta Casa, Senador José Sarney, os Senadores Romeu Tuma, Sérgio Cabral, Leomar Quintanilha e Hélio Costa, além de vários Deputados federais e muitos outros brasileiros. Na oportunidade, sentimos orgulho de ser brasileiro ao assistir à condecoração de Maurílio Biaggi, produtor de açúcar e de álcool, representante da Coca-Cola em boa parte do território brasileiro, além de ter outras atividades em que lidera. Ficamos muito orgulhosos de ver como o Brasil brilha nessa área.

No dia seguinte, Sr. Presidente, quarta-feira, seguimos para Washington, onde participamos de importante reunião de trabalho na CFTC, que é o órgão regulador do mercado de **Commodities** e seus derivativos. O equivalente brasileiro da CFTC é a nossa CVM. Quero registrar, Sr. Presidente, que a CFTC norte-americana é regida por uma lei votada e periodicamente atualizada pelo Senado norte-americano e balizada pelo interesse da Casa Branca e do Congresso norte-americano em fomentar o desenvolvimento dos mercados de **commodities** nos Estados Unidos quase em **status** de segurança nacional. Essa lei considera de alta importância a fixação de preços nas bolsas norte-americanas. A CFTC tem, além do seu papel regulador, um papel de fomentador do mercado. Precisamos alertar a nossa CVM sobre a importância do fomento do mercado.

Na mesma quarta-feira, participamos de uma reunião com a FIA e de um jantar na Embaixada brasileira, promovido pelo Embaixador Rubens Barbosa, ao qual estiveram presentes também o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e o ex-Ministro José Serra.

Quero destacar os encontros que mantivemos na quinta-feira no comitê de agricultura do Congresso norte-americano, onde fomos recebidos na Divisão

de Gerenciamento de Risco e Atividades Rurais. Uma vez mais, pudemos conferir como estão bem munidos os parlamentares norte-americanos com respeito à política agrícola daquele país e quanto diferente da nossa é a visão que eles têm de proteger os seus fazendeiros. Se quisermos melhorar a nossa situação e chegar à Alca de forma conclusiva e mutuamente favorável, precisamos abrir um caminho de bom entendimento entre o Legislativo e o Executivo, com a participação de órgãos interessados no setor. Ao visitar o Banco Mundial, conferimos a tendência das instituições multilaterais de crédito para um enfoque global dos problemas das economias emergentes. Esse enfoque global pode ser mais bem balizado se tivermos uma atitudeativa, e não passiva, apenas reclamando das delegações que, partindo de Washington, vêm nos visitar.

Devo declarar que fomos recebidos, no Banco Mundial, pelo eminente brasileiro Amauri Bier, que recentemente deixou o Ministério da Fazenda aqui, no Brasil.

Chegamos a Chicago na sexta-feira, 31 de outubro, onde visitamos diversas entidades mercantis que operam no mercado de bolsas. Quero destacar, a propósito, a importância da auto-regulação nos mercados de **commodities**. Os mercados de derivativos giram valores trilionários no mundo. Para tanto, requerem proteção jurídica espelhada nas leis a eles especificamente destinadas. Dentro dessa moldura de certeza jurídica, a Bolsa de Mercadorias & Futuros do Brasil poderá exercer a auto-regulação indispensável ao setor, pois dispõe de meio de controle rápido, sem que o mercado fique engessado.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero reiterar a importância de fixarmos uma agenda para o setor financeiro, a qual não se detenha apenas em detalhar as ações, mas em cumpri-las. Os detalhes são, com certeza, importantes, tais como o nível das taxas de juros ou os **spreads** entre transações, mas tudo isso pode ser muito mais bem focalizado se tivermos uma visão global do mercado financeiro e não apenas dos detalhes.

Com muito prazer, concedo o aparte ao eminente Senador Juvêncio da Fonseca, de Mato Grosso do Sul.

**O Sr. Juvêncio da Fonseca (PDT – MS) –** Senador Jonas Pinheiro, V. Ex<sup>a</sup> é um dos Parlamentares brasileiros que mais conhecem a questão da agricultura e da pecuária do nosso País. O agronegócio tem em V. Ex<sup>a</sup> uma grande bandeira. Essa viagem que V. Ex<sup>a</sup> fez aos Estados Unidos com outros Parlamentares do Senado e da Câmara dos Deputados bem demonstra que o Parlamento brasileiro está presente

nesse processo de crescimento da agricultura e da pecuária brasileira. Somos hoje uma força imensurável no agronegócio. Ele oferece ao Brasil quase a metade dos empregos à disposição do nosso povo e quase a metade do nosso PIB. Enfim, a atividade rural do País sustenta a Nação brasileira. Por isso é tão importante que os Parlamentares brasileiros tomem consciência, como V. Ex<sup>a</sup> já o fez há muito tempo, de que precisamos defender intransigentemente nossos brasileiros nessa área. O Brasil, na liderança do agronegócio, tem pela frente longo caminho a ser percorrido, caminho de redenção, caminho de liberdade, caminho de autonomia econômica, que pode perfeitamente fazer com que o Brasil exerça mais plenamente sua soberania política. Portanto, a viagem dos Parlamentares, muitas vezes criticadas, mostra que o Congresso Nacional, por meio dos bons Parlamentares, como V. Ex<sup>a</sup>, presta grande serviço a toda a Nação. Veja V. Ex<sup>a</sup> – se ainda me permite um tempo –, acabamos de receber uma comitiva da China, que esteve aqui há poucos minutos. Ela vem ao Brasil em virtude dos interesses chineses de busca de negócios principalmente na área da agricultura brasileira. Portanto, para estarmos com toda essa frente de trabalho aberta, basta que todos, juntos, tenhamos consciência da necessidade de um trabalho de proteção aos nossos produtores e também a noção de que precisamos defender - Senador Jonas Pinheiro, estou alongando meu aparte um pouco mais por V. Ex<sup>a</sup> estar ao final de seu discurso - a nossa soja, principalmente neste momento de terrível campanha contra a soja transgênica. Parece que querem que todos os países do Primeiro Mundo avancem cada vez mais na conquista do mercado internacional e que o Brasil não tenha condições para esse avanço, tecnológica e científicamente falando. O americano pode, por meio de sua Academia de Ciências, que diz sim, consumir e vender a soja. São 40 milhões de hectares, 39 milhões de toneladas de soja transgênica, produzida e vendida para todo o mundo. Não faz mal e não mata ninguém. O meio ambiente é plenamente preservado. No entanto, no Brasil, temos enorme dificuldade, nessa área da ciência e tecnologia, de nos afirmarmos diante de um produto já testado internacionalmente. É uma proposta, às vezes, de exclusão do Brasil do mundo científico. Querem excluir o País da área da tecnologia. V. Ex<sup>a</sup> contribui muito com sua postura, sua iniciativa e com essa comitiva que foi aos Estados Unidos e, certamente, disse, em alto e bom som, que o Brasil está preparado para enfrentar essa terrível luta do agronegócio no mundo inteiro. Temos condições, sim, mais do que qualquer outra nação, de avançarmos, progre-

dindo e produzindo mais alimentos para todo o mundo. É isso que o povo e a Nação esperam de nós,

Parlamentares conscientes dos problemas e da grande missão que temos que cumprir no Parlamento brasileiro. Parabéns pelo trabalho, Senador Jonas Pinheiro.

**O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT)** – Muito obrigado, eminente Senador Juvêncio da Fonseca.

Sr. Presidente, concluirrei relatando apenas um episódio que tivemos no Congresso americano. Os Parlamentares americanos que foram discutir conosco quiseram saber qual a razão pela qual o Brasil tinha aumentado tanto sua produção de soja, porque os americanos, que produziam 82 milhões de toneladas, caíram para 67 milhões, e o Brasil, que produzia 30 milhões de toneladas, passou para 58 milhões de toneladas de grãos. Perguntaram qual a razão do aumento da produção de soja. Falamos, então, da interiorização da agricultura, do agronegócio brasileiro. O Brasil deixou de olhar apenas para o litoral e passou a interiorizar sua produção. É o seu Piauí, Sr. Presidente, que está ajudando nessa parcela, assim como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Goiás, todos esses Estados que hoje recebem a alta tecnologia de um país e de produtores sofridos como os brasileiros.

Os americanos, de tanto receber subsídios, estão com a sua biotecnologia lá embaixo, sem poder concorrer com o Brasil e ainda sem transgênicos. Na hora em que tivermos os transgênicos legalizados, com possibilidade de avançarmos na nossa produção, na nossa produtividade, com certeza, o Brasil será muito mais respeitado.

Outro fato sobre o qual quero falar e para o qual peço mais um minuto. Os Parlamentares americanos não sabiam que eu e o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame tínhamos participado do debate em Cancún e quiseram saber por que o Brasil trancara a Rodada de Cancún. Nós dissemos que não foi o Brasil que a trancou. A Rodada de Cancún era, como já havíamos dito, continuidade da Rodada de Doha, no Katar, que ocorreu há dois anos.

Portanto, o Brasil liderou um grupo de países que se preparou para a discussão em Cancún como continuidade da discussão de Doha. Quando lá chegamos, os americanos e os europeus não quiseram discutir nem Doha nem Cancún. Eles queriam, isto sim, discutir Cingapura, que não tinha nada a ver com a discussão para a qual o Brasil havia se preparado.

Com isso, Sr. Presidente, concluo o meu discurso dizendo que a visita aos Estados Unidos nos mos-

trou claramente essa necessidade de propormos, e é o que fazemos, a esta nobre Casa continuar a discutir os assuntos de real interesse da nossa Pátria.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, Deus me permite neste instante presidir os trabalhos e, com muita honra para a minha cidade, Parnaíba, e para o Piauí, anunciar que hoje comemora-se o aniversário do nosso querido Senador Alberto Silva, que Deus abençoa com muita juventude e inteligência. É como Shakespeare resume: ele é um homem de sabedoria. S. Ex<sup>a</sup> tem competência e experiência.

Temos ainda a felicidade de ver os seus dois queridos filhos à esquerda: Dr. Paulo Silva, que serviu no meu Governo como Chefe do Escritório do Piauí e Secretário do Meio Ambiente, e Dr. Marcos Silva, Vice-Prefeito de Teresina, representante do PMDB.

Quero anunciar ao Piauí que estou inscrito e, na oportunidade, prestarei a homenagem da nossa cidade de Parnaíba e do Piauí ao ilustre brasileiro Senador Alberto Silva.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, do Estado do Amazonas, por cessão do Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, começo agradecendo ao Senador Garibaldi Alves Filho pela enorme demonstração de fraternidade, até porque eu supunha que S. Ex<sup>a</sup> estivesse no seu Estado e fico muito orgulhoso em saber que ele fez essa permuta estando presente na Casa. Não me surpreende, mas, evidentemente, é meu dever agradecer, por ser, de fato, um gesto fraterno.

Sr. Presidente, já que temos tempo, faço uma rápida menção ao caso Berzoini. Não me estenderei porque S. Ex<sup>a</sup> virá ao Congresso prestar esclarecimentos sobre o que me parece, aliás, inexplicável; mas como a inteligência humana é ilimitada, Líder Tião Viana, imagino que ele possa ter a resposta para o que, pelo alcance da minha inteligência e da minha sensibilidade, parece inexplicável. Discutirei, pois, o caso Berzoini quando S. Ex<sup>a</sup> aqui estiver, olho no olho. Por enquanto, se eu pudesse como homem de Oposição ousar uma sugestão ao Presidente Lula, não faria aquela coisa intempestiva que desconhece qualquer mérito do Ministro Berzoini, dizendo ao Presidente para demitir o Ministro. Não o faria porque o Ministro é competente, inteligente e capaz. Eu diria: "Presidente, troque o Ministro de pasta. Transfira-o para a pasta

dos Transportes, por exemplo, porque lá talvez caiba aquela fala grossa, toda aquela aspereza". Onde percebo que ela não cabe e não deve caber, não porque não é bom para o Governo – o que não me importa –, mas porque não é bom para os velhinhos – o que me importa – e não é bom para a Nação – o que me importa sobretudo –, é numa pasta social. Só mesmo a divina providência poderá aclarar os caminhos do Ministro, para que S. Ex<sup>a</sup> nos dê uma resposta que nos faça imaginar que pudesse haver um mínimo de racionalidade ao proferir aquelas palavras tão duras.

Minha tia Lindalva Cruz me cobra todos os dias que não perdoe o Ministro, embora eu seja uma pessoa de perdão. Liguei para a velhinha hoje e ela me disse: "Não o perdoe". Portanto, em nome da minha tia Lindalva, terei que continuar endurecendo um pouco mais com o Ministro, mas deixarei o grosso para o momento em que S. Ex<sup>a</sup> estiver aqui a minha frente, pois aquelas imagens são ainda muito dolorosas.

Depois da viagem de cinco dias à África, cheia de estripulias, vem a bonança. Para o Presidente, foi "mal-entendido". Para onde quer que vá o Presidente, a imprensa vai atrás. E a tudo assistiu. O noticiário foi exuberante. Mostrou gastos, gostos, papelão e mancadas.

E supondo que há calmaria pelos mares nunca dantes navegados por ele, sugere o Presidente que todos os brasileiros deveriam visitar a África, em vez de "teorizar".

Se formos para o absurdo, Senadora Heloísa Helena, tenho a impressão de que a declaração anterior é menos absurda do que essa que manda os brasileiros que percebem um salário-mínimo de R\$240,00 irem à África para a conhecerem na prática e não na teoria.

De qualquer maneira, eu pego por pontos.

PONTO 1 – Não houve teoria.

Quanto ao conselho para o turismo à África, *Como fazer?* Os brasileiros, e o Presidente sabe disso muito bem, não se podem dar ao luxo de gastos tão pesados. Ademais, nenhum outro brasileiro é privilegiado como o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, que pegou carona na comitiva de Lula, hospedou-se em hotel de US\$150 a 180 a diária e entende que o Erário é feito para custear as suas despesas. O pior é que o Presidente, como noticia **O Globo**, vai incluir, na sua próxima viagem a seis países do Oriente Médio, o próprio Presidente do Partido, o ex-Deputado José Genoíno.

Alguém diz: "Ah, mas o PT é uma entidade como a CUT." Não é. O PT é um partido político. A levar do PT, teria que levar dos demais partidos – eu não vejo,

aliás, que seja oportuno levar alguém de qualquer partido.

Diz Delúbio: "Ah, o deputado fulano de tal, Reginaldo, da Bahia, do PFL, estava lá, o Vicentinho estava lá, por que eu não?"

Eu digo ao Dr. Delúbio que por uma razão muito simples: o senhor é um eficientíssimo arrecadador, mas não é parlamentar. O senhor não deveria estar naquela viagem, às minhas custas e da minha tia Lindalva, de 95 anos de idade. Não tinha. A minha tia Lindalva tem o dever de pagar pela viagem do Vicentinho, sim, que é Deputado, se o Presidente Lula quiser chamá-lo à comitiva, mas não tem que fazê-lo pelo Dr. Delúbio. Minha tia Lindalva não quer pagar pelo Dr. Delúbio. Ela aceita pagar pelo Deputado Vicentinho. Pelo Dr. Delúbio, não.

Então, entrei com um requerimento de informações e, a ser confirmado, vou pedir a devolução desse valor pela via de ação popular. A minha tia Lindalva não pode gastar dinheiro com o Dr. Delúbio, de jeito algum.

#### PONTO 2 – O papelão.

Cedo o espaço para o jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de ontem:

Título: "As fantasias africanas de Lula". Destaque: "Ilusões políticas e deslizes oratórios numa viagem **quixotesca!**"

Abro aspas para o Estadão: "O giro de cinco dias por países africanos corre o sério risco de ser lembrado como uma mistura de um gênero literário com um gênero cinematográfico."

O jornal desce a pormenores:

"Gênero cinematográfico: 'a viagem fica parecida com os antigos musicais da Metro'" – não esclareceu o jornal se é com ou sem o leão da Metro, por conta das cantorias do Ministro Gilberto Gil, cantando e dançando como o imortal Fred Astaire.

"Gênero literário: o romance de ficção."

'Vem do que o próprio Presidente dizia e tornava a dizer em terras africanas, mais parecendo um fictício presidente dos Estados Unidos em turnê pelo Terceiro Mundo, anunciando a decisão de partilhar a fabulosa prosperidade do seu país com os mais pobres entre os pobres do globo.'

No final, ninguém ficou sabendo onde anda a cartola mágica para que o Ministro do Desenvolvimento, Luiz Furlan, faça honrar as mirabolantes promessas de Lula em terras de África.

Lula prometeu mundos e fundos. A realidade é outra: Lula, na verdade, prometeu mundos sem fundos.

Onde está o cobertor do BNDES para abrir linhas de financiamentos brasileiros em Angola? O que todos sabemos é que o BNDES só tem mesmo um *corta-febre*, curtíssimo demais para dar conta das demandas internas, isto é, para investimentos aqui mesmo.

Mais aspas para **O Estado de S. Paulo**: "A distância entre a ficção político-econômica que embala os sonhos do Presidente e a vida real" inclui, também, a chocante gafe de Lula na Namíbia, ao se mostrar surpreso por ter encontrado uma cidade tão limpa "a ponto de não parecer estar num país africano." Aí, digo eu, modestamente: antes não estivesse.

Sr. Presidente, como se trata de oposição construtiva, eu, hoje, tecerei algumas críticas à entrevista dada ao jornalista Merval Pereira, de **O Globo**, pelo Ministro José Dirceu, mas farei também meu primeiro elogio ao Ministro nesses 11 meses de convivência como deve ser: ele lá e eu cá.

A matéria é: "União por um poderio bélico. Dirceu defende a integração militar da América do Sul e diz temer a presença do Estados Unidos na Amazônia". O Ministro Dirceu, no subtítulo, vai bem. Ele faz uma autocrítica do período de luta armada e, nisso, obra corretamente. Não faltou generosidade ao Ministro e nem a quem empunhou arma naquele momento, mas foi equivocado, do ponto de vista tático, e não havia alcance estratégico na medida. Portanto, certos Estados, o Ministro agora reconhece, a exemplo do então Partido Comunista Brasileiro, preferiram acumular forças dentro da sociedade para o momento em que, pela via democrática, pela via da eleição, não pela via insurreicional, se haveria de retomar para a democracia, e não para o grupo foquista do Fulano ou do Beltrano, o poder central. Essa é uma das partes corretas da entrevista do Ministro.

Vou deixar para o final o último elogio, a parte com que eu concordo, e vou fazer a crítica primeiramente: o Ministro é, a meu ver, ingênuo e primário quando faz uma crítica tão frontal aos Estados Unidos, dizendo que caberia a qualquer Parlamentar. Não sei se ela cabe ao Ministro mais poderoso da República, nesta hora de tão difícil articulação com a Alca e de tão árdua conjuntura internacional.

O Ministro fala sobre a Bolívia, até com certa procedência, e aí vem o elogio que lhe tenho que fazer: foi fantástica a sua declaração a respeito do Fome Zero. Rendo minhas homenagens ao Ministro José Dirceu, que, diz o repórter, "fez uma divagação sobre a conveniência de programas de empregos para jovens, como o Primeiro Emprego. – Talvez estejamos cometendo um grande erro, querendo jogar es-

ses jovens num mercado de trabalho que não existe. Talvez o melhor fosse a juventude permanecer mais tempo na escola, sem se tornar massa de manobra do narcotráfico."

Longe de mim imaginar que a idéia de quem engendra o Primeiro Emprego é colocar os jovens a serviço do narcotráfico. Longe disso. O Ministro exagera, mas, sem dúvida alguma, é realista quando faz a crítica a um projeto que não tem profundidade e faz coro com a piada que circula pela Internet e que trato ao conhecimento da Casa:

" – Meu pai, arranjei um emprego!  
Essa é a boa notícia.  
Qual é ruim, meu filho?  
– O emprego é o seu, meu pai."

O Ministro, a meu ver, liquida com quaisquer ilusões, para quem quer que as tivesse, a respeito do chamado Programa do Primeiro Emprego, e diz que talvez estejamos cometendo um grande erro ao jogar esses jovens em um mercado de trabalho que não existe.

Meus parabéns ao Ministro pela sinceridade, embora eu não saiba como isso soará para o Presidente Luiz Ignácio Lula da Silva.

Posteriormente, há análises, que me parecem corretas, sobre a Lei do Abate e a questão da segurança. Por fim, chegamos às tais fitas de Santo André, todas ilegais, cuja autorização judicial foi conseguida por meio de artifícios do Ministro. Não quero abordar esse assunto, mas não aceito que o Ministro diga que as fitas não são válidas por serem ilegais, porque, em algumas vezes, o PT se beneficiou de fitas ilegais que relatavam conversas supostamente válidas e isso era um ponto a favor da moralidade, da sua luta por um País mais moral.

O assunto tem vindo à baila. A revista **Veja** já tratou do tema e o Ministro também o aborda. Há duas hipóteses: ou isso não tem importância alguma e não há por que essas fitas não aparecerem, ou isso tem importância e não há por que essas fitas não aparecerem. O fato é que alguém pediu àquele juiz corrupto, Rocha Mattos, que desse sumiço nas fitas. Se ele é chantagista, não deveria ter colocado fogo nas fitas. Se, porventura, isso aconteceu e ele é chantagista, conforme a denúncia corrente na imprensa, alguém lhe pediu para fazê-lo. Enfim, percebemos que o caso, mais cedo ou mais tarde, deverá ser aclarado.

São absolutamente corretas as declarações do Ministro de que se devem envolver, sim, organismos

internacionais sempre que isso significar o financiamento do desenvolvimento. Muito bem.

S. Ex<sup>a</sup> faz declarações em relação à Alca que julgo absolutamente inadequadas para alguém que tem a sua responsabilidade de verdadeiro Primeiro-Ministro nesse gabinete que aí está. E concordo com S. Ex<sup>a</sup> quando defende que o Brasil não esqueça o seu papel militar. Orgulho-me de o Brasil não ser um País belicista, de não ser um País que se envolva em guerras. O Brasil tem que fazer quaisquer alianças políticas, deixando bem claro que, de guerra, ele não participa.

Sou um Parlamentar da Amazônia, mas não vivo a paranóia da inimizade com estrangeiros. Divido estrangeiros e nacionais em dois tipos: os que prestam e os que não prestam, aos meus olhos. Se o nacional não prestar, eu me afasto dele, eu o combato e o condeno. Se o estrangeiro não prestar, eu me afasto dele, eu o combato e o condeno. Se o estrangeiro prestar e o nacional não prestar, eu me aproximo do estrangeiro e me afasto do nacional. Ou seja, não sou xenófobo, não reajo de maneira pavloviana, imaginando que todo estrangeiro ou qualquer Ong que se aproxima da Amazônia é biopirata, que ninguém serve, a não ser os brasileiros. Isso serve talvez a alguns brasileiros acostumados a se locupletar de vantagens prodigalizadas por este Estado-Mãe que tem sido o Estado brasileiro ao longo dos séculos.

Entendo, por outro lado, que há, sim, cobiça sobre a Amazônia e que o Brasil deve estar preparado para ser uma potência militar defensiva, até porque, como o nome já diz, ele não atacaria ninguém e impediria, como potência, que qualquer parte do nosso território seja agredida sem a resposta defensiva e imediata.

Ouvi críticas ao Ministro, hoje, em vários programas matutinos de televisão. E alguns diziam: Defender de quem? Alguém questionava: Dos Estados Unidos? Pessoalmente, prefiro que não, mas se defender de qualquer um, de quem quer que não queira a Amazônia sob a bandeira brasileira, de qualquer um e até trabalhando do ponto de vista da dissuasão. Ou seja, a potência militar defensiva impede que cobicem a Amazônia, por exemplo, porque sabem que não é nada fácil tirá-la da bandeira brasileira.

Portanto, entendo que o Ministro José Dirceu dá essa entrevista porque tem a sensação de que manda muito. Essa entrevista é a maior prova do poder que tem o Ministro José Dirceu. Pode tanto, que não tem a menor "papa na língua" ao falar. Talvez o Presidente Lula, apesar de ser às vezes falastrão também, não tenha a língua tão solta como tem o Ministro José Dirceu. Esse sabe que não é demissível, que é inamo-

vível, que faz, acontece, põe e dispõe, mexe e remexe dentro do Palácio do Planalto, a ponto de dar declarações que qualquer estudante de relações internacionais consideraria absurdas, como as relativas à Alca, aos Estados Unidos e a tantos temas nevrálgicos, se fossem assinadas não por um Parlamentar, por um líder estudantil, sindical, ou por um líder empresarial, mas por alguém que é o Ministro mais importante da República.

Observo a foto do Ministro José Dirceu no jornal. É impressionante como S. Ex<sup>a</sup> está com uma carranca. Tenho muito cuidado com a minha filhinha de oito anos, porque essa cara feia assusta. Esta é a cara do homem que manda, do homem que pode, do homem que faz o que quer. Se S. Ex<sup>a</sup> aparecer sorridente, deixo a minha filha na sala; com esta cara, eu a retiro da sala. É o poder.

Outro dia um amigo me dizia assim: "Vocês fazem uma campanha muito dura contra o José Dirceu. Vocês não o conhecem". E eu perguntei o que, precisamente, o Ministro José Dirceu pode fazer conosco ou comigo neste País de garantias constitucionais, em que as pessoas devem pagar pelos seus atos: S. Ex<sup>a</sup> pelos dele, eu pelos meus e qualquer um de nós pelos nossos. O que exatamente S. Ex<sup>a</sup> pode fazer, se esse não é o Brasil onde cabe a retaliação pessoal ou física? Esse é o Brasil da garantia constitucional plena, da democracia, pela qual tanto lutamos, até para que, ao vicejar, pudesse o Sr. José Dirceu voltar ao Brasil e encetar a sua brilhante caminhada política.

Depois de ter concedido ao Ministro o elogio de concordar com a política de transformar o Brasil em uma potência militar para mim, defensiva, não sei se é essa a sua idéia, recomendaria a S. Ex<sup>a</sup> menos arrogância, porque esta foto é a cara do Governo. Recomendo ao Ministro que use uma fisionomia mais parecida com a dos brasileiros. S. Ex<sup>a</sup> perdeu a noção da cordialidade. O poder está deformando-o. Desse jeito, S. Ex<sup>a</sup> vai impedir que a minha filhinha Carol o conheça, porque vai assustá-la. Vai assustar! Esta é a cara de quem dá bronca em Ministro. Daqui a pouco, vai estar dando bronca no Presidente. É a cara de quem fica sempre com a última palavra da República, de quem o tempo inteiro imagina que está com a razão e que se pular para uma outra posição ela imediatamente o acompanhará.

Peço ao Sr. Ministro que relaxe, não que aproveite, porque o poder não é para se aproveitar.

Quando eles dizem que nomearam pessoas amigas e não as ligadas ao Fernando Henrique, falam como se fosse um piquenique e como se o poder fosse uma farra. Eles falam como se fosse um prêmio,

como se dissessem: agora que ganhamos a eleição, coloco o Zezinho nessa aqui, o companheiro Paulinho ali, o companheiro Juquinha na outra, e se eles atrapalharem o funcionamento da máquina pública, azar o dela, porque não podemos faltar com o Juquinha, o Zezinho, o Huguinho, o Luisinho e toda essa turma.

Portanto, Sr. Presidente, encerro o meu pronunciamento e aguardo a presença do Ministro Berzoini. Faço o registro da viagem do Presidente Lula, marco acertos na bela autocritica sobre a luta armada que faz o Ministro José Dirceu, faço críticas e, ao mesmo tempo, estabeleço uma concordância em relação a um ponto da sua entrevista, em que, de passagem, fala nas tais fitas de Santo André, sobre algo que me faz cobrar-lhe coerência. Diz S. Ex<sup>a</sup> – repito e encerro – que são essas famosas fitas de Santo André todas ilegais, cuja autorização judicial foi conseguida por um artifício, como se o PT nunca o houvesse feito; como se fita ilegal, revelando uma verdade porventura devesse ser desconhecida, como se o depoimento do Polila incriminando o General Newton Cruz não tivesse valor só porque se tratava de um travesti que se prostituía na beira do cais; como se o que interessasse não fosse a verdade, ao contrário, fosse a forma e não o fundo para se discutir a verdade dos fatos.

Insisto que não prejulgue e não tenho a menor idéia se, vindo à tona o fato, incrimina quem quer que seja. Mas não aceito o argumento porque é muita mudança em um partido só para o meu gosto. Não aceito que se diga, de repente, que antes valiam as gravacões do caso BNDES, da privatização do sistema...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Senador Arthur Virgílio, lamento informar que está encerrado o tempo de V. Ex<sup>a</sup>. E, ao mesmo tempo em que lamento, demonstro minha gratidão, como brasileiro, em ouvi-lo, e destaco a competência com que V. Ex<sup>a</sup> tem exercido a oposição.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, encerro em vinte segundos, dizendo que as fitas sobre a privatização do sistema telefônico valiam, segundo o PT. Nada comprovaram. Aí está desmoralizado o Sr. Luiz Francisco, e aí estão os autos a demonstrar que as pessoas daquele Governo passaram incólumes por aquela situação. O que não é possível é dizer: quando me interessa, a fita é ilegal, é ilegítima, não vale; quando não me interessa, a fita vale. Em outras palavras, cobro coerência.

Como oposição construtiva que sou, faço um pedido ao Ministro José Dirceu para que amenize a face, que está muito dura, está revelando cansaço. O Governo mal começou. Não se passou um quarto do governo e S. Ex<sup>a</sup> já se encontra nesse estado de depauper-

ção que parece psicológica. Pela fisionomia, está realmente por baixo, arrasado. Tanto poder e, ao mesmo tempo, a foto mostra uma figura torturada pela vontade de acumular cada vez mais poder em uma república que só pode dar certo se soubermos distribuir o poder entre os brasileiros, por meio de suas representações legítimas, e não concentrando-o nas mãos de um homem, por mais competente que seja.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas, do PL de Minas Gerais, que substitui nesta Casa o grande Líder Vice-Presidente da República, Senador José Alencar.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srs e Srs. Senadores, quero parabenizar aqui a iniciativa oportuna do Governo Federal com os Governadores de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, que estão se unindo com o objetivo de criar uma força-tarefa para combater o crime organizado nesses quatro Estados.

A idéia é realizar ações conjuntas principalmente nas áreas de planejamento e inteligência para combater a violência. O encontro que vai reunir o Ministro da Justiça Márcio Thomas Bastos e os quatro Governadores do Estado, que irão compor essa força-tarefa, está previsto para depois de amanhã, quarta-feira, aqui em Brasília. O nosso Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, disse estar muito entusiasmado com essa proposta. Por isso, venho, de antemão, parabenizar essa força-tarefa. Espero que ela aconteça da melhor maneira possível.

Porém, o meu discurso de hoje, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham pela **TV Senado**, é no sentido de manifestar a minha preocupação com o fato de o meu Estado, Minas Gerais, ser hoje um dos Estados recordistas em crimes ambientais em nosso País, conforme mostrou uma oportuna reportagem publicada pelo jornal **Estado de Minas Gerais**, no último dia 2 do corrente.

O Brasil é o principal alvo do tráfico internacional de recursos naturais, e o Estado de Minas Gerais, por sua posição geográfica e malha rodoviária, integra a rota de atuação de quadrilhas estrangeiras especializadas no tráfico de fauna e flora.

O patrimônio ambiental de Minas Gerais e de vários Estados brasileiros vem sofrendo sistematicamente crimes diversos, como desmatamento, garimpo ilegal, pesca predatória, tráfico de animais silves-

tres, refletindo em perdas, muitas vezes, irreparáveis à natureza.

Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, da complexidade do problema, só o tráfico de animais silvestres movimenta cerca de US\$10 bilhões por ano, com o Brasil sendo responsável por 10% desse mercado. Nas bacias hidrográficas de todo o País, a pesca ilegal deixou um triste saldo de 150 mil toneladas de peixes apreendidas só no ano passado.

Outro número expressivo: uma única-arara azul pode valer até US\$60 mil em vendas para “colecionadores” e traficantes estrangeiros.

Ao trazer ao Plenário essa trágica realidade, o meu objetivo é enfatizar a importância que os órgãos públicos e a própria sociedade entrem de cabeça em uma luta incansável pela preservação do patrimônio ecológico. A ação fiscalizadora do Poder Público ainda é tímida diante das necessidades colocadas, e a sociedade peca pela imprudência e continua provocando perdas naturais graves e desnecessárias, como as que vem acontecendo.

Quero também fazer coro ao eminente Secretário Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais, o ex-Ministro José Carlos Carvalho, que estabelece uma ligação direta entre a questão dos recursos naturais e a desigualdade social em nosso País. De fato, a pobreza e a falta de opções econômicas faz com que muitos enxerguem nos crimes ambientais a possibilidade de garantir a sobrevivência com lucro rápido e fácil, infelizmente.

Não cabe, por hora, crucificar os órgãos fiscalizadores. Combater o crime ambiental em um País de dimensões e riquezas naturais e abundantes como o nosso é mais complicado do que se imagina. Entretanto, é preciso que esses órgãos sejam mais prestigiados nos orçamentos, pois são eles os responsáveis por zelar pela nossa principal riqueza.

Vale saudar a disposição da Polícia Federal em atualizar os dados do Mapa da Delinqüência Ambiental, processo em andamento, de fundamental importância para o correto direcionamento das ações preventivas e fiscalizadoras.

Aproveito para pedir uma atenção especial para a situação de Minas Gerais, pois o levantamento da Polícia Federal mostra que quase todos os tipos de crimes ambientais são registrados em Minas Gerais. No noroeste do Estado, as vítimas são as aves raras. No norte, as derrubadas ilegais da vegetação nativa para a produção de carvão são constantes. Em Lagoa Santa, Município da região metropolitana da nossa capital, Belo Horizonte, uma área de preservação rica

em paredões rochosos e cavernas, sofre com a depreciação de vândalos. A bacia do rio São Francisco, não bastasse ser vítima de assoreamento, poluição e desvios irregulares, ainda é prejudicada pela atuação equivocada de pescadores amadores.

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), Minas Gerais lidera o ranking brasileiro de apreensões de animais, respondendo, Sr. Presidente, por nada menos do que 1/3 do total de confiscos efetuados pelo órgão só no ano de 2002. O Estado é rota de entrega de animais para o Rio e São Paulo, grandes consumidores da fauna silvestre e que também comercializam com o exterior.

Felizmente, já despontam sinais de alento em Minas Gerais. O Estado é hoje o único que tem operação especial contra o tráfico, por meio da campanha "Quem ama não compra", exemplo que, acredito eu, precisa ser seguido em outras unidades da Federação.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, concentrei meu pronunciamento na situação de Minas Gerais, mas a reportagem do jornal **Estado de Minas** mostra com clareza que as modalidades de delinquência ambiental estão espalhadas em todos os Estados do País, de acordo com os atrativos que cada um possui.

Isso justifica, sem sombra de dúvida, que possamos, em nossa atuação parlamentar, nos debruçar de maneira mais efetiva sobre a política de preservação ambiental praticada no País.

Não adianta muito ter uma figura competente e emblemática como a da ex-seringueira e hoje Senadora Marina Silva, digna de admiração de toda esta Casa e atualmente à frente do Ministério do Meio Ambiente, sem que S. Ex<sup>a</sup> tenha reais condições de desenvolver as ações que o rico patrimônio natural demanda.

Que cada um de nós, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, em contato com órgãos ambientais dos respectivos Estados, busque reunir argumentos para lutar por melhorias prioritárias na nossa estrutura de fiscalização ambiental, combatendo de maneira adequada esta prática repugnante que é o crime contra o patrimônio natural.

Antes de encerrar, deixo o meu agradecimento à Ministra Marina Silva, que anunciou, na última semana, na nossa capital, Belo Horizonte, que ainda este ano serão liberados recursos para a revitalização da Lagoa da Pampulha, principal cartão postal da capital de Minas Gerais.

Era o que tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Aelton Freitas, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da pre-*

*sidência, que é ocupada pelos Srs. Luiz Otávio e Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, sucessivamente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí;

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos para seu pronunciamento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Siqueira Campos, Senadoras, Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo nosso sistema de comunicação, o calendário histórico nacional é variável, mas este dia, Senador Garibaldi, 10 de novembro de 2003, é de grande importância para a cidade em que nasci, Parnaíba, e para o Piauí, pois, nesse dia, nasceu Alberto Silva. Eu não poderia deixar de, desta tribuna, lembrar, Senador Pedro Simon, esse acontecimento que engrandeceu a minha cidade de Parnaíba, o Estado do Piauí e que trouxe projeção a todo o Brasil.

Sr. Presidente, sou um dos 3 milhões e 400 mil piauienses – 2 milhões e 800 mil que estamos lá, felizes, e outros 600 mil piauienses espalhados no Brasil e no mundo – a dar testemunho da vida de Alberto Silva. Foi sobre homens como ele – suas raízes estão lá no Maranhão: os Tavares – que aquele poeta disse: "Não chores, meu filho; não chores, que a vida é luta renhida: viver é lutar. A vida é combate, que os fracos abate, que os fortes, os bravos, só pode exaltar".

A vida de Alberto Silva não tem sido mole.

Deus foi generoso: fez S. Ex<sup>a</sup> nascer na maior ilha do delta, a Ilha de Santa Isabel, nome abençoado, na mesma ilha em que nasceu um símbolo que se iguala a Rui Barbosa na Justiça: Evandro Lins e Silva. Então, era Evandro Lins e Silva a irradiar justiça – o pão de que mais a humanidade necessita – e Alberto Silva a irradiar progresso e desenvolvimento.

Filho de um Juiz, João Silva, e de Evangelina Rosa, que hoje não está apenas conhecida no Piauí pelas homenagens que recebeu – inclusive madrinha da melhor maternidade que o Piauí tem – mas, com toda certeza, está também nos céus, a santa Vanginha.

Mas Alberto Silva foi buscar o saber lá nas Minas Gerais, na cidade de Itajubá, na faculdade de Aureliano Chaves – eles são contemporâneos.

Naquele tempo, Senador Siqueira Campos, engenheiro era engenheiro mesmo. O Alberto Silva é engenheiro civil, mecânico e elétrico. Senador Pedro Simon, acredito que ninguém o excede no conhecimento da Engenharia no Brasil. Como este Governo

perde uma experiência como essa? Shakespeare disse: sabedoria é experiência mais competência.

Enquanto no PMDB, uns tontos se oferecem sem ter nada a oferecer, está aí o homem! Eu garanto que, se Lula receber uma inspiração divina – os que o cercam já mostraram que não a tem – e convocar Alberto Silva, do mesmo jeito que um filho de piauiense tirou o Brasil do “apagão” – vocês se lembram de Pedro Parente –, S. Ex<sup>a</sup> nos vai tirar do “paradão”, que é resultado das estradas esburacadas do Brasil. E isso com sua simplicidade e seu conhecimento.

Eu vi. Como aquele romance indígena que diz “meninos, eu vi”, eu vi a realização do Senador Alberto Silva. S. Ex<sup>a</sup> foi sempre dinâmico. Lembro-me de quando éramos meninos – nós nascemos no mesmo Estado; eu tive esse privilégio – e Alberto Silva, nos anos 50, bolou um jet-ski na minha Parnaíba, como os jet-skis que V. Ex<sup>a</sup>s vêem hoje. Era o Pirilampo. Seus filhos talvez não tenham visto. Era uma lanchinha que ele mesmo bolou e fez. Era como um jet-ski de hoje. E andava ali disputando com o Sr. Zequinha Correia.

Então, há coisas que marcam um avanço, tal como o Presidente Juscelino Kubitschek. É preciso entender esses iluminados. Não são esses cegos, parados e mortos-vivos que estão aí. A primeira casa que teve piscina, em Belo Horizonte, foi a do Presidente Juscelino Kubitschek. Então, imagine isso.

Eu vi o Senador Alberto Silva no Pirilampo, o qual era igual a esses jet-skis, e que foi feito por S. Ex<sup>a</sup> com a sua inteligência e técnica.

Senador Pedro Simon, naquele tempo, a nossa Parnaíba era uma cidade vaidosa e rica. Foi ali que um parnaibano, filho de um português, que estudou em Portugal e foi colega de Simón Bolívar, Simplício Dias da Silva, fez despertar as riquezas. E aquela cidade foi a primeira, no Piauí, a ter energia elétrica. Era uma usina elétrica antiga, à lenha. Mas sei que ela via apagada, e o Senador Alberto Silva, engenheiro que é, ia lá durante suas férias para consertar os ferros velhos daquela usina velha. Ele sempre voltava à Parnaíba.

Senador Pedro Simon, já ouvimos falar da geografia da Holanda. Nunca estive lá, mas sei, pela literatura, que fica abaixo do nível do mar – e fez-se um muro lá. A minha cidade, Parnaíba, era assim mais baixa.

Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, fui um menino muito feliz, porque nasci na Avenida Getúlio Vargas, homenagem que o povo piauiense rende ao Presidente gaúcho.

Minha casa é hoje um banco. Mas lembro que as águas do rio entravam até o quintal. Essa é a minha memória da infância. Nós, meninos travessos, pegávamos as bananeiras para fazer jangada. Senador Juvenício da Fonseca, era como Veneza!

Alberto Silva, formado, competente, trabalhava em rede de viação no Rio, foi chamado para ser Prefeito e aceitou o desafio muito novo. Eu era menino e assisti ao seu primeiro discurso da guarita. Temos certo grau de parentesco. Seu irmão João Silva se casou com uma irmã da minha mãe. E minha mãe, como Vanginha, santa, Almira, dizia: “Janete, reze para ele terminar o discurso”. E a mamãe rezou, porque foram buscá-lo quando era muito jovem para uma campanha eleitoral muito difícil.

O candidato adversário era Dárcio Araújo. Era um advogado, figura bonita e simpática. E naquele tempo simbolizava um partido de massa, que era o PTB, que hoje é o PT historicamente. Era uma campanha muito difícil!

Alberto Silva aceitou aquele desafio tão difícil, porque a liderança de Dárcio Araújo era extraordinária, Pedro Simon. Dárcio Araújo era igual a João Goulart, era igual Leonel Brizola, nas devidas proporções. E tanto foi a luta, luta abençoada por Getúlio, que era grande Líder da época e que visitou Parnaíba em agosto de 1950. Foi renhida a luta. E os votos terminaram assim na Parnaíba: Alberto Silva perdeu por 70. Mas, naquele tempo, Cocal era ainda Parnaíba. E Cocal decidiu em favor de Alberto Silva, que ganhou a eleição por 90 votos, influência do trabalho dele na Rede Ferroviária.

Olha, não houve, na história da Parnaíba, um mandato tampão de dois anos mais profícuo e mais avançado. Alberto Silva fez Parnaíba avançar na luz elétrica. Fez a proteção do dique igual a Holanda. E hoje, no quintal da minha casa, podemos andar a qualquer época. Fui Prefeito da minha cidade, tive que asfaltar as ruas e sei que são dezenas de quadras, muitas delas de pobres que moravam em casas de palhas e que depois eu tive a oportunidade de trocar por telhas.

O Senador Alberto Silva fez aquele bairro. Assim como Deus fez o mundo e os holandeses fizeram a Holanda, Senador Alberto Silva fez aqueles bairros ribeirinhos. A nossa antiga Coroa hoje tem nome de santo, assim como Tucuns, que chamaram de Bairro São José. Metade do ano, aquilo estava debaixo d’água, com suas consequências e malefícios. Lembrando do Senador Alberto Silva com as bombas e de macacão, a tirar água que invadia esses bairros.

Realizou essa obra em dois anos. Foi o mais profícuo. Empreendimento igual à realização do Senador Alberto Silva, na sua administração em dois anos, na Parnaíba, somente se compara a Juscelino Kubitschek, na velocidade com que fez, em três anos e seis meses, esta capital.

Realmente, foi um mandato pequeno. Foi Deputado Estadual, com uma coerência que nos ensina. Ele sempre diz: "Sou um engenheiro político". Então, os políticos queriam o mandato estadual e ele aceitou ser Diretor da Estrada de Ferro, dando benefício às velhas elites políticas. Olha, o Senador Alberto Silva avançou muito.

Se o Presidente Lula tiver inspiração de Deus – porque os que estão em torno dele não estão inspirados nada, não têm nada a ensinar ao Lula – e colocar um Alberto Silva desses com poder nessa estrada de ferro, vamos voltar a ter ferrovias como na Europa. Esse homem fez um metrô em Teresina! Agora que se fala em Fortaleza, na Bahia, e no Governo dele, ele fez. Teresina tem metrô.

Então, o Piauí avançou, mas sofreu o pão que o diabo amassou e os filhos dele não sabem. Alberto Silva, eu estava lá. Estava lá quando V. Ex<sup>a</sup>, perseguido, teve que se exilar no Ceará. Eles o tiraram porque estava fazendo obras, a estrada de ferro, a primeira locomotiva a óleo que chegou. Depois dele, não chegou mais nenhuma outra. Está lá a Maria Fumaça.

Lembro-me do discurso, do povo, de Parnaíba, dos edifícios, da estrutura física, de tudo. E do seu discurso! V. Ex<sup>a</sup> lembrava Pedro II, que levava um saco de areia para o travesseiro. E V. Ex<sup>a</sup> é levado à Parnaíba. E foi para o exílio no Ceará. Mas Deus o protege. Na Parnaíba, com a sabedoria que não posso mencionar, porque ele me advertiu do Regimento quanto às palavras. Mas ele é um homem que Deus abençoou, e foi para lá. E o grande Virgílio Távora, o homem que desenvolveu o Ceará, o pegou e colocou na Eletronorte. Eletrificou todo o Ceará, mas não esqueceu a origem; levou para a Parnaíba a primeira energia da Chesf.

Eu vi Mário Andrade assombrado com aquela rede elétrica, Senador Juvêncio da Fonseca, talvez ele não se recorde, mas disse que, na época, era a maior rede elétrica de extensão. Foi para o Ceará e serviu à Faculdade de Engenharia.

Deus, que não se esqueceria do Piauí, inspirou o seu nome para governar nosso Estado na revolução. Foi uma bênção do céu àquele regime de exceção. Foi um progresso. O Piauí, Senador Eduardo Siqueira Campos, era levado no deboche. As revistas **Veja** e **IstoÉ** mostravam a nossa bandeira como sen-

do um couro de bode. E o Senador Alberto Silva transformou isso. Fez o Estádio Albertão, a Maternidade Evangelina Rosa, os hospitais, a Universidade Federal. Posteriormente, iniciou a Universidade Estadual, que me possibilitou fazer o maior crescimento universitário quando Governador. Criei, Senador Juvêncio da Fonseca, 30 faculdades na pequena Uesp que ele plantou; 300 faculdades e 32 **campi**. Eu agüei a semente, a pequena árvore que ele deixou. Desta forma, o Piauí pôde se transformar.

Meu Estado que era um exportador de inteligências, como o maior jornalista Carlos Castello Branco; como o Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso; como Evandro Lins e Silva. Nós demos condições de o povo buscar saber no Piauí. Plantamos a semente que transformou aquela terra.

No entanto, a inveja e a mágoa corrompem corações. Todas as antigas elites ricas, oligárquicas se voltaram contra Alberto Silva. Suas passagens, no entanto, sempre tiveram êxito na estrutura Federal: na EBTU, no Pólo Nordeste. Depois, Deus o fez Senador da República. Com a ajuda de Deus e do destino, ele foi Governador de 1979 a 1985. É uma história que somente a mão de Deus explica. Outro governo extraordinário. Transformou o Piauí, que deixou de ser um deboche. Esse é o Piauí que depois conseguimos governar.

Deus nos uniu de tal maneira que cheguei a ser Governador pela sua influência e pela sua força. Na primeira vez, ele ressurgiu como Deputado Federal e, na segunda, exerce o mandato de Senador. Aqui estamos juntos.

Trago a homenagem do povo da Parnaíba, do povo do Piauí a S. Ex<sup>a</sup>, símbolo maior da nossa riqueza que é a nossa gente. Sófocles disse que muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. Essa é a riqueza do Piauí: sua gente. E essa gente grandiosa é simbolizada por Alberto Silva, o mais jovem. A idade somos nós que fazemos. É o único Parlamentar do PMDB que pode salvar o rumo do Governo, que está indo ladeira abaixo, e trazer empreendimentos.

Alberto Silva já foi de tudo no Piauí e nos órgãos federais. Falta apenas ser Ministro e Presidente da República.

Simbolizo aqui a luta do MDB, desde o início, contra a ditadura, e sou fiel a Ulisses Guimarães que disse: Ouça a voz rouca das ruas!

Está aí um para ser Ministro e nosso candidato a Presidente da República. O Maranhão já nos deu um Presidente, o Presidente José Sarney, concorda Se-

nadora Heloísa Helena? O Ceará já nos deu um Presidente, o Sr. Castello Branco.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> que lê a Bíblia, nela está escrito que a virtude está no meio! A virtude é o Alberto, é competência.

Essas são as nossas homenagens.

Esgotado o tempo, peço ao Presidente Eduardo Siqueira Campos, que tem um pai da mesma estirpe, homem criador e realizador, que fez nascer, pelo sonho e pelo ideal, o Estado do Tocantins, que me conceda mais um segundo para proferir as minhas palavras finais.

Orgulho-me de Alberto Silva, do PMDB, a luz. O PMDB tem que ser a luz neste Governo. Nem no PMDB, nem no PT tem um homem com a experiência e a competência que, somadas, segundo Shakespeare, chega-se à equação de sabedoria que buscamos e de que a Bíblia nos fala. Bastava a Alberto Silva a sua lucidez, a sua firmeza e a sua experiência.

A respeito do seu último pronunciamento, noticia o **Jornal do Senado** – atentai bem: “Alberto Silva (PMDB – PI) pediu ao Governo que encontre, com a ajuda do Senado Federal, soluções para pontos da reforma da previdência, que, na sua opinião, não fazem justiça ao povo brasileiro. Ele diz que há necessidade de que se adote uma regra de transição para as aposentadorias do setor público, para a taxação dos inativos e para o subteto das aposentadorias nos Estados.”

“Diz ele: ‘Apelo para que se encontre uma forma para não se penalizar os aposentados’.”

Senador Siqueira Campos, atentai para a voz da experiência, da luta e do homem cujo perfil podemos inferir das suas palavras: Eu sou pela União, pelo Piauí e pelo Brasil. Repito a advertência de S. Ex<sup>a</sup>: “Apelo para que se encontre uma forma para não penalizar os aposentados. Com lógica e bom senso, não há problema sem solução. Devemos encontrar essa solução, sobretudo nós do PMDB”.

Esse é o PMDB que pensa, que raciocina, que tem coragem. Devemos encontrar essa solução, sobretudo nós do PMDB, Partido que muito deve a S. Ex<sup>a</sup>. Havia o MDB e ele trouxe o Tancredo, do PP. Foi o voto de Alberto Silva que deu estrutura ao novo Partido, o PMDB. Ele trouxe o PP, a delegação do Piauí que completou os votos para unificar os dois e fazer o PMDB. Formamos a base do Partido no Senado, e não exigimos cargos – olhai que coisa bonita – ou Ministérios. Estamos aqui para ajudar o País, o Presidente, disse Alberto Silva. O Senador observou que é evidente que o Governo precisa resolver o problema

de caixa da Previdência, e para atingir esse objetivo a inteligência nacional deve encontrar um meio para não ser injusta com os aposentados.

E nossas últimas palavras aos céus e a Deus:

“Oh! Meu Deus. Oh! Nossa Senhora da Graça, padroeira de nossa cidade, Santa Evangelina Rosa, santa irmã de Alberto, abençoe o Alberto e nos dê muito mais anos de sua juventude e de sua inteligência para fazermos juntos crescer o Parnaíba, o Piauí e o Brasil.”

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Eurípedes Camargo.

**O SR. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, solicito a palavra em nome da Vice-Liderança do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Inscreverei V. Ex.<sup>a</sup> em seguida.

A Presidência comunica às Sr<sup>as</sup>s e aos Srs. Senadores, que tendo em vista o número de Senadores inscritos, se for o desejo de S. Ex<sup>a</sup>s de cada um usar dez minutos, conseguíramos esgotar os oradores inscritos, mas como é do conhecimento de todos, o Regimento permite ao orador vinte minutos.

Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, Senador Eurípedes Camargo.

**O SR. EURÍPEDES CAMARGO** (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, na semana passada muito se debateu nesta Casa sobre a proposta de reforma tributária e a medida provisória que altera a Cofins.

Quero lembrar que nos últimos anos presenciamos uma “guerra fiscal” entre os vários Estados e regiões brasileiras que se utilizavam da competência em matéria tributária para atrair investidores com isenções e incentivos fiscais de toda espécie. Essa forma de negociar condições e vantagens fiscais tem gerado desigualdade e concentração de renda em algumas regiões e Estados brasileiros.

O fim da cobrança cumulativa de impostos que põe em desvantagem as empresas brasileiras em relação aos concorrentes estrangeiros é uma aspiração de todo o setor produtivo e um compromisso assumido pelo atual Governo.

Também em torno da guerra fiscal parece haver um consenso a referendar medidas que ponham fim a ela, a forma para isso, no entanto, ainda não parece acabada. O processo de debate nesta Casa torna-se ainda mais importante para encontrar o caminho de uma reforma que se realize não como um ajuste fiscal, mas como um processo arraigado nos reais inte-

resses de desenvolvimento sustentável e solidário para as várias regiões de nosso País.

A ampla participação de instituições e principalmente dos Governadores nas discussões têm dado à reforma o respaldo necessário para sua legitimidade.

O Governo Lula tem o grande mérito de ter reconhecido o problema do atual modelo de arrecadação tributária, que envolve a cobrança de impostos em cascata e a concentração de renda nos Estados mais ricos.

É de chamar a atenção que no Brasil o ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço, um dos mais importantes impostos em arrecadação, seja tributado na origem da produção, ao contrário do que ocorre em outros países, onde esse imposto é recolhido a partir da origem da compra, só escapando desse critério em nosso País o petróleo, cujo ICMS é descontado no local de destino, gerando ainda maior concentração de recursos nos Estados mais ricos.

A iniciativa de acabar com a cumulatividade da Cofins é fundamental para o desenvolvimento de nossas indústrias. Hoje, a forma da cobrança deixa nossos produtos em desvantagem na competição com os produtos produzidos em outros países, ainda que se leve em conta os custos da importação. Essa medida pode incrementar a produção em setores que dependem de várias etapas no seu processo produtivo, dinamizando nossa economia.

Precisamos refletir e debater como não tornar o aumento da alíquota um ônus impagável para o setor de serviços. Essa é uma questão que diz respeito à região Centro-Oeste, principalmente Brasília, que convive com a situação de prestação de serviços.

Vivemos no Brasil um momento em que é fundamental implantar as bases para o crescimento sustentável, para o florescimento dos verdadeiros princípios republicanos de uma federação forte a partir da democracia e da justiça.

Uma reforma que venha a onerar os Estados que têm como vocação econômica atividades vinculadas ao setor de serviços, como é o caso das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, seria um equívoco. Temos nessas Regiões – que hoje concentram os piores índices sociais do País – todo um potencial de desenvolvimento. Pólos tecnológicos, turismo e ecoturismo são alguns exemplos de atividades econômicas em expansão nessas Regiões.

A perda de eficiência com a elevação dos custos nas atividades econômicas do setor de serviços podem asfixiar esse segmento, comprometendo não apenas as regiões mais vinculadas a essas atividades, mas a economia como um todo.

É preciso que haja generosidade e compromisso com o desenvolvimento do País, e para isso devemos, naturalmente, defender os interesses dos Estados que aqui representamos, mas é fundamental ter o compromisso de construir as bases de um Brasil mais rico e mais justo.

As atividades econômicas que empregam, que preservam o meio ambiente, que resgatam tradições e que convivem em harmonia com espaço e população devem ser incentivadas.

A vocação econômica das diversas regiões deve ser respeitada para que o desenvolvimento não seja predatório.

Lembrando o lema do Fórum Social Brasileiro, realizado na semana passada em Belo Horizonte: Um outro mundo é possível e um novo Brasil necessário.

Portanto, é essa a responsabilidade que temos nessa matéria que trata da questão da arrecadação, que não se restringe somente à arrecadação do ponto de vista financeiro, mas também no sentido de propiciar às regiões do País uma situação de igualdade social e de importância da arrecadação, do seu desenvolvimento e da sua formação enquanto Município. Portanto, isso é fundamental. É responsabilidade do Senado Federal contribuir com todas aquelas pessoas que têm feito um esforço e trabalhado para produzir uma proposta que traga essas condições, neste País que tem as qualidades naturais para o seu desenvolvimento. Encontrar a forma para que isso ocorra é o nosso objetivo e, com certeza, a nossa responsabilidade.

Não tenho dúvidas de que o Senado Federal, acumulando toda a experiência, com todos os subsídios que têm chegado e que chegarão até esta Casa, pode, a partir daí, estabelecer essa proposta com a condição para esse desenvolvimento.

Aproveito o momento para lembrar a visita do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a vários países de Língua Portuguesa na África. Isso, com certeza, trará um compromisso histórico para a formação da nossa Nação, contando com a participação daquele Continente. Ao longo da trajetória do nosso País, são inegáveis as contribuições advindas da cultura, do conhecimento e da experiência acumulada naquele continente, hoje, histórica e comprovadamente, berço da Humanidade. Os interesses do mundo precisam voltar-se para aquela região.

O nosso País deve muito àquele Continente – eu diria que se trata até de uma dívida histórica. A capacitação da mão-de-obra para construir a Nação que temos hoje deve-se muito àquele povo, que con-

tribuiu, por meio de seu trabalho, para a edificação da nossa Pátria.

É um resgate que se faz daquele povo. Sei que alguns não compreendem, às vezes, a presença do Presidente Lula naquele País. No entanto, Sua Excelência resgata a inclusão de todos aqueles povos no mundo, pois pertencem a um processo histórico. Nessa visita à África, o Presidente resgata esse compromisso.

Quero parabenizar Sua Excelência por tal iniciativa, ressaltando a importância dessa contribuição para o Continente Africano, para o Brasil e para o mundo.

Obrigado.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa agradece, nobre Senador Eurípedes Camargo, a contribuição de V. Ex<sup>a</sup>, principalmente em função do desejo dos demais Senadores de fazerem uso da palavra.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, por delegação da Liderança do Governo, por cinco minutos.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> e Srs. Senadores, nos últimos 15 dias, estive afastada das atividades do Senado, por licença médica, para recuperação de uma cirurgia. Tive de vir na última quinta-feira, a pedido de meu Líder, tendo em vista a solicitação de verificação de **quorum** no plenário e o fato de que não poderíamos perder prazos. Atendemos ao apelo e viemos.

Estamos retornando hoje às nossas atividades. Foi muito interessante ficar esses dias assistindo, apreciando um pouco, avaliando de longe, não aqui no fervo, no olho do furacão, o que vem acontecendo – os pronunciamentos, os temas, os debates. Olhar de longe sempre dá uma outra perspectiva. Aqui do meio, não conseguimos captar todas as nuances do que se está se passando. Passei esses 15 dias meditando sobre o que ocorre, sobre o que se fala, sobre o que se faz.

O que me traz à tribuna é algo que ferveu na semana passada, não de forma injusta, do meu ponto de vista, porque realmente o erro foi cometido. No entanto, quem o realizou teve a capacidade de reconhecer o erro e pedir desculpas de forma pública, perante a Nação. Não é algo muito comum uma autoridade vir a público reconhecer o erro e pedir desculpas, dizendo: “errei na forma, mas não errei no mérito; errei na forma, mas não errei no objetivo”.

De forma muito tranquila, venho à tribuna, porque o Ministro Ricardo Berzoini teve o gesto de grandeza de reconhecer o erro. S. Ex<sup>a</sup> pediu perdão por ter dado a ordem de suspender os pagamentos dos aposentados com mais de 90 anos, para poder fazer o cadastro. A ordem revogada continua mantida no sentido de se atualizar o cadastro, dentro das regras que estão em pleno andamento na Previdência do nosso País atualmente, sob o comando firme e forte do Ministro Berzoini.

S. Ex<sup>a</sup> adotou, ao longo desses quase 11 meses de Governo, medidas que, nos últimos oito anos de controle pelo PFL do Ministério da Previdência, não tivemos. E tive a oportunidade de assistir aos contundentes pronunciamentos daqueles que estiveram à frente do INSS nos últimos oito anos, com relação ao Ministro Berzoini.

Registro, portanto as principais ações do Ministro Ricardo Berzoini nesses últimos 11 meses. A primeira delas estabeleceu a data-base de reajuste dos pensionistas no mês de abril, reivindicação antiga da classe dos aposentados do nosso País.

Todos os pagamentos da Previdência serão realizados até o quinto dia útil de cada mês. Alguns aposentados recebiam os seus proventos no 20º, 25º dia útil, quase no final do mês. Foram todos passados para até o quinto dia útil de cada mês.

Pela primeira vez, em 80 anos de Previdência, foi publicada a lista dos devedores – os famosos devedores, fraudadores, sonegadores da Previdência. Todo mundo sabe, todo mundo sempre soube, mas foi o Ministro Ricardo Berzoini quem teve a coragem de trazer isso a público. S. Ex<sup>a</sup> está publicando, agora, pela segunda vez, a lista dos devedores, o que provocou várias iniciativas de recolhimento aos cofres públicos de valores, dessa lista de sonegadores.

A outra questão é o combate efetivo à sonegação. As forças-tarefa foram criadas em 25 de abril de 2000, reunindo policiais federais, advogados e procuradores do Ministério Público Federal, agentes e delegados da Polícia Federal, auditores do INSS. Quando o Ministro Ricardo Berzoini recebeu o Ministério, funcionavam apenas duas forças-tarefa. Hoje, há 18 forças-tarefa, e têm sido as responsáveis por centenas de prisões em flagrante nesses meses, de auditores envolvidos com a corrupção dentro do Ministério; de pessoas flagradas recebendo aposentadorias e pensões absolutamente ilegais, ilegítimas, com documentos falsificados. Essas forças-tarefa têm sido o elemento mais dinâmico no combate à sonegação no Ministério da Previdência.

Foi o Ministro Ricardo Berzoini que tomou a iniciativa de instalar um órgão pagador em todos os municípios do Brasil. Quando S. Ex<sup>a</sup> assumiu o Ministério, em 336 municípios brasileiros, não havia órgão pagador para os aposentados, fazendo com que eles tivessem obrigatoriamente de se deslocar.

Houve também mudanças significativas quanto à informatização da Previdência. Nos últimos oito anos, o Ministério da Previdência, gerido pelo PFL, não teve a capacidade de aperfeiçoar o sistema de Previdência. Equipamento que está chegando agora e está por ser instalado no Dataprev permitirá que se faça o cruzamento de todos os dados, inclusive a checagem rápida e automática para se descobrir fraudes e sonegação no INSS. Há seis anos, o Dataprev não tinha uma única atualização de equipamento ou de material para o seu pleno funcionamento. Quando o Ministro Ricardo Berzoini assumiu a pasta, o Dataprev levava oito dias para rodar a folha de pagamentos da Previdência! Foi exatamente essa modificação e modernização que permitiu o pagamentos aos aposentados até o quinto dia útil do mês.

Quanto ao quadro de pessoal, há 18 anos não havia concurso público para o INSS! Foram realizados concursos e contratados quase 3.500 funcionários para atendimento, exatamente para facilitar a vida dos beneficiários, diminuindo-se as filas e dando atendimento justo, legítimo e digno para os que buscam o INSS.

Sr. Presidente, vou pedir ainda mais alguns minutinhos. Eu teria inúmeras questões a listar, mas, para concluir, quero dizer que, ao longo da última semana, com veemência, assisti à cobrança de pedido de perdão, de desculpa, de demissão desta tribuna. E volto a dizer: deveria ser feito um **mea culpa**, um “eu, pecador, me confesso”, voltando-se atrás, nos últimos oito anos, e verificando-se o que foi feito de errado. O Ministro Berzoini assumiu o erro e pediu perdão, mas quem gerenciou o INSS por oito anos não o fez. E as mazelas que estão agora sendo atacadas e desmontadas pelo Ministro Ricardo Berzoini deveriam servir de exemplo para os que, com tanta veemência, vêm a esta tribuna cobrar até mesmo demissão de ministro.

Eu acho muito interessante virem pedir demissão de ministro. Esquecem-se de que quem nomeia e demite ministro é o Presidente da República e, para tal, chegou ao cargo por eleição. Portanto, quem quiser nomear e demitir ministro, por favor, daqui a três anos e alguns meses, tenha a capacidade de eleger outro Presidente da República e, dessa forma, poderá executar a sua sanha de demitir quem está comba-

tendo, de forma tão violenta e eficiente, a fraude, a sonegação e o desmonte do Ministério da Previdência.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senadora Ideli Salvatti?

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC)** Infelizmente, meu tempo está esgotado e não posso conceder-lhe aparte, Senador.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)** – V. Ex<sup>a</sup> sabe que pode.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC)** – Então, fica na prerrogativa do Presidente da Casa.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)** – V. Ex<sup>a</sup> sabe que pode.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC)** – Então, está concedido o aparte, com a aquiescência do Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos)** – Para concluir, com as palavras do Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)** – Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>, que está ocupando a tribuna como Vice-Líder do Governo. Creio que o Governo fez justiça. V. Ex<sup>a</sup>, à exceção do Líder Aloizio Mercadante, é quem mais tem usado a tribuna para defender o Governo. Fazendo uso da democracia, tem razão V. Ex<sup>a</sup> ao dizer que quem nomeia e demite ministro é o Presidente da República. Sua Excelência foi eleito para isso. Quem quiser demitir que primeiro busque os votos. Contudo, com todo o respeito, pedir não ofende. Assomar à tribuna e dizer que deve demitir não ofende – e o Presidente faz o que quer. Mas amanhã posso dizer da tribuna que o Presidente deve demitir determinado ministro. Já fui para a tribuna defender ministro cuja demissão pediram. Não vejo problema nisso, pois o Presidente só demite se quiser. Meus cumprimentos! V. Ex<sup>a</sup> mereceu ascender à Vice-Liderança do Governo. O coitado do Senador Aloizio Mercadante estava sozinho, e V. Ex<sup>a</sup> está-lhe dando o apoio de que precisava.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC)** – Agradeço-lhe pelo aparte, Senador Pedro Simon, e também ao Presidente pela prorrogação de meu tempo.

Ainda me estou recuperando. Peço-lhes, pois, um pouquinho de calma comigo. Reitero, ainda, que os que tão fortemente esbravejaram têm que fazer dia de penitência, têm que ajoelhar, rezar e pedir perdão, porque muitas das coisas que estão aí nos foram legadas, e estamos apenas buscando desmontar a situação, melhorando e aperfeiçoando o sistema e inserindo, de forma clara, um patamar de atendimento justo para toda a população.

Muito obrigada!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Roberto Saturnino, do Partido dos Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, no dia 10 de novembro de 1822, há exatamente 181 anos, nascia a Esquadra brasileira, a Marinha brasileira. Praticamente dois meses depois da Independência, era criada a nossa primeira força armada. E, logicamente, havia de ser a Marinha, antes do Exército, dado que a ocupação do território brasileiro foi feita pelo litoral. O mar era o caminho mais eficiente e mais rápido de todo o território brasileiro, era a fronteira a ser defendida com mais preocupação, pois era por ele que poderia vir qualquer tentativa de agressão ao Brasil.

Dessa forma, Sr. Presidente, hoje, dia 10 de novembro, comemora-se a criação da Marinha brasileira. E nada é mais apropriado do que homenagear hoje um Almirante da nossa Marinha que recentemente passou à reserva e tem sido agraciado com muitas homenagens, como uma medalha por serviços distintos especiais, recebida em um jantar, na semana passada, com a presença do Comandante da Marinha. Refiro-me ao Almirante Max Justo Guedes, um brasileiro com a vida inteiramente dedicada à nossa Marinha, oficial exemplar sob todos os pontos de vista, mas com a atenção muito especialmente voltada para os assuntos históricos e culturais da nossa Marinha.

O Almirante Max Justo Guedes, que, desde 1997, chefiava a Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, é um brasileiro voltado para a história do Brasil, a história da Marinha do Brasil, de Portugal, da África, dos Descobrimentos e das Grandes Navegações, que propiciaram a chegada dos portugueses aqui. Era um estudioso, um pesquisador rigoroso, uma autoridade reconhecida internacionalmente. Seu **curriculum vitae** é vastíssimo. Nele se destacam missões voltadas para o setor histórico e cultural. Foi Secretário-Geral do Comitê Internacional de História da Náutica e da Hidrografia, Conselheiro do Conselho de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal do Rio de Janeiro – o Rio de Janeiro deve muito ao Almirante Max Guedes –, Diretor do Departamento Cultural do Clube Naval, Conselheiro do Conselho Editorial da Biblioteca do Exército, membro da Comissão Organizadora da Reunião da História de África, em Lisboa; Membro do Comitê Organizador da 2ª Reunião Internacional de História da África; Membro da Comis-

são Científica do 17º Congresso Internacional de História de Cartografia em Lisboa; Diretor do Serviço de Documentação da Marinha; Conselheiro do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Conselheiro do Conselho Deliberativo do Museu de Arte Moderna; Vice-Presidente da Liga dos Amigos do Museu Naval e Oceanográfico; Presidente do Comitê Internacional da História Náutica e da Hidrografia; Representante do Brasil no Centro de Estudos de História do Atlântico.

Enfim, Sr. Presidente, como eu disse, a simples enumeração das missões desenvolvidas pelo Almirante Max Justo Guedes tomaria praticamente todo o meu tempo se tivesse que fazer aqui a leitura, a descrição e o comentário do seu currículo. É importante que o Senado preste uma homenagem a esse brasileiro ilustre, cuja autoridade, como eu disse, é reconhecida internacionalmente. Ele passou recentemente para a reserva, mas certamente continuará dando sua contribuição inestimável para esclarecer fatos históricos, ligados à cultura brasileira e muito especialmente à Marinha, colaborando para a sedimentação desse sentimento de identidade nacional, que vem do cultivo das matérias ligadas à nossa cultura e à nossa história, muito especialmente, à de nossa Marinha que, como eu disse, comemora 181 anos.

Sr. Presidente, eis o objeto principal de meu pronunciamento: prestar esta homenagem, em nome do Senado Federal, à Marinha Brasileira e ao Almirante Max Justo Guedes.

Tendo o Presidente da Mesa feito um apelo para que eu concluisse meu pronunciamento em 10 minutos, desejo, nos três minutos finais, comentar as palavras proferidas hoje, nesta Casa, pelo Senador Arthur Virgílio. S. Ex<sup>a</sup> fez apreciações e manifestou preocupação com os termos da entrevista concedida pelo Ministro José Dirceu e publicada ontem na imprensa nacional. Sem o interesse maior de contraditar, quero tecer comentários paralelos, que me parecem importantes. Um dos pontos principais dessa entrevista foi aquele em que o Ministro sugeriu a integração não apenas econômica, cultural e política da América do Sul, mas também militar. Outro ponto diz respeito aos comentários sobre a proposta da Alca, classificando-a de inaceitável, nos termos em que está posta, pelo menos pelo entendimento que se tem do assunto.

Sr. Presidente, a entrevista e as opiniões esboçadas pelo Ministro José Dirceu, a meu juízo, foram muito apropriadas, muito oportunas. O que se está delineando é precisamente um agravamento da situação da Colômbia, envolvendo inclusive operações muito próximas de nossa fronteira, com resposta das

Forças Armadas brasileiras, que destruíram campos de aviação utilizados pela guerrilha colombiana. Essa situação se agrava, de ano para ano, de mês para mês, esboçando-se possível intervenção norte-americana no continente sul-americano, especialmente na Colômbia – quem tiver olhos para ver e compreensão para compreender que o faça. Isso significaria uma intervenção física armada na região amazônica, causando grande preocupação a todos os brasileiros.

Possivelmente, o Ministro José Dirceu dispõe de informações mais detalhadas do que nós, porque temos as informações de modo geral e somos levados pela sensibilidade e pela experiência dos acontecimentos políticos. S. Ex<sup>a</sup> destacou a integração sul-americana e recomendou que ela ocorresse também no campo militar, tendo em vista a ameaça e a probabilidade de intervenção norte-americana em nosso continente.

É de bom alvitre que nós brasileiros dialoguemos com as nações irmãs do continente sul-americano para prevenir tal eventualidade.

O Senador Arthur Virgílio considerou pouco convenientes essas declarações. Confesso que é muito difícil opinarmos sobre a conveniência, que decorre do entendimento de cada um a respeito do momento oportuno de dizer publicamente certas coisas.

Concordo que a linha diplomática conservadora, tradicional, reserva um silêncio público bastante acentuado a respeito dessas questões, as quais comumente são tratadas com muita reserva e até secretamente. Com certeza, haverá outros detalhes que preocupam o Ministro José Dirceu, mas que não foram revelados à opinião pública. Estamos vivendo um momento em que o Brasil procura convocar as nações sul-americanas para, sem nenhuma pretensão de hegemonia, buscar uma integração. É público e notório que o Governo do Presidente Lula procura o máximo de transparência nas suas postulações, nas opiniões e decisões.

O Ministro da Casa Civil, mais do que eu e o Senador Arthur Virgílio, tem elementos para julgar a conveniência de uma declaração pública como a que fez. Reconheço que, tradicionalmente, esse tema não seria tratado dessa forma. Entretanto, também reconheço que, por se tratar de assunto de extrema gravidade, é preciso alertar a opinião pública do Brasil e da América do Sul para esses graves riscos. E o Governo Lula tem a particularidade de buscar, tanto quanto possível a transparência nas suas opiniões.

Quanto à Alca – procurarei ser o mais breve possível, Sr. Presidente, para colaborar com os colegas –, em princípio, penso que, para atender aos inte-

resses do Brasil, esse acordo deveria ser postergado, pelo menos, por 20 anos, para permitir a consolidação do Mercosul, a elevação de produtividade e o avanço do Brasil em certos setores produtivos de ponta, de tecnologia avançada. Porque, do contrário, mesmo com uma negociação muito bem feita, o nosso País será condenado a uma economia de segunda categoria. Quer dizer, o Brasil será o grande produtor de alimentos, de aço, de suco de laranja, de calçados, mas as indústrias de base tecnológica, de valor agregado mais elevado, da ciência e da tecnologia, da informação e do conhecimento serão da potência norte-americana - e são elas que, hoje, produzem mais riqueza. Dessa forma, o acordo conduziria ao conglomeramento de uma situação de segunda categoria da economia e da nação brasileira, razão pela qual toda exigência e declaração em relação à Alca que afirmem os interesses brasileiros e todo endurecimento nessa negociação só farão bem ao nosso País, à nossa população, ao nosso futuro e ao nosso destino.

Sr. Presidente, eram essas as minhas observações. Eu até diria mais, mas atendo o apelo de V. Ex<sup>a</sup>. Em vez de dez, falei quinze minutos e estou dando oportunidade aos demais Colegas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa agradece a colaboração e a compreensão de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Roberto Saturnino.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador Pedro Simon, por cessão do Senador Garibaldi Alves Filho, ambos do PMDB: um do Rio Grande do Sul e o outro, do Rio Grande do Norte.

Diga-se de passagem, para fazer justiça, o Senador Garibaldi Alves Filho, nesta sessão, cedeu a palavra por duas vezes.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, o espírito público do Senador Garibaldi é por demais conhecido. Não é por nada que S. Ex<sup>a</sup> tem uma das carreiras mais brilhantes nesta Casa, apesar de sua mocidade. Ininterruptamente, foi Prefeito de Natal, Senador da República, Governador do Rio Grande do Norte por duas vezes e, novamente, Senador da República - não ficou um dia sem mandato. Por esse motivo, S. Ex<sup>a</sup> pode ter a grandeza dessa gentileza com seus companheiros mais humildes, que lhe são profundamente agradecidos.

Mudo o pronunciamento que eu pretendia fazer depois de ouvir o Senador Saturnino.

Há um aspecto que é real: a América Latina vive um problema da maior profundidade. Que o problema da Colômbia não é somente dela, mas de todos nós, não há dúvida nenhuma. Que temos que ficar atentos, não há dúvida nenhuma. Eu não diria o que o Ministro José Dirceu falou e nem faria críticas como as do Senador Arthur Virgílio, mas não sei se era de falar publicamente algo que, antes de vir a público, merece uma certa postura. Acho que o Ministro José Dirceu falou como se ainda fosse Deputado da Oposição, da forma como falarei agora – mas eu posso, porque não sou do Governo –, e fez uma proposta que é importante. No entanto, não sei se o importante é se fazer uma proposta de unificação dos exércitos, o que é complicado, ou de unificação de idéias, de maneira que, atingindo-se um território da América Latina, atingem-se todas as outras regiões. Acho que ele quis dizer uma coisa e disse outra.

A unificação das Forças Armadas da América Latina é muito complicado, é muito difícil, porque quem vai ser o comandante? Um brasileiro ou um argentino? No entanto, pode-se fazer um entendimento como o que foi feito, aliás, pela política Monroe, quando pensávamos que os americanos eram nossos irmãos, apaixonados por nós. Monroe disse: "Mexer com a América é mexer conosco" e ficamos todos orgulhosos, porque não entendemos que apenas os europeus não podiam fazê-lo. Eles, os americanos, podiam.

A proposta que poderia ser estudada, ao lado da do Mercosul, é a da Organização dos Estados Latino-Americanos, porque a OEA é um órgão em que o americano manda, decide e faz o que bem entende. A Organização dos Estados Americanos, em Washington, tem o Banco Mundial de um lado, o Banco Interamericano de outro, os Estados Unidos e o Departamento de Estado de outro, e sem nenhuma autonomia. Se houvesse a chance de existir, na Costa Rica, a sede de uma Organização dos Estados Latino-Americanos, seria diferente, porque teríamos um **status** que nos uniria contra a Europa, a Ásia, o mundo – e contra os norte-americanos também, que me perdoem.

Assim, não tenho dúvida de que essa questão deveria ser debatida e analisada.

O Arcebispo de Manaus e o Comandante do Exército na Base da Amazônia compareceram à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e demonstraram que pensam da mesma forma: o perigo da Amazônia é real. E, lamentavelmente, o Brasil não está olhando o assunto como deveria, porque se falar em preservação da Amazônia é algo de profunda seriedade.

Digo, pela décima vez, desta tribuna, que o problema nº 1 do Brasil é a fome, pois milhões passam fome. O problema nº 2 é a preservação da Amazônia, porque sinto, lendo a literatura internacional da imprensa, que, hoje, a França, a Alemanha, a Inglaterra, os Estados Unidos, o Canadá, todo mundo aceita que a Amazônia deva ser patrimônio da Humanidade. Ela é grande demais, uma reserva imensa, a última floresta tropical, para pertencer apenas ao Brasil. Nela estão as grandes reservas de água doce do mundo.

Quando o meu querido amigo Passarinho, Ministro da Justiça, para surpresa minha, fixou o limite dos ianomâmis na fronteira, falei desta tribuna: sou a favor, dêem as terras para os ianomâmis, façam a defesa dos índios brasileiros como bem entenderem. Sou totalmente favorável à causa indígena. Os índios merecem, têm direito, mas não precisa ser na fronteira. No entanto, fizeram uma reserva na fronteira do Brasil, colocando ianomâmis do lado de cá e buscando, pela América afora, ianomâmis para serem colocados do lado de lá. Agora, já se fala na pátria, na nação, na unificação do povo ianomâmi.

Então, tudo isso faz parte de um contexto. Tenho um mapa, que o americano jura que não fez, mas que apareceu na ONU e em muitas universidades americanas, da América com a Oceania, como se fosse uma Antártica: um território da Humanidade. E como fica feio o Brasil ali embaixo, pequenininho, com 40% da sua área, menor do que a Argentina.

O Presidente tem razão ao analisar esse fato, não sei se criando um exército ou uma unificação dos exércitos latino-americanos, ou se elaborando uma carta de intenção nesse sentido, mas é importante.

Com relação à Alca, à qual V. Ex<sup>a</sup> se referiu, não estou entendendo, mas acho que o Brasil está avançando demais. Não sei o que aconteceu, mas, de repente, vi as coisas avançarem e já estão preparando uma "agenda positiva" para a reunião de amanhã. Não sei, juro que não consigo entender, porque não tenho competência para isso, não sou economista, mas há essa história de se dizer que os casos da agricultura – que são aqueles de difícil discussão na Alca – serão discutidos na OMC. Se não resolvemos entre nós, porque querem a Alca? Se na questão número um, na questão primeira, fundamental já saímos divididos?

Estou com V. Ex<sup>a</sup>, precisaremos de uns dez, quinze anos. Deixemos o Mercosul se consolidar para podermos dialogar com os Estados Unidos, com a Comunidade Econômica Européia.

Concedo um aparte ao Senador Roberto Saturnino.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – O meu aparte é muito breve, Senador Pedro Simon. Não tenho aqui o texto da entrevista, mas o Ministro José Dirceu falou em integração militar. Integração não é, necessariamente, a unificação das forças, mas pode ser do planejamento de defesa, das operações, enfim...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Cá entre nós, com todo o respeito, interrompendo o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, na época do Cone Sul já havia isso para o outro lado, para garantir a ditadura no Chile, no Paraguai.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Pois é, agora chegou a hora de fazer a integração com os nossos objetivos democráticos e brasileiros, e não isso. O Presidente Néstor Kirchner tem falado inconsistentemente do Parlamento Sul-americano, um parlamento efetivo. O Presidente Lula tem falado do embrião da nação sul-americana, nos moldes da nação européia, que está sendo construída. Quer dizer, isso está mais ou menos na linha. Não sei, e V. Ex<sup>a</sup> tampouco, se não há razões para um pronunciamento do teor do Ministro José Dirceu, associado até à questão da Alca. Ignoro, mas é possível que haja razões que só depois saberemos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – É provável, porque acredito que o Brasil, de uma hora para outra, avançou demais em relação à Alca, tudo estava indo bem e quando vejo lá o nosso Chanceler, homem de primeira linha, de primeira grandeza, por quem tenho o maior respeito, e acredito que foi uma das grandes escolhas, um ministro das relações exteriores de primeira grandeza...

Aliás, falando em chanceler, o nosso Itamar não está gostando do Palácio, quer se mudar para um apartamento. O Itamar não gostou da Embaixada do Brasil em Roma, está procurando um apartamento, mas não pode alugar porque é muito caro. A vida é engraçada mesmo! A embaixada do Brasil em Roma é talvez um das mais bonitas do mundo e S. Ex<sup>a</sup> preferiu um apartamento de três quartos.

Digo, do fundo do coração, que o diálogo com a América Latina é da maior importância. Acredito que a defesa da América Latina é fundamental, nesta hora, quando olhamos para o nosso amigo americano e vemos o que está acontecendo no Iraque, o erro primário que cometem; o mundo inteiro contra e eles a favor. Agora, o mundo volta os seus olhos para eles, os Estados Unidos, e eles não sabem o que fazer ou o que deixar de fazer. Por isso acredito que o Brasil está no caminho certo ao se identificar com a América Latina, quer dizer, se identificar no sentido de se tornar

irmão, não no sentido de avançar, de procurar a hegemonia ou de ser antiamericano.

Tenho uma fé enorme no Mercosul, e por isso acredito que o Brasil e a América Latina têm todas as condições de se tornarem um grande continente. Assim como a China, que era um país de miséria e hoje está às vésperas de ser a maior economia do mundo; assim como a Índia, onde, há 15 anos, morriam não sei quantos mil habitantes por dia, e hoje está exportando alimentos, o Brasil tem todas as condições. É preciso tomar algumas providências: terminar com a corrupção e ter capacidade de investimento. Assim, podemos nos tornar, juntos com a América Latina, um grande País, não para formarmos um exército latino-americano, mas para termos uma idéia, um princípio de defesa latino-americano.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Com a palavra, pela Liderança, o nobre Líder José Agripino.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por cinco minutos.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um comunicado rápido que reflete uma preocupação minha e do meu Partido, e justamente como Líder desejo manifestá-la. A oposição que meu Partido leva a efeito é fundamentalmente fiscalizadora. Ela busca resultados, busca conseguir ganhos para a sociedade, mas ela é essencialmente uma oposição fiscalizadora no campo da ética e da administração. Não quero falar sobre fiscalização no campo da ética, nem sobre diárias, nem sobre evento religioso ou sobre gafes; não quero falar sobre nada disso. Quero falar sobre uma coisa que preocupa a todos nós, brasileiros, que é a administração do Brasil, porque isso é permanente, é definitivo.

Já fui Governador, como os Senadores Mão Santa, Antonio Carlos Magalhães e Garibaldi Alves Filho o foram, como o Senador Roberto Saturnino foi prefeito do Rio de Janeiro, e sabemos que quando o eleitor nos elege ele quer fundamentalmente produto administrativo, ele quer ação. E é aí que vem minha preocupação: com o estilo do Governo PT de administrar.

Senador Antonio Carlos Magalhães, essa situação é, no mínimo, desconcertante. V. Ex<sup>a</sup> sabe que o PT gosta muito de reunião, adora uma reunião. Ótimo. É do regime democrático reunir para decidir. Agora, criar comissão às toneladas para ganhar tempo?

Senador Juvêncio da Fonseca, já fui duas vezes Governador e também prefeito de Natal, portanto, aprendi a administrar e, mais do que isso, aprendi que administrar é decidir. Fundamentalmente, decidir. Decida, certo ou errado, mas decida. De preferência, decida certo.

Muito bem, V. Ex<sup>a</sup> sabe, Sr. Presidente, quantas comissões o Governo do PT já criou, nesses dez últimos meses, para tratar dos mais diversos assuntos? Trinta e duas. Há comissões compostas por dezenas de ministérios.

Senador Antonio Carlos Magalhães, preocupa-me demais a insegurança, a falta de coragem de enfrentar os problemas sobre os quais há divergências internas, como é o caso, por exemplo, dos transgênicos. Essa matéria foi objeto de uma comissão especial da qual fazem parte nove ministérios. Ela foi criada no dia 24 de fevereiro de 2003 para discutir atividades que envolvam pesquisa, licenciamento, autorização, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de organismos geneticamente modificados – OGM. Entretanto, esse assunto não está decidido pelo Governo. Não há diretriz com relação aos transgênicos. Há decisões ambíguas aqui e acolá.

E veja bem, a questão dos transgênicos é algo que se impõe. Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> pode ser a favor ou contra. Eu sou a favor do cultivo dos transgênicos no Brasil, porque não quero ficar na contramão da história. Os países modernos do mundo estão plantando semente transgênica porque entendem que não há malefício em tal procedimento.

Entretanto, o Governo atual dá tempo, fica jogando para frente e deixando no campo da indefinição uma questão importante como essa.

Outra é ideológica, programática, da tradição do PT: a questão da guerrilha do Araguaia. V. Ex<sup>a</sup> sabia que há uma comissão criada para discutir a questão do Araguaia? Porque quando se quer adiar, cria-se uma comissão. V. Ex<sup>a</sup> sabe disso. Quando se quer adiar a decisão de um assunto, cria-se uma comissão. Foi assim no caso dos transgênicos e está assim no caso do Araguaia, porque há conflitos intestinos dentro do Governo com relação à matéria. Aí criaram, no dia 3 de outubro de 2003, uma comissão composta por cinco órgãos, para obter informações que levem à localização dos restos mortais de participantes da guerrilha do Araguaia.

No meio disso tudo há questões que vou ler, porque se trata de comissões que são montadas pelo Governo. Senador Antonio Carlos Magalhães, existe uma comissão composta por 12 órgãos, 12 Ministérios para

discutir sabe o quê? Veja como o Governo do PT gosta de reunião e de discussão, mas de decisão, não sei. Há uma comissão composta por 12 órgãos para debate nacional sobre os direitos sexuais e direitos reprodutivos com ênfase na paternidade consciente e atuante. Até a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca faz parte desta comissão. Senador Mão Santa, para quê? Uma comissão que tem um ano para apresentar o relatório! É gostar muito de discussão.

Quer ver uma outra? V. Ex<sup>a</sup> já foi Governador do Piauí e conhece bem o pescador do Parnaíba, sabe que ele merece o seguro-desemprego. E V. Ex<sup>a</sup>, se estivesse que decidir, se estivesse na sua alcada decidir sobre se ele merece ou não o seguro-desemprego, V. Ex<sup>a</sup> o decidiria no ato. Pois, não, o Governo, agora, cria uma comissão para estudar o seguro-desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso, e dá um prazo para decidir.

Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, preocupo-me porque estamos tratando de assunto administrativo atinente a milhões de brasileiros entregues à indefinição de comissões. Senador Juvêncio da Fonseca, eis a minha maior preocupação. Quando é para tratar de assunto polêmico dentro dos quadros do Governo do PT, tome-lhe comissão para ganhar tempo. Quando é para discutir assuntos que podem ser decididos numa canetada, tome-lhe comissão. Agora, para decidir coisas como as da semana passada, aí tome-lhe canetada! Isso é o que não aceito. Na hora de fazer o cadastro sobre os idosos com mais de 90 anos, que devem ou não receber pensão, que estão ou não mortos, exige-se e coloca-se em prática de imediato a obrigação de os velhinhos e as velhinhas irem de táxi, de cadeira de rodas, arrastando-se até os postos do INSS. Dois pesos e duas medidas. O meu Partido protesta e faz uma pergunta: qual é a do PT?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Valmir Amaral, Arthur Virgílio e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup>s serão atendidos.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, no exercício de sua função constitucional de auxiliar o Congresso Nacional na tarefa de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, o Tribunal de Contas da União (TCU) entregou ao Presidente desta Casa, recentemente, relatório acerca de auditoria realizada em 421 obras que têm dotação orçamentária prevista

no Orçamento de 2003 de aproximadamente 14 bilhões de reais, quase 90% da verba alocada ao setor.

No mencionado relatório, o TCU recomenda que o Legislativo interrompa, no Orçamento Geral da União para o ano de 2004, a destinação de recursos para 88 das obras públicas fiscalizadas – mais de 20% do total –, em virtude dos gravíssimos indícios de irregularidades apurados durante as auditorias. Para essas 88 obras, o Orçamento de 2003 alocava recursos da ordem de 3 bilhões de reais, embora valha ressaltar que os Ministérios que concentram quase a totalidade dos empreendimentos com suspeita de irregularidade informem que não houve liberação efetiva de recursos para quaisquer das obras listadas no documento entregue ao Presidente José Sarney.

Os problemas identificados são vários, incluindo a contratação por meio de licitações viciadas – 30% do total de obras irregulares –, superfaturamento – 20% delas – e alterações indevidas nos projetos – 10%. Também há casos de falta de projeto básico e falta de licença ambiental.

Do total de 421 obras auditadas, 381 foram fiscalizadas **in loco** e 40 por cruzamento dos dados da liberação de recursos com os do cronograma da obra. Neste último caso, a auditagem ainda está em curso e os resultados serão apresentados no final de novembro.

A maior parte das obras onde foi verificada a ocorrência de irregularidades gravíssimas e para as quais foi recomendada a sustação da destinação de recursos são do âmbito do DNIT (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes), aparecendo em segundo lugar o Ministério da Integração Nacional.

O TCU achou, também, indícios de irregularidades graves em outras 81 obras, mas apresentou sugestão, no caso destas, de continuidade de alocação de recursos e de fiscalização. Indícios de irregularidades menos graves foram encontrados em 105 obras, escapando sem qualquer ressalva apenas as demais 107.

Segundo o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, ex-Senador Valmir Campelo, os problemas mais graves, identificados nas primeiras 88 obras mencionadas, “envolvem enriquecimento ilícito ou malversação de recursos públicos”.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, trata-se, como se pode ver, de um quadro da maior gravidade. A situação nacional caracteriza-se, de um lado, pela urgente necessidade de realização de grandes investimentos em infra-estrutura como condição **sine qua non** para a retomada do desenvolvimento e, de outro lado, pela aguda carência de recursos públicos para fazer frente a essa necessidade. Nessa conjuntura, torna-se ainda mais intolerável a observação de fraudes em uma de cada cinco obras federais examinadas por nossa Corte de Contas.

Isso representa um rombo nos já depauperados cofres federais que ultraja a consciência ética da cidadania. São recursos escassos e preciosos, indispensáveis para atender prementes necessidades da Nação, que estão escorrendo pelo ralo, afluindo aos bolsos de indivíduos inescrupulosos, portadores de uma ganância verdadeiramente sem limites, indivíduos que se comprazem em abocanhar o suado dinheiro do contribuinte, desviando-o de sua legítima finalidade.

O mapeamento das obras federais realizado pelo TCU vem sendo feito desde 1997. Até hoje já foram vistoriadas 1.713 obras. Mas a identificação, este ano, do grande número de irregularidades já mencionado, leva à conclusão de que o contribuinte continua sendo lesado. Afinal, obras com problemas nos processos licitatórios, com sobrepreço e fora dos padrões foram encontradas em todos os Estados da Federação.

São oito os órgãos públicos que se destacam entre os recordistas no número de infrações. Além do já mencionado DNIT, aparecem o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), o Fundo Penitenciário Nacional, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos, as Centrais Elétricas do Norte do Brasil, o Ministério do Esporte e Turismo, o Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano. As obras indigitadas tiveram início antes da gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No DNOCS, foram encontradas irregularidades muito graves em 6 das 13 obras fiscalizadas, o que resultou na orientação de suspender imediatamente 46% dos projetos. No DNIT, estão na mesma situação 40, ou 33%, das 121 obras auditadas. Os recursos destinados à construção de penitenciárias foram mal aplicados em 2 das 7 obras fiscalizadas, localizadas em Goiás e Mato Grosso do Sul, mas a situação em outros Estados, de acordo com a relação do TCU, demanda providências para que as obras não sejam paralisadas. Das 13 obras de metrô fiscalizadas, foram encontrados problemas em 9, apresentando 3 delas problemas gravíssimos – aquelas dos metrôs de Salvador, de Belo Horizonte e de Porto Alegre.

Como afirma o Presidente do TCU, o trabalho desenvolvido pelo órgão tem caráter preventivo, objetivando evitar novos e maiores prejuízos para o Erário. A continuidade ou não da destinação de dinheiro para as obras sob suspeita constitui decisão política do Congresso Nacional. No entanto, é evidente que os envolvidos em quaisquer irregularidades estão sujeitos às sanções previstas na legislação, tanto na órbita cível quanto na criminal. Para esse fim, o Tribunal de Contas encaminha as questões penais para o Ministério Público Federal e as civis para a Advocacia Geral da União.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, somos sabedores da grande preocupação do Governo do

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a honesta e criteriosa aplicação do dinheiro público. Existe uma orientação muito bem definida no sentido de não começar obras sem projeto, não usar materiais de segunda categoria, não pulverizar recursos e melhorar a fiscalização. Além disso, o Governo tem grande cuidado em não investir em qualquer obra na qual haja suspeita da ocorrência de irregularidades.

O diuturno trabalho de fiscalização realizado pelo Tribunal de Contas da União representa auxílio de enorme valia ao esforço moralizador empreendido pelos Poderes Legislativo e Executivo. E essa união de esforços é da maior relevância, pois o que não pode haver é a mais leve complacência com a dilapidação dos recursos públicos, com a continuidade dos persistentes rombos pelos quais se esvai o dinheiro do contribuinte.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

**O SR VALMIR AMARAL** (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ao longo da história da humanidade vemo-nos, ciclicamente, confrontados com períodos de escassez de recursos naturais. Ciclos esses que obrigam os homens a repensarem sua relação com o meio ambiente e com o uso que fazem dos recursos que a natureza disponibiliza para seu benefício.

À medida que o crescimento populacional se acelerou no globo terrestre, mais ingente se tornou a necessidade de o homem enfrentar, com consciência, as questões do uso e preservação dos recursos naturais. Não mais damos à natureza o tempo de que necessita para sua regeneração espontânea. Temos que colaborar com ela, ou sofreremos as agruras da escassez.

Nesse limiar do século XXI, aflora, como tema central da preservação das condições de vida no planeta Terra, a disponibilidade de água potável e a preservação de seus mananciais. Já vimos episódios quase surrealistas de países do Oriente Médio importarem icebergs para assegurar água potável para sua população. Na África existem países nos quais a seca não é mais cíclica, mas permanente.

Estamos, pois, Sr. Presidente, sendo desafiados a usar de nossa criatividade para equacionar o problema de abastecimento em água potável para nosso uso e consumo. E, logo de início, torna-se visível que a equação é de solução ao longo do tempo, ou seja, é preciso detectar desde hoje a necessidade, pesquisar as alternativas viáveis de solução e escolher que política adotar e que projetos realizar para garantir, em horizonte viável, que o abastecimento continue, sem degradação das condições de vida.

Brasília e o Distrito Federal, Srs e Srs. Senadores, estão em território particularmente sensível à questão da água potável. Situado em altiplano, com mananciais de pouco volume, o Distrito Federal é abastecido por dois sistemas básicos em quase 100% de suas necessidades. Se não surgirem novos mananciais que possam garantir o crescimento da demanda, corremos o risco de escassez dentro de 20 anos.

A Companhia de Saneamento do Distrito Federal (CAESB) adotou, contudo, Sr. Presidente, a política da formiga da fábula de La Fontaine: trabalhar e aprovisionar para não viver a falta no período de seca. Isso quer dizer que a empresa, desde agora, faz estudos e pesquisas para encontrar novos mananciais viáveis, que assegurem nosso abastecimento até 2030 sem solução de continuidade. Em boa hora ela decidiu agir assim, pois só com muita antecedência será possível prever e prevenir uma eventual escassez. E só atuando hoje será possível colocar em prática projetos que estejam maduros e operacionais na década de 2030.

Sr. Presidente, minha intervenção neste momento tem o duplo objetivo de saudar a previdência com que age a CAESB, ao trabalhar na identificação de novos mananciais de abastecimento para o Distrito Federal, e de, a partir do exemplo da CAESB, incitar os demais órgãos de gestão de recursos naturais do País a agirem de forma semelhante.

Todos nós sabemos da cobiça que nossas riquezas naturais causam em potências estrangeiras. Até propostas de internacionalização da Amazônia já foram feitas. E podemos ver, pelos exemplos recentes de intervenção em territórios estrangeiros, que, se as grandes potências sentirem ameaçados seus interesses estratégicos, não hesitarão em propor ou até mesmo tentar concretizar ações de intervenção em nosso território.

Assim, Sr. Presidente, o Brasil deve agir como a formiga de La Fontaine. Trabalhar no período de fartura para não sofrer na escassez. Temos que inventariar nossas fontes naturais e dar-lhes a racionalidade de uso, preservação e até mesmo recuperação. Necessitamos muito dessas fontes como nação em processo de crescimento num mundo cada vez mais ameaçado pelas crises de escassez de recursos naturais.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente

**O SR ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – As prefeituras estão sem dinheiro para o 13º. A culpa é do governo do PT

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, metade das Prefeituras brasileiras estão sem dinheiro para pagar o 13º salário de seus servidores. São exatamente 2.314, ou 40% dos 5.500 municípios do País.

Este é um dado novo e constrangedor no Brasil. Só que do Brasil atual. Um quadro que não existia no

Governo Fernando Henrique Cardoso e que passou a existir a partir deste ano, quando se iniciou o Governo petista do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A culpa por esse atraso já foi detectada, como mostra a **Folha de S.Paulo**, jornal que acaba de realizar minucioso levantamento, com base em informações de associações de municípios de 18 Estados.

Quem lê a matéria, tira logo a conclusão: a culpa é do governo petista de Lula que não repassa corretamente o Fundo de Participação aos Municípios.

A reportagem está na edição de hoje do jornal, que leio para que, como parte deste pronunciamento, passe a integrar os Anais do Senado Federal. É a seguinte a reportagem:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

## Prefeitos não têm recursos para pagar 13º

SÍLVIA FREIRE

DA AGÊNCIA FOLHA

Mais de 40% dos 5.565 municípios do Brasil terão dificuldades para pagar o 13º salário de seus servidores. Um levantamento feito pela Agência Folha com associações de municípios de 18 Estados indica que 2.314 prefeituras estão sem dinheiro em caixa para bancar o benefício na íntegra.

Grande parte desses municípios tem menos de 10 mil habitantes e depende quase exclusivamente de repasses feitos pelo governo federal. Nessas cidades, a prefeitura é um importante gerador de empregos e renda. O atraso no pagamento do 13º do funcionalismo desaquece toda a economia local.

A principal justificativa dada pelos prefeitos para o não-pagamento do 13º é a queda acumulada no FPM (Fundo de Participação dos Municípios) neste ano. O FPM transfere 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para os municípios.

Segundo cálculo da Secretaria do Tesouro Nacional, o FPM teve queda real estimada em 7% nos nove primeiros meses de 2003 em relação ao mesmo período do ano passado. Historicamente, o último trimestre do ano tem um aumento do FPM. Neste ano, no entanto, a previsão do Tesouro Nacional é que o mês de novembro tenha um aumento no FPM de 1% em relação a outubro e que o repasse de dezembro seja 2% inferior ao repasse do mês anterior.

"O custo dos insumos para as atividades básicas das prefeituras, como remédios, energia elétrica e alimentos, aumentaram acima da inflação. O déficit dos municípios está no custeio", disse o prefeito de Cambé (PR), José do Carmo (PTB), presidente da ABM (Associação Brasileira de Municípios).

A queixa dos prefeitos é que, além da redução do FPM, houve um aumento dos gastos das prefeituras. O salário mínimo, valor pago a boa parte do funcionalismo das pequenas prefeituras, teve aumento de 20% neste ano.

Levantamento feito na última semana de outubro pela Associação dos Municípios do Paraná mostrou que 90% dos 399 municípios paranaenses não têm recursos para pagar o 13º. "O Paraná tem imagem de Estado rico, mas temos uma região muito pobre. Apenas 16% dos municípios não dependem prioritariamente do FPM. Todos os outros têm mais de 50% das receitas proveniente do repasse", disse Joarez Henrichs (PFL), prefeito de Barracão (PR) e presidente da AMP.

Em julho, a Associação Mato-grossense de Municípios informou ao Tribunal de Contas do Estado que as prefeituras teriam dificuldades para pagar o 13º deste ano. "Estamos preocupados com o pagamento do 13º desde o início do ano, quando começou a queda no FPM. Quando falta dinheiro, os prefeitos não podem ser penalizados", disse Ezequiel Fonseca (PP), prefeito de Reserva do Cabaçal (MT) e presidente da AMM. Ele avalia que 30% dos municípios não devem pagar o benefício.

Para o especialista em tributação municipal Amir Khair, a saída para os municípios é criar um sistema arrecadação própria com recolhimento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e do ISS (Imposto sobre Serviços).

"O município tem obrigação de desenvolver sua receita própria. Essa questão de dizer que não consegue, eu ponho um pouco em dúvida. Tem muito município pequeno que desenvolve suas receitas próprias mais rapidamente que os grandes", disse Khair: "Cobrar IPTU é desgastante politicamente para o prefeito".

Para o prefeito José do Carmo (PTB), a cobrança do IPTU só seria possível se o país estivesse crescendo. "Os economistas estão corretos em apontar a cobrança do IPTU e do ISS como alternativa, mas como fazer isso em um cenário de retração da economia e com desemprego em 14%?"

Era o que tinha a dizer.



**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a realidade do uso das drogas, embora acompanhe a humanidade desde seus primórdios, alcançou dimensões particularmente preocupantes no século XX, constituindo, neste século que se inicia, um grande desafio para governos e sociedades de todo o mundo.

Não podemos, de modo algum, desconsiderar a diversidade de faces e aspectos sociais envolvidos no uso de drogas ilícitas, e também de algumas drogas legalizadas, mas de grande potencial nocivo, se quisermos enfrentar o problema com alguma possibilidade de êxito.

Eis a primeira conclusão a que chego, após dedicar-me à leitura de quatro substanciosos artigos sobre o problema das drogas, publicados na **Revista de Cultura** do Imae – Instituto Metropolitano de Altos Estudos.

Abro aqui um parêntese para esclarecer que é o Imae uma instituição voltada para o desenvolvimento de estudos e pesquisas em campos multi e interdisciplinares, vinculada ao Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (UniFMU), da cidade de São Paulo. Criado no ano de 2000, o Imae tem, desde então, realizado seminários sobre temas relevantes da atualidade brasileira, como os que versaram sobre a violência urbana, o meio ambiente e a crise das políticas públicas.

O teor dos pronunciamentos e debates realizados nos seminários vem sendo publicado na mencionada revista, que reúne, ademais, outras contribuições de nomes notáveis de nossa vida intelectual.

O nono número da **Revista de Cultura Imae**, a par de outros interessantes artigos, colige as quatro conferências pronunciadas no seminário que abordou o problema das *Drogas nas Escolas*, realizado nos dias 17 e 18 de março de 2003, no auditório do Centro Universitário – UniFMU.

Os conferencistas do citado seminário não poderiam ter sido mais bem escolhidos. Foram eles o Dr. Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça; o General Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa, Secretário Nacional Antidrogas; o Dr. Ivaney Cayres de Souza, Diretor do Denarc – São Paulo; e o Prof. Dr. Arthur Guerra de Andrade, da Faculdade de Medicina da USP.

As diversas experiências e qualificações dos conferencistas, juntamente com os diferentes papéis que exercem na esfera pública, possibilitaram uma abordagem multifacetada e extremamente enriquecedora de assunto tão candente.

Se o uso das drogas vem apresentando, Sr. Presidente, nítida tendência de crescimento – e não apenas em nosso País, mas em todo o mundo –, o seg-

mento da população que se mostra especialmente vulnerável à sua propagação é o da juventude.

As escolas de diferentes níveis de ensino tornaram-se, por sua vez, um espaço onde se difunde o consumo de drogas, sendo visado de modo sistemático pelos traficantes. Representam as escolas, no entanto, também um espaço privilegiado de que dispõe a sociedade para enfrentar o problema, em um dos seus eixos fundamentais, que é o da prevenção.

A abordagem do Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, procurou enfatizar que a questão do uso das drogas não pode ser vista tão-somente pelo prisma da ilegalidade, como se constituísse problema exclusivamente policial ou judicial.

Em primeiro lugar, não há dúvidas de que duas das drogas mais perniciosas para a nossa população são de uso legal, representando também as mais consumidas: o álcool e o tabaco. O Ministro refere-se à realista premissa de que não seria possível erradicar a utilização das drogas em nossa sociedade, mas é possível diminuí-la substancialmente e minorar os seus efeitos danosos.

No caso das drogas legais, essa tarefa compete, sobretudo, ao empenho na prevenção; no que toca às drogas ilícitas, é necessário reprimir sua produção, tráfico e uso, mas sem supor que o combate possa resumir-se a tais ações repressivas. Permanece a seriíssima responsabilidade da sociedade em atuar sobre as causas que levam os jovens, bem como adultos e até crianças, a recorrer ao uso indevido de drogas.

O Dr. Thomas Bastos ressalta a necessidade de integrar o binômio prevenção-repressão, ao mesmo tempo que defende a nítida separação do tratamento dado ao usuário e ao traficante. Embora este último ponto de vista tenha se tornado praticamente consensual, é fato que ainda existe a previsão de pena privativa de liberdade para o simples usuário de droga. Outra disposição de nossa legislação a ser aperfeiçoada, de acordo com o Ministro, é a que equipara o usuário que incorre em eventual cessão de droga, sem intuito de lucro, ao traficante, tornando aquele passível de ser enquadrado inclusive no regime previsto pela lei dos crimes hediondos.

De qualquer modo, por mais que a prevenção se mostre essencial e imprescindível, não há como deixar de constatar, em nosso País, o grau espantoso de poder e ousadia alcançado pelo crime organizado vinculado ao tráfico de drogas. Nas palavras do Senhor Ministro da Justiça, “é preciso (...) criar as condições de mobilização de toda a sociedade na luta contra o crime organizado, principalmente contra o tráfico de drogas, porque isso é uma condição de sobrevivência do país como um país civilizado”.

A contribuição do Dr. Ivaney Cayres de Souza ao seminário vincula-se a sua ampla experiência no combate ao narcotráfico, como Delegado de Polícia e como Diretor do Departamento de Investigações sobre Narcóticos da Polícia Civil do Estado de São Paulo (Denarc). Não imaginemos, entretanto, que, por atuar na repressão ao tráfico, deixe o Dr. Ivaney Cayres de reconhecer a importância imensa e insubstituível de um trabalho de prevenção, que deve estar presente tanto na família como na escola.

Sua conferência concentra-se, de qualquer modo, na tarefa de elucidar as exigências e desafios para a repressão ao tráfico, em uma nova concepção que enfatiza a necessidade do uso da inteligência e do planejamento sistêmico. Ao relatar sua experiência na Operação Escola Segura, que combate, em São Paulo, o tráfico nas escolas e suas cercanias, ele mostra a importância da integração com a comunidade, abrangendo o envolvimento responsável dos educadores, diretores, funcionários, pais de alunos e os próprios alunos.

A conferência pronunciada pelo Dr. Arthur Guerra de Andrade, renomado especialista no assunto, abordou o tema do uso de drogas nas universidades. Se compararmos as estatísticas de utilização de drogas da população em geral com a da população universitária, veremos significativa discrepância, que revela uma disponibilidade ao uso de drogas muito alta por parte dos nossos estudantes dos cursos superiores. O uso, pelo menos uma vez na vida, de qualquer droga ilícita alcança 19,4% da população de 107 cidades brasileiras com mais de 200 mil habitantes, de acordo com um levantamento domiciliar feito em 2002. Já para os estudantes de 1º e 2º graus de dez capitais brasileiras, o mesmo índice – de consumo de qualquer droga ilícita pelo menos uma vez – chega a 24,7%, 5 pontos percentuais acima do resultado geral, em uma população que é, em sua imensa maioria, menor de idade.

Já uma pesquisa voltada exclusivamente para o universo de estudantes de graduação da Universidade de São Paulo concluiu que 35,3% desses universitários tinha consumido pelo menos uma vez a maconha, que é a droga ilícita mais usada. Em um estudo comparativo entre 1996 e 2001, constatou-se que quase todas as drogas mostraram aumento de consumo no período. O uso de maconha passou de 25,8% para 35,3%; as drogas alucinógenas, como o LSD e o chá de cogumelo, tiveram seu consumo quase dobrado, de 6,2 para 11,5%. Além disso, a utilização de álcool e de tabaco, de longe as drogas nocivas mais consumidas, também aumentou, o que não deixa de me surpreender, no caso do fumo de tabaco,

considerando os diversos avanços legais no combate ao vício.

O Dr. Arthur Guerra expõe alguns fatores que podem explicar uma maior predisposição dos jovens na universidade para o recurso aos tóxicos, tais como um sentimento de exagerada autoconfiança, que os leva não se julgarem vulneráveis a certos comportamentos de risco. Julga o Professor da USP, ainda, que um excesso de tolerância se faz sentir no meio universitário, contribuindo para agravar o problema. De qualquer modo, esses resultados espelham um crescimento do consumo de drogas disseminado pela sociedade como um todo.

Adverte o conferencista, Srªs e Srs. Senadores, sobre a necessidade de uma especial atenção para o consumo de drogas entre os universitários, considerando, inclusive, que desse grupo “surgerão os futuros líderes do país, nas diversas áreas profissionais”. Daí a importância de que, entre outras medidas, as universidades criem seus próprios programas e campanhas contra o uso e o abuso de drogas, sendo delineada, ao término da conferência, uma espécie de roteiro para tanto.

As palavras do Secretário Nacional Antidrogas, General Paulo Roberto Uchoa, espelham otimismo diante da nossa capacidade de enfrentarmos a problemática das drogas no País.

Até 1998, não tínhamos uma política nacional antidrogas. Em junho desse mesmo ano, a Assembléia Geral das Nações Unidas formulou princípios diretrizes para a redução da demanda de drogas em todo o mundo, chamando a atenção para a responsabilidade compartilhada dos países considerados essencialmente como produtores, consumidores ou de trânsito de drogas.

Em decorrência dessas diretrizes, Sr. Presidente, foi criada, também em 1998, a Secretaria Nacional Antidrogas, um órgão central ligado à Presidência da República. Para que nossa Política Nacional Antidrogas pudesse ser formulada democraticamente, foi realizado o primeiro Fórum Nacional Antidrogas, ainda em novembro de 1998. Por meio desse encontro, ao qual compareceram cerca de 3.000 pessoas, incluindo representantes da comunidade científica, dos órgãos institucionais e das organizações não-governamentais, a sociedade brasileira pôde posicionar-se sobre a maneira como queria prevenir o uso de drogas.

As idéias debatidas foram aproveitadas na formulação efetiva da Política Nacional Antidrogas, definida pelo General Uchôa como uma política moderna, sintonizada com o espírito da Constituição Brasileira de buscar garantir a saúde de todos, concedendo prioridade à prevenção, sem desconsiderar a necessidade de repressão. O órgão responsável pelas atividades de redução de oferta, ou repressão, é o Minis-

tério da Justiça, tendo como executor a Polícia Federal. O órgão responsável pelas atividades de redução da demanda, ou prevenção, está no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, é a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), cuja atuação tem caráter multidisciplinar, envolvendo a participação de diversos ministérios.

Ao tratar de uma pesquisa encomendada pela Senad ao Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), o Secretário Nacional Antidrogas considerou que seus resultados mostraram uma realidade em que o uso de drogas ilícitas, ainda que preocupante, não aparece como fora de controle. Teríamos no Brasil, conforme a pesquisa, 11% da população quimicamente dependente de uma droga lícita: o álcool. 9% dela seria dependente de outra droga lícita, o tabaco. Entre as ilícitas, a que aparece em primeiro lugar é a maconha, com 1% de dependentes entre a população.

Apesar de devermos, Sr's e Srs. Senadores, estar muito atentos à tendência de crescimento do consumo, o Secretário ressalta que "o Brasil tem fôlego para fazer um trabalho certo, em uma direção certa", o que já se mostra muito mais difícil em países onde o uso de drogas já está mais difundido e arraigado.

O Secretário Uchôa compara o universo das drogas a um leque aberto, onde vão se dispondo, ao longo da semicircunferência, o espaço do usuário, o do dependente químico, o do traficante-vendedor, o do traficante-quadrilha e o da cúpula do crime organizado. Cada um desses setores deve receber um tratamento específico e apropriado, de maneira que se vá fechando o leque.

A questão mais complexa, e também a mais essencial, é como atacar o pólo da demanda, envolvendo os usuários eventuais, os contumazes e os dependentes das drogas. No modo de ver do Secretário Nacional Antidrogas, o ponto decisivo para isso é o engajamento da sociedade. Se os pais, professores, líderes de vários tipos e outras personalidades que são referência para os jovens somarem seus exemplos e suas vozes para alertar quanto aos efeitos nocivos das drogas, temos chances muito maiores de vencer essa briga.

Conclui o conferencista com a noção de que "a sociedade, muito mais do que vítima do problema das drogas, é a solução do problema".

De minha parte, Sr. Presidente, concluo também este pronunciamento, com a esperança de que os diversos setores da sociedade afeitos ao problema, e de que cada família, em última instância, uma vez que nenhuma delas está imune a esse risco, engajemo-nos todos na luta pela prevenção ao uso de drogas, de forma esclarecida e madura, consequente e sistemática, pois assim é que poderemos vencê-la.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr's e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

## ORDEM DO DIA

1

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26 , DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.078, de 2003 - art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2003 (nº 4.161/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a alteração da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a ligação rodoviária Cametá – Limoeiro (PA – 156) à BR – 422 (Novo Repartimento) à BR - 230 (Transamazônica) na relação descritiva do Sistema Rodoviário Federal.

Parecer sob nº 1.621, de 2003, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Décio Mar Costa, favorável, com Emendas nºs 1 e 2-CI (de redação), que apresenta.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

2

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 39, DE 2001

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Ney Suassuna, que acrescenta o § 5º ao art. 73 da Constituição Federal, criando a Procuradoria do Tribunal de Contas da União.

Parecer sob nº 1.509, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, oferecendo a redação para o segundo turno.

3

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 67, DE 2003

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003 (nº 40/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 e o § 10 do art. 201 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências (Reforma da Previdência).

Parecer sob nº 1.486, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana, favorável à Proposta, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; com votos em separado dos Senadores Demóstenes Torres e outros, Efraim Morais, Álvaro Dias, Arthur Virgílio, Paulo Octávio, José Jorge, Leonel Pavan e Almeida Lima.

**4****SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2003 (nº 7.261/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a intimação dos representantes judiciais dos Estados e do Distrito Federal.

Parecer sob nº 1.502, de 2003, da Comissão Diretora, Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos, oferecendo a redação do vencido.

**5****REQUERIMENTO Nº 972 DE 2003**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 972, de 2003, do Senador José Jorge, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2001,

além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

**6****REQUERIMENTO Nº 976, DE 2003**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 976, de 2003, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2003, de sua autoria.

**7****REQUERIMENTO Nº 985, DE 2003**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 985, de 2003, do Senador Paulo Paim, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 6 e 429, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 23 minutos.)

(OS 19775/03)

**CONVOCAÇÃO**

O Vice-Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, no exercício da Presidência, convoca a 9ª Reunião do Conselho, a realizar-se no dia 12 de novembro de 2003, quarta-feira, às 15h, na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à eleição do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Brasília, 06 de novembro de 2003

lourdes  
Senador DEMOSTENES TORRES

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
Nº 5148, DE 2003

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 10 do Ato do Presidente nº 252, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.010/93-3,

**RESOLVE:**

Homologar, para fins do disposto no artigo 20 da Lei nº 8.112, de 1990, a avaliação de desempenho da servidora, abaixo relacionada, em estágio probatório:

SERVIDORA	MATRÍCULA	MÉDIA FINAL
IARA GUIMARÃES ALTAFIN	5552	188

Senado Federal, em 10 de novembro de 2003.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
 Diretor-Geral do Senado Federal

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 5149 , DE 2003

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 019239/03-3,

**R E S O L V E** exonerar **CAROLINA RODRIGUES BARREIRA**, matrícula nº 34244, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3 do Gabinete do Senador Reginaldo Duarte e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, para exercer o mesmo cargo, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSDB.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2003.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
 Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 5150, DE 2003

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 019098/03-0,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RICARDO NUNES DE MIRANDA**, matrícula n.º 34519, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Gabinete do Senador Reginaldo Duarte, a partir de 05/11/2003.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2003.



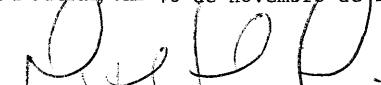
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 5151, DE 2003

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 019286/03-1,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **HELOÍSA PASSOS RODRIGUES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demóstenes Torres.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2003.



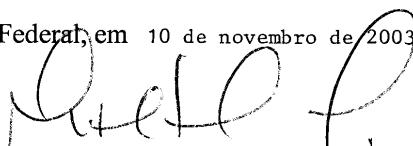
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 5152 , DE 2003

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 019.232/03-9,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Arthur Virgílio.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

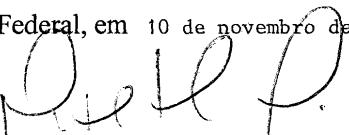
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 5153 , DE 2003

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 019.231/03-2,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **OSVALDINO DE OLIVEIRA FREITAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Arthur Virgílio.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

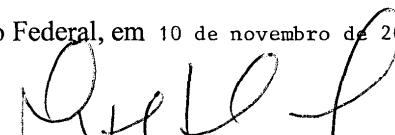
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 5154 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **019.263/03-1**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **TANIOS DEUD SALOMÃO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Heráclito Fortes.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**

**Nº 5155 , DE 2003**

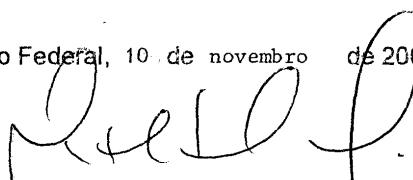
**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores ANTONIO CARLOS AMORIM DA COSTA, matrícula nº 1159 e, MARIA LOURDES RIBEIRO DE MELLO, matrícula nº 5190, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 018503/03-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de novembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 5156 , DE 2003**

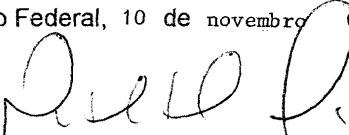
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores EVANDRO JORGE CUNHA CHAVES, matrícula nº 4552 e, CARLOS ALBERTO CORREA, matrícula nº 2544, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 012793/03-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de novembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 5157 , DE 2003**

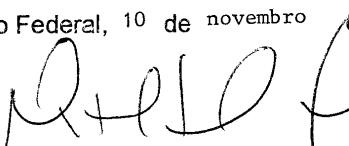
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores ANTONIO CARLOS AMORIM DA COSTA, matrícula nº 1159 e, MARIA LOURDES RIBEIRO DE MELLO, matrícula nº 5190, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 018502/03-2 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de novembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**

Nº 5158 , DE 2003

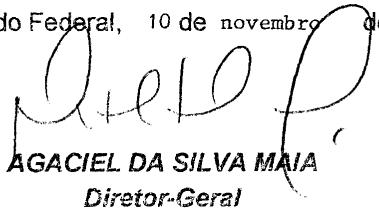
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores MEYRE MALENA ALVES RODRIGUES, matrícula nº 4757 e, SIMONE DOURADO GUIMARÃES, matrícula nº 4221, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 018522/03-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de novembro de 2003.

  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

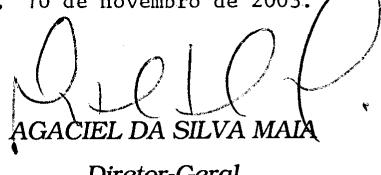
**ATO DO DIRETOR-GERAL**

N.º 5159 , de 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 019075/03-0,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a BERNADETE SOUZA TEIXEIRA, na condição de cônjuge, na proporção de 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia o ex-servidor BALDOINO JOSÉ TEIXEIRA, matrícula 00251, a partir da data do óbito, 29/10/2003.

Senado Federal, 10 de novembro de 2003.

  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 5160 , de 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18.163/03-3,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor **ORLANDO JOSÉ LEITE DE CASTRO**, Consultor Legislativo, Área 1, Nível III, Padrão 45, nos termos do art. 8º, incisos I e II, e § 1º, inciso I, alíneas "a" e "b", e inciso II da Emenda Constitucional nº 20/98, com a vantagem prevista no art. 1º da Resolução (SF) nº 74/94, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

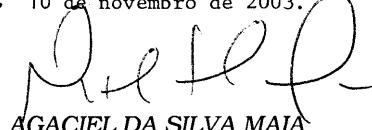
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 5161 , de 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 018942/03-2,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a ARIDES DE OLIVEIRA VITOR, na condição de cônjuge, na proporção de 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ VICTOR SOBRINHO, matrícula 01324, a partir da data do óbito, 25/10/2003.

Senado Federal, 10 de novembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
Nº. 5162 , DE 2003

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 018834/03-5,

RESOLVE dispensar a servidora ROSÂNGELA ARAÚJO BROCHU, matrícula 4185, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Flávio Arns, a partir de 30 de outubro de 2003.

Senado Federal, 10 de novembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
Nº. 5163 , DE 2003

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 019316/03-8,

RESOLVE designar o servidor SWAMI DEODATO DE ABREU, matrícula 4387, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, da Secretaria de Recursos Humanos, a partir de 07 de outubro de 2003.

Senado Federal, 10 de novembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
Nº. 5164 , DE 2003

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 019309/03-1,

RESOLVE designar o servidor ESMERALDO MENDES BRAGA, matrícula 3729, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Arquivo, a partir de 06 de novembro de 2003.

Senado Federal, 10 de novembro de 2003.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
Nº 5165 , DE 2003

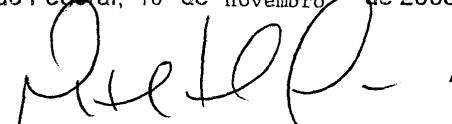
**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores ELGA MARA TEIXEIRA LOPES, matrícula nº 33351 e, RICARDO BANDEIRA DOS SANTOS, matrícula nº 5157, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 018523/03-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de novembro de 2003.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	<b>BAHIA</b>		
PFL	Rodolpho Tourinho	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Antonio Carlos Magalhães	PMDB	Mão Santa
PFL	César Borges	PTB	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	PMDB	Fernando Bezerra
PT	Roberto Saturnino	PFL	Garibaldi Alves Filho
PL	Marcelo Crivella	PFL	José Agripino
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	<b>SANTA CATARINA</b>
	<b>MARANHÃO</b>	PT	Jorge Bornhausen
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Ideli Salvatti
PFL	Edison Lobão	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Roseana Sarney	PT	<b>ALAGOAS</b>
	<b>PARÁ</b>	PMDB	Heloísa Helena
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Renan Calheiros
PT	Ana Júlia Carepa	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PTB	Duciomar Costa	PFL	<b>SERGIPE</b>
	<b>PERNAMBUCO</b>	PDT	Renildo Santana
PFL	José Jorge	PSB	Almeida Lima
PFL	Marco Maciel	PSB	Antonio Carlos Valadares
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	<b>AMAZONAS</b>
	<b>SÃO PAULO</b>	PSDB	Gilberto Mestrinho
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Arthur Virgílio
PT	Aloízio Mercadante	PSDB	Jefferson Peres
PFL	Romeu Tuma	PT	<b>PARANÁ</b>
	<b>MINAS GERAIS</b>	PSDB	Alvaro Dias
PL	Aelton Freitas	PT	Flávio Arns
PSDB	Eduardo Azeredo	PDT	Osmar Dias
PMDB	Hélio Costa	PT	<b>ACRE</b>
	<b>GOIÁS</b>	PSB	Tião Viana
PMDB	Maguito Vilela	PT	Geraldo Mesquita Júnior
PFL	Demóstenes Torres	PT	Sibá Machado
PSDB	Lúcia Vânia	PMDB	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
	<b>MATO GROSSO</b>	PT	Juvêncio da Fonseca
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Delcídio Amaral
PFL	Jonas Pinheiro	PT	Ramez Tebet
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	<b>DISTRITO FEDERAL</b>
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	PT	Valmir Amaral
PMDB	Pedro Simon	PSB	Eurípedes Camargo
PT	Paulo Paim	PFL	Paulo Octávio
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	<b>TOCANTINS</b>
	<b>CEARÁ</b>	PFL	Eduardo Siqueira Campos
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	João Ribeiro
PPS	Patrícia Saboya Gomes	PMDB	Leomar Quintanilha
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	<b>AMAPÁ</b>
	<b>PARAÍBA</b>	PSB	José Sarney
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	João Capiberibe
PFL	Efraim Morais	PMDB	Papaleo Paes
PMDB	José Maranhão	PMDB	<b>RONDÔNIA</b>
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	PT	Amir Lando
PPS	João Batista Motta	PMDB	Fátima Cleide
PMDB	Gerson Camata	PMDB	Valdir Raupp
PL	Magno Malta	PPS	<b>RORAIMA</b>
	<b>PIAUÍ</b>	PDT	Mozarildo Cavalcanti
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Augusto Botelho
		PMDB	Romero Jucá

**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta**

\*Desfilhou-se do PMDB, em 15.09.2003.

\*\*Desfilhou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 15.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

## **1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO**

**TEMPORÁRIA  
(07 titulares e 07 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)  
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
<b>PMDB</b>	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta** (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

\*Vaga cedida ao PPS.

\*\*Desfilhou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO  
TEMPORÁRIA**

**(07 titulares e 07 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
<b>PFL</b>	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

\*Vaga cedida pelo PFL

\*\*Desfilhou-se do PMDB, em 15.09.2003.  
Atualizada em 15.08.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**

**TEMPORÁRIA  
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL – BA)  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB – RN)  
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1.Lúcia Vânia
<b>PDT - PPS</b>	
João Batista Motta**	(vago)

\*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

\*\*Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO  
TEMPORÁRIA**  
**(07 titulares e 07 suplentes)**  
**Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL – BA)**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT – SP)**  
**Relator: Senador Romero Jucá (PMDB – RR)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**(29 titulares e 29 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**  
**Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes\* (PMDB-AP)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado (vago)	5. Duciomar Costa 6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
(vago)	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas P inheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vile la Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

\*Desfilou -se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

\*\* Desfilou- se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

## **2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

**Vice-Presidente:** Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)

**Relatora:** Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

\*Desfilhou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO**

(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:** Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)**Vice-Presidente:** (vago)**Relator:** Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Leomar Quintanilha	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

Atualizada em 14.08.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

### **2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)**

**Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

### **2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes\*(PMDB-AP)**

**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)**

**Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

\*Desfilhou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)**  
**Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
<b>PSDB</b>	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta*	1. Mozarildo Cavalcanti

\*Desfiliou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 08.10.03.

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3113972 Fax: 3114315

E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO**

**(7 titulares e 7 suplentes)  
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati**

**Vice-Presidente: Pedro Simon**

**Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
<b>PT</b>	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
<b>PSDB</b>	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
<b>OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)</b>	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretaria: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Sérgio Gueira	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

\* Desfilhou -se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**  
**(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)**  
**Vice-Presidente: (vago)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	2. (vago)

\* Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

\*\*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

\*\*\* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
 Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV**

**PERMANENTE**

**9 (nove) titulares**

**9 (nove) suplentes**

**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO**

**PERMANENTE**

**7 (sete) titulares**

**7 (sete) suplentes**

**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE**

**PERMANENTE**

**7 (sete) titulares**

**7 (sete) suplentes**

**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

(17 titulares e 9 suplentes)

**Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)****Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Antonio Carlos Magalhães	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	

\* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
PERMANENTE  
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT –PA)  
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB – DF)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
<b>PFL</b>	
Leomar Quintanilha	1. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS  
PERMANENTE  
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Moraes (PFL –PB)  
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Efraim Moraes	1. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

\* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.  
 Atualizada em 15.09.2003.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
<b>PMDB</b>	
Renan Calheiros	1. (vago)
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta*

\*Desfiliou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretaria: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
 Telefone 3111856 Fax: 3114646  
 E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
 Reuniões: Quintas–feiras às 10:00 horas.  
 E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**7 (sete) titulares**

**7 (sete) suplentes**

**Presidente: Senador Marcelo Crivella**

**Vice-Presidente: Senador João Capiberibe**

**Relator: Senador Rodolpho Tourinho**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
<b>PFL</b>	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

\*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**7 (sete) titulares**

**7 (sete) suplentes**

**Presidente: Senador Jefferson Péres**

**Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
<b>PFL</b>	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)**  
**Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
<b>PFL</b>	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
João Batista Motta***	1. Mozarildo Cavalcanti

\* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

\*\*Desfiliou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

E – Mail: [cantony@senado.gov.br](mailto:cantony@senado.gov.br).

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 20/93)**

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

**1<sup>a</sup> Eleição Geral:** 19.04.1995    **3<sup>a</sup> Eleição Geral:** 27.06.2001  
**2<sup>a</sup> Eleição Geral:** 30.06.1999    **4<sup>a</sup> Eleição Geral:** 13.03.2003

**Presidente: (VAGO)<sup>13</sup>**

**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES<sup>2</sup>**

<b>PMDB</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
(Vago) <sup>10</sup>	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata <sup>11</sup>	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
<b>PFL<sup>3</sup></b>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves <sup>12</sup>	SE	1306
<b>PT<sup>1</sup></b>					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
<b>PSDB<sup>5</sup></b>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
<b>PDT</b>					
Juvêncio da Fonseca <sup>7 e 14</sup>	MS	1128	1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
<b>PTB</b>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
<b>PSB<sup>1</sup>, PL<sup>1</sup> e PPS</b>					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. (Vago) <sup>9</sup>	RJ	5077
<b>Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

**Notas:**

(atualizada em 01.10.2003)

<sup>1</sup> Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleitos em 18.3.2003, na 1<sup>a</sup> Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>9</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>10</sup> Vaga ocupada pelo Senador Juvêncio da Fonseca até 01.10.2003, quando passou a ocupar vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

<sup>11</sup> Desfilhou-se do PMDB em 15.9.2003.

<sup>12</sup> Eleita na Sessão do SF de 18.9.2003, em substituição ao Senador **Renildo Santana**, que ocupou a vaga de 19.3 a 15.9.2003, quando retornou a titular do mandato.

<sup>13</sup> O Senador **Juvêncio da Fonseca** renunciou ao cargo de Presidente do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 25.09.2003

<sup>14</sup> Indicado para ocupar a vaga de titular pelo PDT, conforme comunicado lido na Sessão do dia 01.10.2003.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: 311-4561

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

[www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

**COMPOSIÇÃO<sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**

Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

**1<sup>a</sup> Designação:** 16.11.1995  
**2<sup>a</sup> Designação:** 30.06.1999  
**3<sup>a</sup> Designação:** 27.06.2001  
**4<sup>a</sup> Designação** 25.09.2003

**COMPOSIÇÃO**

<b>Senador Eurípedes Camargo<sup>1</sup></b>	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b>
<b>Senador Demóstenes Torres<sup>1</sup></b>	<b>PFL</b>
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	

**Notas:**

<sup>1</sup> Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko <sup>4</sup>

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior <sup>4</sup>

PMDB
Senador Papaléo Paes <sup>8</sup>
PFL <sup>6</sup>
Senadora Roseana Sarney (MA) <sup>1</sup>
PT <sup>5</sup>
Senadora Serys Slhessarenko (MT) <sup>1</sup>
PSDB <sup>6</sup>
Senadora Lúcia Vânia (GO) <sup>1</sup>
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) <sup>3</sup>
PTB <sup>5</sup>
Senador Sérgio Zambiasi (RS) <sup>7-9</sup>
PSB <sup>5</sup>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) <sup>2</sup>
PL <sup>5</sup>
Senador Magno Malta (ES) <sup>1</sup>
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) <sup>1</sup>

**Atualizada em 14.10.2003**

**Notas:**

<sup>1</sup> Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

<sup>2</sup> Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

<sup>3</sup> Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

<sup>4</sup> Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>5</sup> Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>6</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

<sup>8</sup> Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

<sup>9</sup> Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: 311-4561 - [sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Presidente nato**<sup>1</sup>: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b>PRESIDENTE</b> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<b>PRESIDENTE</b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Luiz Piauhylino (PSDB-PE)	<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b>1º SECRETÁRIO</b> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<b>1º SECRETÁRIO</b> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<b>2º SECRETÁRIO</b> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<b>2º SECRETÁRIO</b> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<b>3º SECRETÁRIO</b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<b>4º SECRETÁRIO</b> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<b>4º SECRETÁRIO</b> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Senador Tião Viana (PT/AC)
<b>LÍDER DA MINORIA</b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b>LÍDER DA MINORIA</b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</b> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</b> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

**Nota:**

<sup>1</sup> De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
 (Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
 (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) <sup>2</sup>
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

**Nota:**

<sup>1</sup> Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

<sup>2</sup> Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
 Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 - Comissão de Regionalização da Programação**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002)*

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

**02 - Comissão de Tecnologia Digital**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

**03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

*(constituída na Reunião de 02/09/2002)*

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

**04 - Comissão de TV a Cabo**

*(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

**05 - Comissão de Concentração na Mídia**

*(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)*

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
**Representação Brasileira**

**COMPOSIÇÃO**

**16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)**  
**Mesa Diretora eleita em 28.05.2003**

<b>Presidente:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Senador RODOLPHO TOURINHO	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado ROBERTO JEFFERSON

**MEMBROS NATOS<sup>(1)</sup>**

**Senador EDUARDO SUPILCY**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e  
Defesa Nacional do Senado Federal

**Deputada ZULAIÉ COBRA**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e  
Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

**SENADORES**

**TITULARES**

**SUPLENTES**

**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL)<sup>(2)</sup>**

IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) <sup>(6)</sup>
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)

**PMDB**

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)

**PFL<sup>(3)</sup>**

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)

**PSDB<sup>(3)</sup>**

EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
---------------------------	---------------------------

**PDT**

JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) <sup>(7)</sup>	Vago <sup>(8)</sup>
---	---------------------

**PPS<sup>(4)</sup>**

MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES) <sup>(11)</sup>
-------------------------------	---

**DEPUTADOS**

**TITULARES**

**SUPLENTES**

**PT**

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
---------------------	--------------------------

**PFL**

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
-------------------------	-------------------------

**PMDB**

OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
---------------------------	-----------------------------

**PSDB**

EDUARDO PAES (PSDB/RJ) <sup>(5)</sup>	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
---------------------------------------	-----------------------------

**PPB**

LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
----------------------------	-----------------------------

**PTB**

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

**PL**

OLIVEIRA FILHO (PL/PR) <sup>(10)</sup>	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) <sup>(10)</sup>
--	--

**PSB**

INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) <sup>(9)</sup>
--------------------------	--

**PPS<sup>(4)</sup>**

JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
-----------------------------	----------------------------

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

<sup>(2)</sup> O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>(3)</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

<sup>(4)</sup> Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

<sup>(5)</sup> Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(6)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(7)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(8)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

<sup>(9)</sup> Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data

<sup>(10)</sup> Vaga ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(11)</sup> Desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003, conforme comunicado lido na Sessão do SF desta data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

**CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador EDUARDO SUPILY<sup>1</sup>**

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador TIÃO VIANA
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) <sup>3</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador EDUARDO SUPILY (PT 2 -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**Notas:**

<sup>1</sup> Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

<sup>2</sup> Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>3</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).



**EDIÇÃO DE HOJE: 100 PÁGINAS**